



NIA

NÚCLEO
DE INVESTIGAÇÃO
ARQUEOLÓGICA

ERA
ARQUEOLOGIA

7

***A**PONTAMENTOS*

de Arqueologia e Património

JAN 2011

Título: **Apontamentos de Arqueologia e Património**

Propriedade: **Era-Arqueologia S.A.**

Editor: **Núcleo de Investigação Arqueológica – NIA**

Local de Edição: **Lisboa**

Data de Edição: **Janeiro de 2011**

Capa: excerto de imagem de geofísica dos recintos de fossos de Xancra, Cuba, Beja. (Helmut Becker)

Contactos

e envio de originais: nia@era-arqueologia.pt

Os originais deverão ter um máximo de oito a dez páginas A4, dactilografadas a um espaço (letra Arial, tamanho 10), incluindo referências bibliográficas. Imagens são entregues à parte, juntamente com resumo em inglês (ou português se a língua do texto for outra – inglês, francês ou castelhano).

Revista online

Ficheiro preparado para impressão frente e verso.



ÍNDICE

EDITORIAL 05

António Carlos Valera e Ana Maria Silva
DATAÇÕES DE RADIOCARBONO PARA OS PERDIGÕES (1):
CONTEXTOS COM RESTOS HUMANOS NOS SECTORES I & Q 07

Rui Boaventura
AN IDOL FROM THE DUST: ANOTHER EVIDENCE OF NEIGHBORING
CONTACTS BETWEEN THE SETTLEMENT OF POMBAL (MONFORTE,
ALENTEJO) AND THE REGION OF BADAJOZ 15

Elena Mata, Juan Fernández y José Luis Caro
FIGURINHA EN XISTO PROCEDENTE DEL RELLENO DEL FOSO 1
DEL COMPLEXO ARQUEOLÓGICO DOS PERDIGÕES
(REGUENGOS DE MONSARAZ) 19

António Carlos Valera e Helmut Becker
COSMOLOGIA E RECINTOS DE FOSSOS
DA PRÉ-HISTÓRIA RECENTE: RESULTADOS DA PROSPECÇÃO
GEOFÍSICA EM XANCRA (CUBA, BEJA) 23

José E. Márquez; José Suárez; Elena Mata; Víctor Jiménez y José L. Caro
ACTIVIDADES ARQUEOLÓGICAS DE LA UNIVERSIDAD DE MÁLAGA
EN EL COMPLEXO ARQUEOLÓGICO DOS PERDIGÕES
(REGUENGOS DE MONSARAZ, PORTUGAL).
TRIENIO 2008-2010. 33

Marina Pinto; Iolanda Filipe e Lúcia Miguel
OS CACHIMBOS DE CAULINO PROVENIENTES DO MERCADO
DA RIBEIRA: CONTRIBUTO PARA A HISTÓRIA
SÓCIO-ECONÓMICA DA LISBOA MODERNA 41

Alexandre Sarrazola e António Carneiro
NOTÍCIA DE UM INUSITADO (MAS NÃO TANTO) ACHADO
NA ANTIGA *LITHOGRAFIA DE PORTUGAL*
EM LISBOA (AO PRÍNCIPE REAL) 49

Cristina Tristão Cera
O CONVENTO DO ESPÍRITO SANTO DO CARTAXO..... 55



EDITORIAL

Requiem (?) pelo Porto Torrão

Os trabalhos realizados nos últimos anos no Porto Torrão, no âmbito da arqueologia de salvamento, têm demonstrado que se trata de um grande complexo arqueológico, composto por recintos e espaço sepulcrais periféricos associados, cuja abrangência espacial é de grande escala (bem superior à inicialmente estimada) e está ainda por delimitar.

Esta percepção de larga escala deveria constituir-se como um abrir de horizontes relativamente à forma como o sítio é abordado, tanto do ponto de vista da investigação científica, como da sua salvaguarda e gestão patrimonial. Ainda estamos a tempo de evitar as situações indesejáveis que se verificam em Valencina de la Concépcion ou em Los Marroquiés Bajos. A compreensão de que a escala de alguns sítios da Pré-História Recente europeia é surpreendentemente grande não tem só implicações nos modelos que, teoricamente, desenvolvemos para explicar e interpretar as comunidades que os construíram. Deverá igualmente ter implicações nos processos de organização da produção desse conhecimento e nos processos de gestão do território envolvido.

Intervenções desarticuladas, ao sabor de qualquer empreendimento que ali se realize (sejam redes de rega, estradas, linhas de alta tensão, projectos imobiliários, etc.), produzindo registos dispares, sem qualquer coordenação que promova a articulação e a replicabilidade e sem qualquer preocupação em promover e articular diferentes questionários e linhas problemáticas de investigação actuais (que devem estar sempre presentes em qualquer

intervenção de salvamento, sobretudo em contextos desta natureza e importância), deveriam ser evitadas.

Medidas que visem a obtenção de conhecimento sobre a espacialidade do sítio, de forma a construir a sua cartografia como instrumento de investigação e de gestão programada (atempada) dos impactes dos empreendimentos previstos ou que venham a surgir localmente, deveriam ser implementadas com urgência (envolvendo os vários *stakeholders*: a autarquia e o Igespar, entidades privadas com projectos para o local). Aplicação sistemática de métodos de prospecção geofísica permitiria abranger grandes áreas, sem perturbações intrusivas e com um custo/benefício viável. Vejam-se os resultados obtidos para Xancra publicados neste volume.

De facto, no Porto Torrão os trabalhos realizados têm-nos alargado horizontes sobre o que terá sido este notável complexo arqueológico, mas torna-se necessário que nos alarguem igualmente as “vistas” relativamente à forma como gerimos os processos da sua investigação, salvaguarda e valorização patrimonial. É que o progresso do conhecimento caminha a par e passo com o progresso das formas de o produzir e partilhar.

António Carlos Valera

DATAÇÕES DE RADIOCARBONO PARA OS PERDIGÕES (1): CONTEXTOS COM RESTOS HUMANOS NOS SECTORES I & Q

António Carlos Valera¹
Ana Maria Silva²

Resumo:

No presente texto é apresentada uma série de oito datações de radiocarbono obtidas para contextos de fossas e fossos localizados no Sector I (às quais se acrescenta uma para um contexto do Sector Q) do complexo de recintos de fossos dos Perdígões (Reguengos de Monsaraz, Évora). As datações enquadram-se entre a segunda metade do 4º milénio a.n.e. e a segunda metade do 3º milénio a.n.e.. No seu conjunto, permitem sequenciar diacronicamente vários dos contextos intervencionados e datados, assim como possibilitam começar a estabelecer um quadro cronológico para as problemáticas da gestão da morte neste sítio, evidenciando a contemporaneidade de soluções diversas.

Abstract:

This paper presents a set of radiocarbon dates for several pit and ditch contexts of Sector I (and another for Sector Q) of Perdígões ditched enclosure complex (Reguengos de Monsaraz, Évora). The dates spread from the second half of the 4th millennium BP to the second half of the 3rd millennium BP. Together; they permit defining a chronological sequence for the several excavated and dated archaeological contexts in this sector and able beginning to create a chronological frame for death management at Perdígões site, stressing the contemporaneity of diversified funerary solutions.

1. Introdução

Durante as campanhas de escavações 2007 e 2008 foi intervencionada uma área de 121,5m² no Sector I do complexo de recintos dos Perdígões, localizada numa zona intermédia do sítio, a Nordeste do seu ponto central (Fig. 1). Aí, foram escavados troços de dois fossos (Fossos 3 e 4) muito próximos um do outro, de traçado sinuoso e aparentemente paralelo, e que definem um grande recinto intermédio de configuração subcircular ou oval (a inexistência de informação sobre a parte Este do traçado destes fossos não permite ser conclusivo sobre a geometria da sua planta integral). Na área abrangida pela escavação, e do lado interior desse duplo fosso, foram identificadas e escavadas doze fossas circulares abertas no substrato rochoso (Valera, 2008).

Duas dessas fossas (Fossas 7 e 11) apresentavam utilizações funerárias, com a deposição primária de restos humanos. Por seu turno, ossos humanos foram igualmente registados em vários dos depósitos que preenchem os troços escavados dos Fossos 3 e 4 (Valera, 2008; Godinho 2008; Valera e Godinho 2009 e 2010.). Estas ocorrências vinham alterar a imagem que até então se tinha sobre o problema da gestão da morte nos Perdígões, cujas evidências se restringiam à área de necrópole de sepulcros colectivos "tipo tholos", situada do lado Este e estruturalmente envolvida (pelo menos em parte) pelos Fossos 1 e 2 (Valera et. al., 2007).

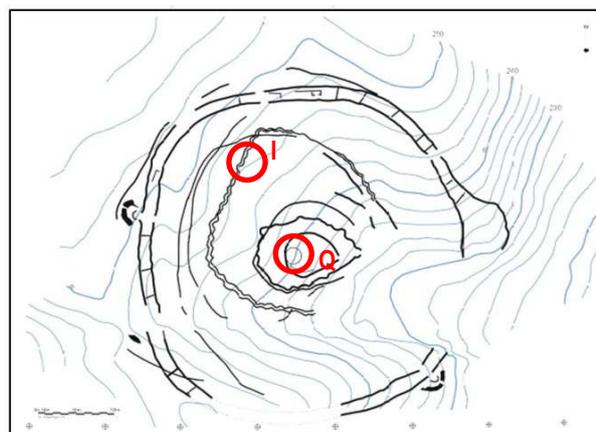


Figura 1 – Localização dos Sectores I e Q na fotografia aérea e planta elaborada a partir da geofísica dos Perdígões.

¹ Coordenador do Núcleo de Investigação Arqueológica da ERA Arqueologia; antoniovalera@era-arqueologia.pt

² Centro de Investigação em Antropologia e Saúde da Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade de Coimbra.

Já na campanha de 2010, na intervenção actualmente em curso no Sector Q, localizado ao centro do complexo de recintos, foi escavada uma fossa que revelou uma situação de depósito de ossos humanos queimados, misturados com abundantes carvões e materiais arqueológicos igualmente queimados (contexto ainda inédito). Este contexto poderá corresponder a restos de cremação ou provenientes de um túmulo incendiado, o que traduz uma outra novidade nos Perdígões, no que ao tratamento dos restos humanos diz respeito.

A diversidade de situações relacionadas com a manipulação funerária do corpo humano neste mesmo sítio arqueológico, sublinhada em texto recente (Valera e Godinho, 2010), levou à elaboração de um novo projecto de investigação especificamente orientado para a problemática da morte (Silva *et al.*, 2010), da responsabilidade dos signatários, o qual foi aprovado e financiado pela Fundação para a Ciência e Tecnologia (projecto “Gestão da morte na Pré-História Recente: práticas funerárias no recinto dos Perdígões” – PDT/CS-ANT/104333/2008). Assim, no âmbito deste projecto, iniciou-se um programa de datações de radiocarbono com o objectivo de estabelecer a sequência cronológica dos diferentes contextos, a qual, para além de contribuir para a construção do quadro temporal geral da multiplicidade de estruturas que compõem o complexo dos Perdígões, permite começar a analisar em termos diacrónicos as práticas funerárias presentes no sítio. As datas que agora se apresentam correspondem à primeira série de análises realizada.

2. A amostragem

Procurando responder à necessidade de datar os contextos funerários, mas também estabelecer a relação diacrónica do preenchimento das diferentes estruturas com restos humanos, a selecção para uma primeira bateria de análises incidiu nos troços dos dois fossos escavados no Sector I, nas duas fossas com deposições primárias do mesmo sector e na fossa com restos queimados no Sector Q.

Relativamente às fossas do Sector I, estamos em presença de contextos homogéneos, de deposições primárias, embora com manipulações posteriores (Godinho, 2008; Valera e Godinho, 2009). Assim, optou-se por datar um dos três esqueletos registados na Fossa 11 (Fig. 4) e o pé registado na Fossa 7 (Fig. 5). Na fossa do Sector Q (Fossa 4), perante uma situação de acumulação de restos de ossos queimados (Fig. 6) sujeitos a diferentes temperaturas, desde o pouco queimado ao totalmente carbonizado, foi escolhido um osso (Dens de Axis) que permitisse identificação e fosse contabilizável em termos de número mínimo de indivíduos.

No que concerne aos fossos, foram datados dentes de fauna e um resto humano provenientes de depósitos seleccionados em face das leituras da sequência estratigráfica e da sua correlação com o estudo dos restos faunísticos. No Fosso 3 haviam sido identificados, tanto na análise estratigráfica (Valera, 2008) como no estudo dos restos arqueofaunísticos (Costa, no prelo), dois processos de enchimento distintos, separados por um momento de erosão hídrica parcial da

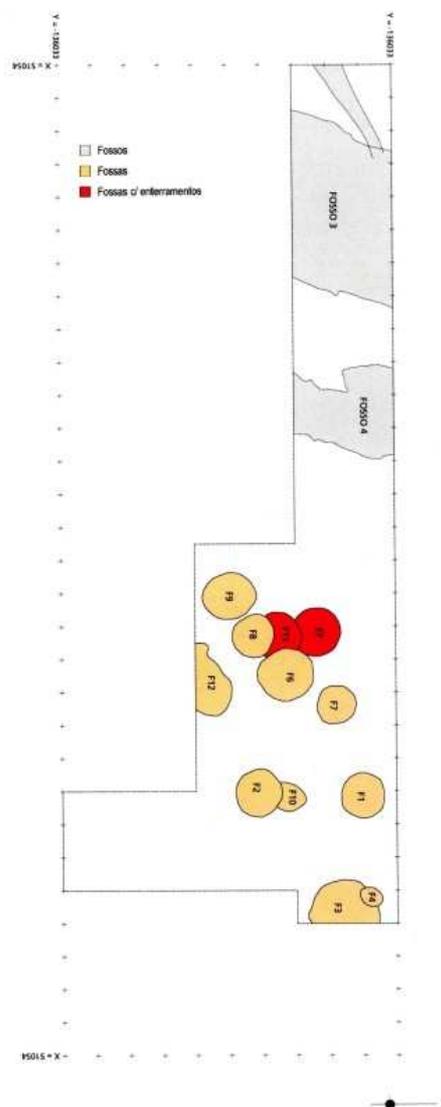




Figura 4 –Fossa 7. Restos humanos. Em baixo à direita, o pé sujeito a datação que se encontrava sob o abatimento da parede da fossa (sinalizado pelas setas a vermelho).

primeira sequência de preenchimento. Assim, seleccionou-se uma amostra de um depósito junto à base (UE 99), que marca a fase inicial de colmatação deste troço do fosso, outra do último depósito desta primeira fase de enchimento (UE 58), localizada sensivelmente a meia profundidade do fosso, e uma terceira amostra do primeiro depósito da segunda fase de dinâmica de colmatação (UE 38). Para o Fosso 4, e em face de um preenchimento aparentemente sequencial sem grandes rupturas assinaláveis estratigraficamente, foi seleccionada uma amostra de um depósito junto à base (UE 90) e outra de um depósito do topo do enchimento (UE 18). De entre os restos humanos presentes no interior destes fossos, foi seleccionada uma amostra de um conjunto de ossos de mão (possíveis restos de uma conexão anatómica) presentes numa área muito restrita junto à base do Fosso 4 (UE 90).

3. Os resultados e a sua valorização

Como ponto prévio relativamente à valorização crítica dos resultados obtidos, há que chamar à atenção para a natureza específica dos contextos em negativo de tipo fosso e fossa e para as suas implicações na valorização e interpretação dos resultados obtidos:

- a) Tratam-se, em todos os casos, de estruturas negativas escavadas no substrato rochoso. Sendo as amostras elementos integrados nos depósitos de enchimento, eles datam essencialmente, e em

princípio, os momentos de colmatação dessas estruturas e não a sua abertura. Contudo, com boas séries de datações, em coerência com as observações estratigráficas e com os materiais arqueológicos, é possível assumir, com níveis de probabilidade, que datas dos depósitos da base destas estruturas possam corresponder genericamente ao período de abertura das mesmas.

- b) Será, todavia, necessário ter sempre presente que estas estruturas por vezes são reabertas, total ou parcialmente, facto que faz com que possa existir um intervalo significativo entre a abertura e os depósitos de colmatação de “2ª ou 3ª geração”. Para rastrear estas situações, uma análise cuidada da estratigrafia é fundamental e, no caso dos fossos, será importante procurar obter datações em diferentes troços dos mesmos, pois as variações ao longo do traçado poderão ser significativas.
- c) É ainda fundamental ter presente a diferente natureza contextual entre fossos e fossas. Os primeiros são estruturas lineares, com fluxos internos que podem ser intensos e com períodos de “estado aberto” e de colmatação geralmente mais largos que os que se registam em fossas, sendo estas estruturas pontuais (por oposição a linearidade dos fossos), com uma dinâmica interna distinta e cujo tempo de “estado aberto”, sendo variável, tenderá a ser mais curto. Por outro lado, são estruturas de uma pluralidade funcional mais acentuada e mais frequentemente sujeitas a processos de reabertura ou de perturbação. Assim, estando os fossos mais tempo abertos, a possibilidade de integração (intencional ou não) de elementos mais antigos, que estejam à superfície na época ou provenham da reescavação de estruturas mais antigas, poderá ocorrer com alguma frequência. Nestas situações, a data obtida será naturalmente mais antiga do que o momento da integração da amostra datada no depósito de colmatação da estrutura. Este é um motivo de peso para que se aborde a cronometria destes contextos através de séries de datações, como forma de rastrear este tipo de ocorrências (o mesmo poderá ser feito através do confronto com a componente arqueológica, mas nem sempre, sobretudo em períodos em que a mesma sofre poucas alterações durante vários séculos).
- d) As observações e interpretações relacionadas com os ritmos e natureza da formação dos depósitos de colmatação (rapidez, origem natural ou antrópica, intencionalidade e sentido) são igualmente centrais para a valorização das datações.

Tendo em mente estas condicionantes, analisemos agora os resultados obtidos.

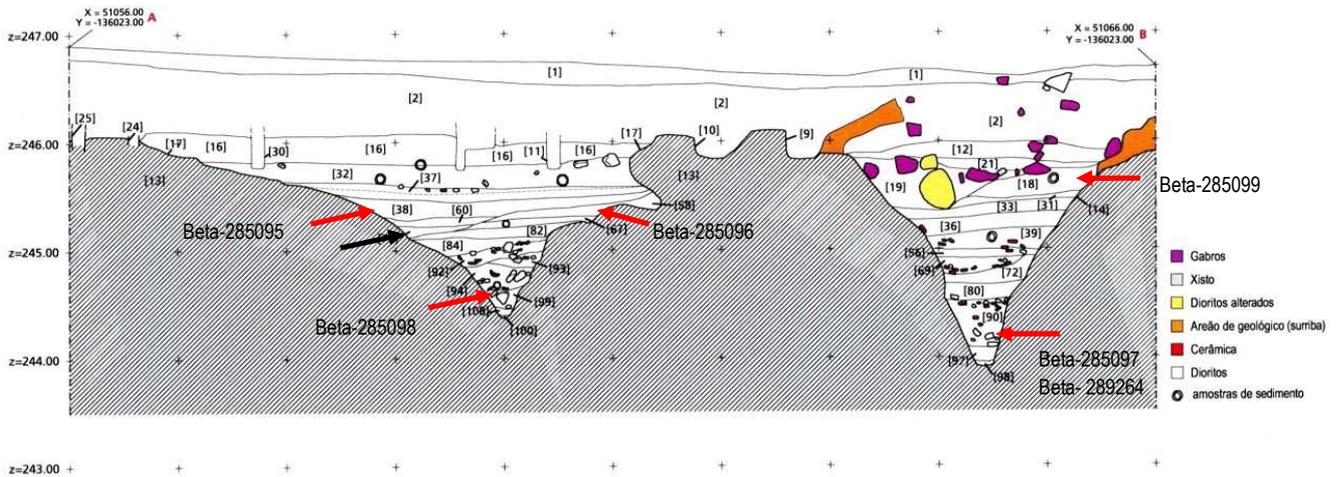


Figura 5 – Localização estratigráfica das amostras datadas (setas vermelhas) nos Fossos 3 (esquerda) e 4 (Direita). A seta negra marca o canal erosivo entre as duas fases de colmatação do Fosso 3.

Sector	Estrutura	UE	Amostra data da	Lab. Ref	Data BP	Cal AC 1 σ	Cal AC 2 σ
I	Fossa 7	114	Hum. - Osso pé esquerdo	Beta-289265	4430±40	3260-3020	3330-2920
I	Fossa 11	76	Hum. – Osso mão esq.	Beta-289263	4370±40	3020-2910	3090-2900
I	Fosso 3	99	Dente de <i>Sus</i> sp.	Beta-285098	4050±40	2620-2490	2840-2480
I	Fosso 3	58	Dente de <i>Bos ta urus</i>	Beta-285096	4050±40	2620-2490	2840-2480
I	Fosso 3	38	Dente carnívoro porte médio	Beta-285095	3980±40	2560-2470	2580-2450
I	Fosso 4	90	Humano – Osso de mão	Beta-289264	3940±40	2480-2450	2560-2300
I	Fosso 4	90	Dente de <i>Cervus elaphus</i>	Beta-285097	3980±40	2560-2470	2580-2450
I	Fosso 4	18	Dente de <i>Sus</i> sp.	Beta-285099	4420±40	3100-2960	3320 - 2920
Q	Fossa 4	74	Humano - Dens de Axis	Beta-289262	3990±40	2570-2470	2580-2460

Tabela 1 – Resultados das datações de radiocarbono, realizadas por AMS.

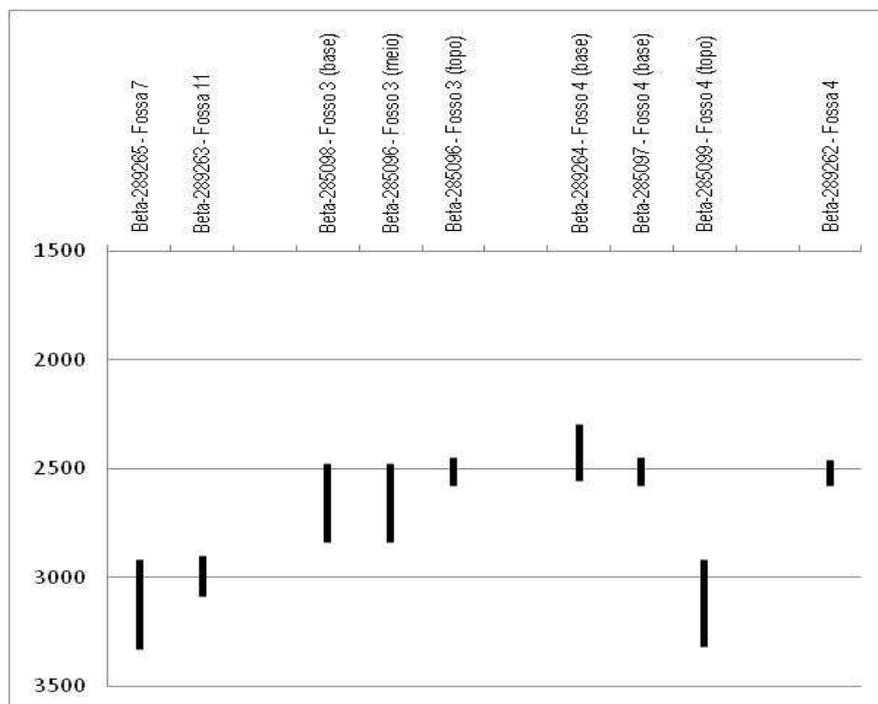


Gráfico 1 – Representação gráfica dos intervalos a dois sigma das datações calibradas dos.

As amostras de restos humanos provenientes das Fossas 7 e 11 do Sector I, correspondentes a deposições primárias que apresentavam como único material votivo associado patas de suídeos em conexão anatómica (uma em cada fossa) e uma concha de berbigão (na Fossa 11), apresentam datações que estatisticamente se sobrepõem (Beta-289265 e Beta-289263) e são genericamente enquadráveis no último terço do 4º milénio / início do 3º cal AC. Enquanto que a amostra da Fossa 11 apresenta um desvio padrão curto e centrado na transição do milénio, a da Fossa 7 apresenta um desvio padrão maior e que se estende mais para trás, abrangendo todo o último terço do 4º milénio. Assim, embora exista uma sobreposição estatística das duas datas, a inumação da Fossa 7 será, de facto, ligeiramente mais antiga, uma vez que esta fossa foi cortada pela abertura da Fossa 11 (Valera, 2008).

É ainda importante referir que, num momento claramente Calcolítico, a Fossa 7 foi parcialmente reaberta (já depois do abatimento de parte da sua parede) e os depósitos com os restos humanos parcialmente afectados. Estes evidenciaram a presença de fragmentos de tibia, perónio e diversos ossos de pé e de mãos, que retinham ainda posições anatómicas parciais. A estes acresce a presença de uma parte de crânio e de diversos fragmentos de crânio dispersos. Os ossos e os dados osteométricos são compatíveis com a presença de um único indivíduo (Godinho, 2008; Valera e Godinho, 2009), sendo que os restos que melhor preservavam a situação de conexão são os de um pé localizado sob o abatimento de parte da parede da fossa (Fig. 4). Os contextos preservados associados aos restos humanos foram depois sobrepostos por depósitos embalando materiais claramente Calcolíticos. É, pois, possível que as perturbações do esqueleto, inclusivamente o desaparecimento de uma parte significativa do mesmo, possa ter ocorrido durante esta "intervenção" tardia. Votar-se-á a este assunto mais à frente.

Com base nas datas obtidas, poderemos assumir que estamos perante contextos funerários primários em fossa enquadráveis no que tradicionalmente é considerado o final do Neolítico / ou, sobretudo com base na data da Fossa 11, num momento já de transição para o Calcolítico. A data obtida para a Fossa 7 é estatisticamente idêntica às datas dos Hipogeus 1 e 4 da Sombreira de Cima (Valera, Soares e Coelho, 2008) e hipogeu de Monte Canelas I (Silva, 1996), os quais correspondem a contextos essencialmente enquadráveis no Neolítico Final e que se localizam cronologicamente sobretudo dentro da segunda metade do 4º milénio AC. A mesma coincidência se observa para contextos não funerários do Neolítico Final datados no Alentejo, como é o caso do recinto de fossos sinuosos de Juromenha 1 (Mataloto e Boaventura, 2009). As deposições da Fossa 11, contudo, cronologicamente situadas no último século do 4º / primeiro do 3º milénio cal AC, sugerem que talvez se deva colocar estes dois contextos mais nesse momento de transição.

Note-se, ainda, que nas escavações realizadas no centro do recinto dos Perdígões (Sector Q) em 2009 e 2010 se identificaram contextos integráveis no Neolítico Final,

embora ainda não datados em termos absolutos (Valera, 2010).

Quanto às três datações obtidas para o Fosso 3, elas localizam-se genericamente na primeira metade do 3º milénio cal AC e são concordantes com as observações da estratigrafia e do estudo arqueofaunístico.

A estratigrafia de colmatação deste fosso havia revelado dois momentos bem distintos, separados por um episódio erosivo (Valera, 2008). Num primeiro momento, a colmatação foi feita através da sobreposição de níveis intercalados de sedimentos e aglomerações de calhaus, fragmentos cerâmicos e ossos de fauna bem conservados. Este processo, onde a origem da colmatação é claramente antrópica, preencheu o fosso sensivelmente até meio, altura em que ocorreu um episódio de erosão hídrica de parte do topo desta sequência, abrindo-se um canal preenchido por sedimentos finos e quase sem materiais. Posteriormente a colmatação foi retomada, mas com uma dinâmica distinta, traduzida sobretudo pela redução de evidências de deposições estruturadas e pelo carácter mais disperso e fragmentado dos diversos materiais. O estudo arqueofaunístico (Costa, no prelo) viria a reafirmar esta observação: "embora em ambos os casos se verifique uma distribuição assimétrica dos dados, revelada pela diferença de valores das três medidas de tendência central, parece evidente que os níveis de fragmentação entre as duas metades da sequência são diferentes: no topo da sequência registam-se níveis de fragmentação mais elevados que nos conjuntos da base a partir da UE 58 (inclusive), uma diferença que se encontra materializada na transição da unidade 38 para a unidade 58."

Ora as datações obtidas para a fase inicial de colmatação (Beta-285098 – UE99 junto à base do fosso e Beta-285096 – UE58, último depósito dessa fase, posteriormente sujeito à referida erosão hídrica) apresentam o mesmo valor, entre 2840 e 2480, ou seja, indicando que toda essa sequência de deposições se terá realizado genericamente durante dos finais do primeiro e todo o segundo quartel do 3º milénio AC. Pelo contrário, a datação do depósito UE38 (Beta-285096), o primeiro da segunda fase do processo de colmatação, está claramente centrada a meio do milénio, sugerindo, assim, a existência de um intervalo de tempo em que os processos de colmatação se interromperam e ocorreu o episódio erosivo.

Quanto à questão da presença de ossos humanos, estes ocorrem durante a primeira fase de colmatação (Valera e Godinho, 2010), ou seja, associados a episódios de deposições estruturadas de origem antrópica, tendo-se revelado ausentes na fase subsequente, em que a dinâmica deposicional se alterou.

Relativamente ao Fosso 3, as duas datas obtidas para um depósito junto à base do fosso (uma delas para uma possível deposição de mão humana) sobrepõem-se entre si e sobrepõem-se à data da segunda fase de enchimento do Fosso 3, centrando-se em meados do 3º milénio cal AC. Deste modo, os resultados parecem indicar que quando a sedimentação do Fosso 4 se está a iniciar, o Fosso 3 já está

preenchido até meio e se inicia a sua segunda fase de colmatação.

Tendo em conta as advertências feitas atrás, duas hipóteses podem ser avançadas:

- abertura contemporânea dos dois fossos (o que a proximidade entre os fossos, profundidade idêntica e paralelismo do seu traçado sinuoso parecem sugerir), sendo que, enquanto se processava a colmatação por acção antrópica da metade inferior do Fosso 3, o Fosso quatro se mantinha limpo, havendo que procurar explicar e interpretar esta situação;

- abertura primeiro do Fosso 3 e seu preenchimento até metade por acção antrópica com evidências de deposições estruturadas; interrupção dessas deposições e abertura do Fosso 4, paralelo, com o mesmo traçado sinuoso e profundidade semelhante (mas mais estreito); início da colmatação deste último fosso com evidência de deposições estruturadas de origem antrópica, enquanto o processo de enchimento do Fosso 3 se retomava, mas com características distintas. Também aqui, haverá que explicar e interpretar as razões de ser da interrupção do processo de colmatação de um fosso e a abertura de outro a pouco mais de 2 metros, genericamente com as mesmas características e onde se registou igualmente a presença de restos humanos (ossos de uma mão, que originalmente se poderia encontrar em conexão anatómica, dada a proximidade dos vários elementos – Valera e Godinho, 2010).

Em contradição com estas datações, com os materiais arqueológicos presentes e com a sequência estratigráfica registada, está a datação da amostra Beta-285099, recolhida na UE18, um dos últimos depósitos de enchimento do Fosso 4. Face à coerência de toda a bateria de datações atrás descrita, pensamos que estamos precisamente perante uma ocorrência do tipo das descritas na alínea c) do início desta secção do texto: trata-se da integração de um elemento de fauna mais antigo num depósito do final de colmatação deste troço do fosso, realizada em época calcolítica (para a qual as datações da base servem de *terminus ante quem*). A origem deste elemento mais antigo, datado do final do 4º /transição para o 3º milénio cal AC, não será fácil de determinar. Poderia ser um resto que se encontrava à superfície e que foi arrastado por elementos naturais ou integrado por acção humana. As hipóteses para a sua incorporação na UE18 podem ser muitas, quase todas elas difíceis ou impossíveis de demonstrar. Contudo, uma vez mais, o cruzamento das várias datações e contextos permite colocar uma possibilidade plausível com alguma viabilidade de contrastação empírica.

De facto, verifica-se que esta datação é estatisticamente idêntica às obtidas para os contextos funerários das Fossas 7 e 11, as quais se situam a escassos 4 metros de distância do rebordo do Fosso 4. Se levarmos em conta que a Fossa 7 apresenta evidências de reabertura em época calcolítica, com a perturbação das deposições primárias ali existentes e desaparecimento de partes significativas do esqueleto, e que a Fossa 11 (e uma parte dos esqueletos ali registados) foi

cortada por outras fossas com materiais calcolíticos nos seus enchimentos e, ainda, que os restos faunísticos presentes como deposição que acompanhavam os mortos são também da espécie *Sus* (tal como o dente datado proveniente da UE18 do Fosso 4), então poderemos colocar a hipótese de uma parte do que foi retirado a estas fossas ter sido depositado no interior do Fosso 4, na sua fase final de colmatação. Neste sentido, ganha particular relevo a presença de uma falange humana na mesma UE18 do Fosso 4 (Valera e Godinho, 2010), cuja análise (através de datação ou de ADN) se impõe agora como forma de testar esta hipótese. De facto, a possibilidade de se demonstrar empiricamente a possibilidade de circulação de restos humanos entre contextos deposicionais distintos (ainda que próximos) feita em momento cronológico bem posterior ao das deposições originais é uma situação pouco comum e particularmente importante para informar o patamar da interpretação, onde se debatem as questões da intencionalidade e do sentido.



Figura 6 –Fossa 4 do Sector Q. 7. Restos humanos. Em cima, vista do depósito com ossos e materiais queimados. Em baixo, amostras de ossos humanos queimados, sujeitos as diferentes temperaturas.

Finalmente temos a datação da Fossa 4 do Sector Q (Beta-289262), correspondente ao contexto de depósito de grande quantidade de ossos humanos carbonizados. Trata-se de uma datação de curto desvio padrão, cujo o intervalo a dois sigma se situa a meio do 3º milénio AC, sendo estatisticamente idêntica às obtidas para a segunda fase da colmatação do Fosso 3 e o início da colmatação do Fosso 4 na zona do Sector I.

A situação corresponde claramente a um depósito de restos humanos e materiais queimados noutra local (depósito em cone, direccionado à parte central da boca da fossa). Se o despejo em si terá correspondido a um momento preciso, não é a ele, naturalmente, que a data se refere, mas ao da morte do indivíduo. Assim, a valorização da datação terá que levar em consideração as possibilidades que possamos colocar para a origem dos restos queimados. A presença de grande quantidade de carvões (com bocados relativamente grandes), assim como a variedade dos níveis de intensidade de sujeição ao fogo, poderá sugerir a prática de cremação (questão a avaliar no estudo aprofundado dos restos humanos que agora se inicia). Note-se que, apesar de ainda raras em termos de evidências conhecidas para a época, deposições secundárias de restos humanos queimados começam a aparecer noutros contextos calcolíticos, como é o caso de uma outra estrutura no Sector Q dos Perdigões ou da necrópole do Carrascal, no Porto Torrão (Valera *et al.* no prelo). Por outro lado, a presença de fragmentos de cerâmica queimada, de pequenas pontas de seta e uma metade de lâmina igualmente queimadas, poderá igualmente sugerir a “limpeza” de uma situação de incineração de uma câmara megalítica (seja ela interpretada como uma prática ritual ou estritamente funcional), como ocorre no vizinho *tholos* de OP2b (Gonçalves, 1999). Mas quer numa hipótese quer noutra, é sempre difícil de determinar o tempo que medeia entre a morte do indivíduo e a sujeição dos seus restos ao fogo. A existência de indicadores de cremação com tecidos moles ainda presentes poderá auxiliar na resposta a esta questão, mas para isso teremos que esperar pelo completar do estudo antropológico agora iniciado.

Assim, e para já, apenas podemos assumir que esta prática de deposição secundária de ossos queimados está em curso nos Perdigões pelo menos a partir de meados do 3º milénio, em contexto plenamente Calcolítico.

Em síntese

Para a referenciação diacrónica dos Perdigões, e até agora, contávamos apenas com cronologias relativas resultantes das intervenções arqueológicas que têm vindo a realizar-se desde 1997. Com base nesses dados, foi feito um primeiro ensaio de diferenciação temporal dos diferentes contextos (Valera 2010), o qual naturalmente se revela ainda muito limitado e essencialmente exploratório, face à grande complexidade estrutural do sítio (que a fotografia aérea e, sobretudo, a prospecção geofísica evidenciam). A existência de milhares de estruturas, enquadradas por múltiplos recintos, e com uma abrangência temporal que se estimou em cerca de 1500 anos (meados do 4º a finais do 3º milénio cal AC) tornavam imperioso o desencadear de um processo

de seriação cronológica detalhada, sem a qual não é possível entender o comportamento diacrónico dos diferentes contextos e práticas associadas, nem a própria dinâmica histórica global deste sítio.

Assim, nesse mesmo ensaio era afirmado que a (re)construção das temporalidades dos Perdigões se deveria assumir como um objectivo permanente e informar todos os projectos que sejam desenvolvidos no sítio pelas várias instituições e investigadores participantes no Programa Global de Investigação Arqueológica do sítio (Valera, 2010). Neste contexto, o conjunto de datações agora obtido constitui a primeira abordagem em termos de cronologia absoluta ao complexo arqueológico dos Perdigões em geral e aos contextos com restos osteológicos humanos que o integram, realizada no âmbito de um projecto especificamente orientado para a problemática da gestão da morte.

Os resultados obtidos são de grande qualidade, permitindo uma adequada correlação com os dados estratigráficos e de estudo de materiais, demonstrando que a dimensão diacrónica de sítios com este nível de complexidade só pode ser abordada através de séries de datações que estejam articuladas com a interpretação estratigráfica fina e problemas da formação e da interpretação contextual. Ou seja, datar para obter referenciação cronológica, mas também datar para resolver (e gerar) problemas de natureza estratigráfica e interpretativa que permitam fazer avançar a compreensão do sítio de forma mais empírica e criticamente sustentada.

Esta primeira série foi essencialmente dirigida ao Sector I, onde é agora possível realizar uma seriação cronológica mais fina das diferentes estruturas e processos de colmatação (naturalmente, dentro das limitações inerentes à capacidade de resolução do método).

Assim, as fossas com as deposições funerárias humanas primárias serão anteriores à abertura dos Fossos 3 e 4 e datam da transição do final do 4º / transição para o 3º milénio. Entre os fossos é agora possível que exista também uma diferença cronológica de construção, sendo que seguramente existe uma relativamente ao início das suas colmatações. Reforçou-se a leitura da existência de dois processos distintos de enchimento do Fosso 3 com um hiato de tempo entre eles e que o segundo momento está em paralelo com o início do enchimento do Fosso 4. Tudo isto se terá passado, contudo, entre o segundo e o sexto séculos do 3º milénio cal AC, em simultâneo, por exemplo, com a fase do Calcolítico Pleno do vizinho Monte Novo dos Albardeiros, precisamente datada deste intervalo de tempo (Gonçalves, 1988/89).

Os resultados permitem igualmente questionar a possibilidade de circulação de restos humanos entre estruturas, remetendo-nos para a grande complexidade destes sítios, onde é permanente a escavação de novas estruturas e remobilização de contextos anteriores. A possibilidade de ossos provenientes das Fossas 7 e 11 terem sido depositados no topo do enchimento do Fosso 4

vários séculos depois de realizadas as deposições primárias é particularmente importante no contexto das problemáticas da manipulação de restos humanos e o aprofundamento analítico e teórico desta possibilidade impõem-se como uma linha de investigação importante.

Fica igualmente patente que a presença de contextos funerários humanos nos Perdígões recuará aos finais do 4º milénio e que estas evidências, sendo as mais antigas até ao momento, são também as únicas deposições primárias até agora identificadas no sítio. Por seu turno, entre o segundo e o sexto século do 3º milénio regista-se a presença de restos osteológicos humanos depositados no interior dos Fossos 3 (na primeira metade do milénio) e 4 (em meados do milénio) e restos humanos queimados depositados em fossa (meados do milénio). E se tomarmos em consideração as datações para OP2B (Gonçalves, 1999), será muito provavelmente durante este período de cinco/seis séculos que se construíram, e em grande medida utilizaram, os Sepulcros 1 e 2 da necrópole Este dos Perdígões. É pois um quadro de manifesta diversidade de contextos e de práticas que começa a caracterizar a gestão da morte nos Perdígões.

Referências Bibliográficas

COSTA, Cláudia (no prelo), "Problemática do enchimento dos Fossos 3 e 4 (Sector I) dos Perdígões (Reguengos de Monsaraz) com base na análise estratigráfica dos restos faunísticos", *Estudos do Quaternário*, 6, Porto, APEQ.

GODINHO, R. M. (2008), "Deposições funerárias em fossa nos Perdígões: dados antropológicos do sector I", *Apontamentos de Arqueologia e Património*, 3, Lisboa, NIA-ERA, p. 29 - 34.

GONÇALVES, V.S. (1988/89), A ocupação pré-histórica do Monte Novo dos Albardeiros (Reguengos de Monsaraz), Portugal, NS, Vol.IX-X, Porto, p.49-61.

GONÇALVES, V.S., (1999), *Reguengos de Monsaraz, territórios megalíticos*, CMRM.

MATALOTO, R. e BOAVENTURA, R. (2009), "Entre vivos e mortos nos IV e III milénios a.n.e. do Sul de Portugal: um balanço relativo do povoamento com base em datações pelo radiocarbono", *Revista Portuguesa de Arqueologia*, vol.12, nº2, Lisboa, Igespar, p.31-77.

SILVA, AM. (1996), "O Hipogeu de Monte Canelas I: contribuição da Antropologia de campo e da Paleobiologia na interpretação dos gestos funerários do IV e III milénios a.C.", Behrman, R.; Bueno, P. (eds.), *Actas do II Congresso Peninsular de Arqueologia*, Zamora, Espanha 24 - 27 de Setembro, p. 241 - 248.

SILVA, Ana Mª, VALERA, António C., COSTA, Cláudia e DIAS, Mª Isabel (2010), "A new research project on funerary practices at Perdígões enclosure", *Apontamentos de Arqueologia e Património*, 5, Lisboa, NIA-ERA Arqueologia, p.43-48.

SOARES, A.M.M. (1999), "Megalitismo e cronologia absoluta". In BALBIN BEHRMANN, R. e BUENO RAMIREZ, P. (eds.), *Actas do II Congresso de Arqueologia Peninsular*, 3, Zamora, Fundación Rei Afonso Henriques, p. 689-706.

VALERA, António Carlos (2008), "O recinto calcolítico dos Perdígões: fossos e fossas do Sector I.", *Apontamentos de Arqueologia e Património*, 3, Lisboa, NIA-ERA, p.19-27.

VALERA, António Carlos (2010), "Construção da temporalidade dos Perdígões: contextos neolíticos da área central", *Apontamentos de Arqueologia e Património*, 5, Lisboa, NIA-ERA Arqueologia, p.19-26.

VALERA, A.C. e GODINHO, R. (2009), "A gestão da morte nos Perdígões (Reguengos de Monsaraz): novos dados, novos

problemas", *Estudos Arqueológicos de Oeiras*, 17, Oeiras, Câmara Municipal, p.371-387.

VALERA, A.C. e GODINHO, R. (2010), "Ossos humanos provenientes dos fossos 3 e 4 e gestão da morte nos Perdígões", *Apontamentos de Arqueologia e Património*, 6, Lisboa, NIA-ERA Arqueologia, p.29-39.

VALERA, A. C., LAGO, M., DUARTE, C., DIAS, Mª I. e PRUDÊNCIO, Mª I. (2007), "Investigação no complexo arqueológico dos Perdígões: ponto da situação de dados e problemas", *Actas do 4º Congresso de Arqueologia Peninsular*, Faro, Universidade do Algarve.

VALERA, A.C.; SANTOS, H.; FIGUEIREDO, M. e GRANJA, R: (no prelo), "Contextos funerários na periferia do Porto Torrão: Cardim 6 e Carrascal 2", *IV Colóquio de Arqueologia do Alqueva*, Beja (2010).

VALERA, A.C., SOARES, A.M. e COELHO, M. (2008), "Preimeiras datas de radiocarbono para a necrópole de hipogeu da Sobreira de Cima (Vidigueira, Beja)", *Apontamentos de Arqueologia e Património*, 2, Lisboa, NIA-ERA Arqueologia, P..27-30.

AN IDOL FROM THE DUST: ANOTHER EVIDENCE OF NEIGHBORING CONTACTS BETWEEN THE SETTLEMENT OF POMBAL (MONFORTE, ALENTEJO) AND THE REGION OF BADAJOZ

Rui Boaventura

Resumo:

Um ídolo do pó: outra evidência de contactos entre o sítio do Pombal (Monforte, Alentejo) e a região de Badajoz

A recolha de um ídolo-placa espatulado de calcário com “olhos solares”, na superfície lavrada da área do povoado do Pombal (Monforte) datável do Neolítico tardio, motivou esta pequena notícia pelo facto de ser, até hoje, o único elemento deste tipo conhecido na região alentejana. Esta presença reforça os contactos conhecidos entre as regiões do Alentejo e Badajoz, nomeadamente no âmbito da iconografia mágico-religiosa proveniente desta última.

Abstract:

The recovery of a shaped spatula limestone idol-plaque, from the plowed field in area of the Late Neolithic settlement of Pombal (Monforte, Portugal), originated this note. Indeed, this finding is the only known of his kind until today in the region of Alentejo. This presence strengthens the contacts already known between the regions of Alentejo and Badajoz, namely concerning the magical-religious iconography coming from the later.

The prehistoric site of Pombal was identified by M Heleno in the 1950's (Heleno, 1962) and was the subject of a detailed re-study years later (Boaventura, 2001). According with the evidence collected then, from the old excavations of M. Heleno and from field survey of my own, the site seemed to correspond to a large settlement, probably with one ditched enclosure, at least. Also, the initial occupation was dated to the last centuries of the 4th and first centuries of the 3rd millennia a.n.e., corresponding to the “Neolítico final / Calcolítico” (Boaventura, 2001), here designated as a whole by Late Neolithic. Nevertheless, given recent studies (Boaventura, 2009; Mataloto and Boaventura, 2009) the chronological proposal for the site is under revision. It is probable that such occupation only took place toward the transition between the 4th and 3rd millennia a.n.e., and mainly in the first half of the later. Despite that, the presence of Bell Beaker ceramic indicates the continuation of human occupation until the third quarter of that millennium, at least.

The artifacts collected from the settlement of Pombal (Fig. 1) are similar to others found in sites from the regions of Alentejo and Extremadura. However, certain type of objects of ideological/symbolic meaning are not known from the site, yet – until now only fragments of a zoomorphic figurine and possibly of a cylinder “idol”, both of ceramic and two polished plaques broken (one of amphibolite and another of mica-schist) have been recovered from Pombal (Boaventura, 2001, Fig. 29 and 54).

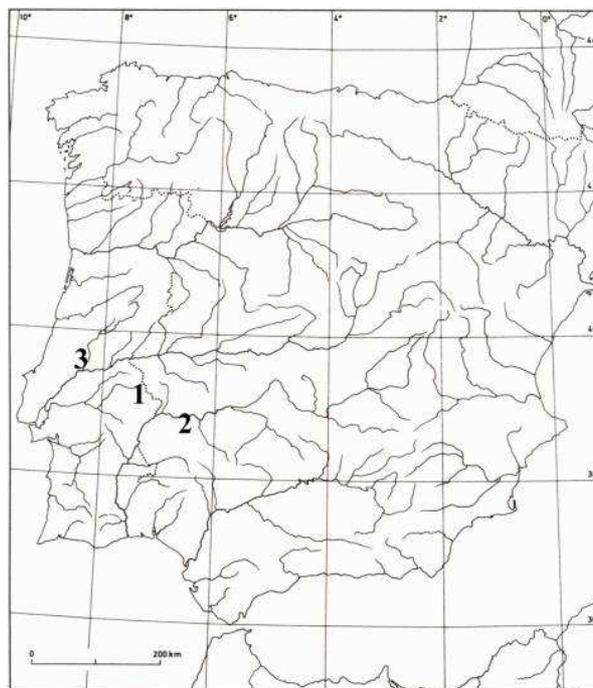


Figure 1 – Settlement of Pombal (1), La Pijotilla (2) and Fonte Queimada (3). Map based in Gonçalves (1989).

The object discussed here, interpreted as an idol, was recovered on the plowed surface during an occasional visit to the site in May 2008 (Fig. 5), in the south tip of the area designated as Pombal 1 (Boaventura, 2001, Map 4). This piece is a slightly rectangular/hyperboloid shaped plaque - also described as a spatula shaped plaque (Hurtado, 2010) - of metamorphic limestone. It presents what can be described as a biomorphic/anthropomorphic or even teomorphic appearance, with engraved features, namely on the front with united eyebrows, sunny eyes and cheek tattoos, and on the back, long and undulated hair (Figs. 2-3). Unfortunately, the piece found is broken, and remained only the top and mesial parts. Nevertheless, given others idols that are known to be complete, is possible to assume the remaining extension, normally with little or no decoration (Hurtado, 2010).

Another artifact found in the same area, unfortunately also broken, is a polished plaque of amphibolite schist, completely polished (Fig. 4) that reminds the other two pieces from the site already mentioned above.

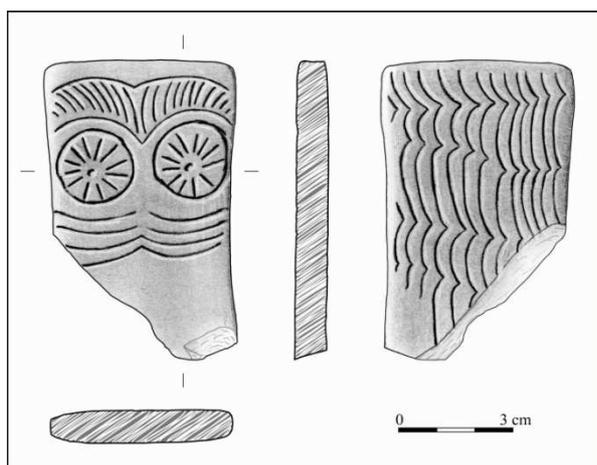


Figure 2 – Limestone idol-plaque from Pombal. Drawing by C. Pereira and R. Boaventura.



Figure 3 – Limestone idol-plaque from Pombal. Photo of J.P. Ruas.

The spatula shaped idol-plaque brings to discussion some questions, since it was not known in the Alentejo, yet. Although it can simply be due to the lack of research in the region, its presence seems to denounce the circulation of magical-religious iconography from the Middle Basin of the Guadiana River (Badajoz, Extremadura), where the site of La Pijotilla has the highest concentration known of these type of worked objects (Hurtado, 2008 and 2010). However, the finding of a bone pendent (and a probable fragment of a second one) with a similar engraved theme from the Late Neolithic site of Fonte Quente, Tomar, region of Ribatejo, right margin of the Tagus River (Salvador and Pereira, 2008), attested already that relation with the Spanish region. Therefore, the finding of Pombal, located in Alto Alentejo, half way between the region of Badajoz and the Ribatejo, seems to corroborate again, contacts between distant regions.

Recently, V. Hurtado (2008 and 2010) conducted a tentative inventory of all the known and published artifacts of this type and others probably contemporaneous from the South and Southwest regions of the Iberian Peninsula, reinforcing the concentration of this type of idol around the already mentioned settlement of La Pijotilla (Badajoz). In fact, based on the number of presences and absences of certain stylistic types of idols throughout the South and Southwest of Iberian Peninsula, V. Hurtado (2008 and 2010, Fig. 19) ascribed some cultural areas, namely: the Alentejo Médio area (around Évora and Montemor-o-Novo) with slate and schist idol-plaques; the group of Alto Alentejo (also known as group of Crato-Nisa), with biomorphic/teomorphic plaques made of sandstone and schist; the group of Badajoz (with the type presented in this work) and last, but not least, the group of Portuguese Estremadura (with limestone cylinders and others representations). Despite the problems raised by this proposal, such as the certainty of its contemporaneous existence, it seems interesting to note the geographic position of Pombal had among those first three areas mentioned. Indeed, the area of Monforte (where Pombal is located) and mostly Elvas (located to southeast of the later) seems to have worked as a platform of contacts among these tentative regions.

The chronology proposed by V. Hurtado (2008 and 2010), placing this type of idols in the middle of the 3rd millennia a.n.e. does not take into account certain important aspects. Indeed, the chronology of the limestone artifact idols from the Portuguese Estremadura is now better understood, and it is plausible that these pieces were used mostly in the first half of the 3rd millennia a.n.e., moreover between 2900 and 2600 a.n.e. (Boaventura, 2009). In fact, by the middle of the millennium (around 2600-2300 a.n.e.), Bell Beaker ceramic occurred in different tombs, but limestone idols are rarely or not clearly associated. A good example is the cave tomb of Verdelha dos Ruivos where only a few small and unskilled limestone artifact idols were collected, when compared with the more numerous elements related with Bell Beaker crafts (Leitão et al, 1984; Boaventura, 2009). Based on the information available similar situation is probable at La Pijotilla (Hurtado, 1980, 1988 and 1991). Therefore seems more appropriate to place the type of idols discussed here also in the first half of the 3rd millennium a.n.e., coexisting

with approximately similar idols from other regions, unless new evidence is known that allows for a better chronological evaluation.

In contrast with the majority of slate and schist idol-plaques and of cylinder and other representations of limestone artifacts, that are commonly found inside funerary contexts, the limestone idol-plaque here discussed seems to have been found mostly in non-funerary contexts, namely from some interpreted as domestic spaces (Hurtado, 2010). However, the majority of this type of idol was recovered from plowed surfaces (such as the one from Pombal) or from non-disclosed or unknown locations.

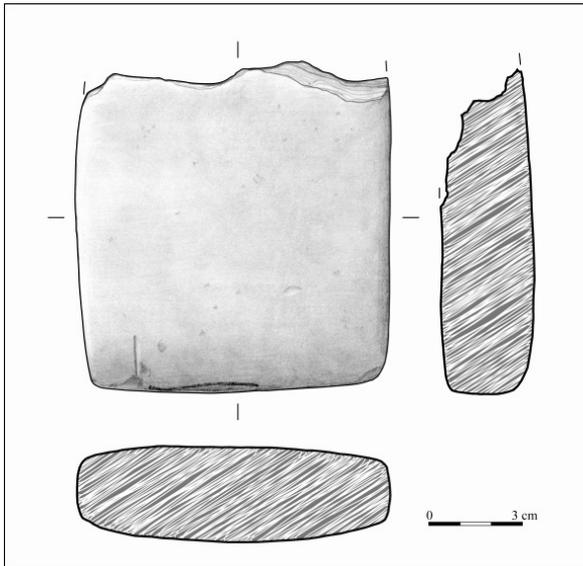


Figure 4 – Amphibolite polished plaque found in the same area of the limestone idol-plaque. Drawing by I. Conde and R. Boaventura.



Figure 5 – “Finders and keepers” of the idol-plaque at Pombal.

Until now no idol of the type presented here was known from Alentejo. Despite the extended excavations at Santa Vitória (Campo Maior), unfortunately poorly published, Torrão (Elvas), São Pedro (Redondo), Monte da Tumba (Alcácer do Sal), Escoural (Montemor-o-Novo), Perdigões (Reguengos

de Monsaraz), or more recently from several settlements in Baixo Alentejo, namely the huge site of Porto Torrão and its necropolises, no similar type of idol has been signaled. This apparent absence could be explained by cultural grouping as proposed by V. Hurtado (2008 and 2010) and other authors (Gonçalves, 2008; Lillios, 2008), where slate and schist idol-plaques were abundantly used. However, given the lack of research from certain areas of Alentejo, this assumption has to be put as a hypothesis to be tested throughout the upcoming years with new contextual data.

Afragide, December 2010

References:

- BOAVENTURA, R. (2001), *O sítio calcolítico do Pombal (Monforte): Uma recuperação possível de velhos e novos dados*. Lisbon, Instituto Português de Arqueologia.
- BOAVENTURA, R. (2009), *As antas e o Megalitismo da região de Lisboa*, PhD dissertation, Faculdade de Letras, University of Lisbon.
- GONÇALVES, V. S. (2003), *Sítios, “Horizontes” e Artefactos: Leituras Críticas de Realidades Perdidas*, Cascais, 2nd edition.
- GONÇALVES, V. S. (2008) “Na primeira metade do 3º milénio A.N.E., dois subsistemas mágico-religiosos no Centro e Sul de Portugal”, *4th Congreso del Neolítico Peninsular*, Alicante, Vol. 2, p.112-120.
- HELENO, M. (1962), “A “villa” lusitano-romana de Torre de Palma (Monforte)”, *O Arqueólogo Português*, Lisbon, New Series, 4, p.313-338.
- HURTADO PEREZ, V. (1980), “Los Ídolos Calcolíticos de La Pijotilla (Badajoz)”, *Zephyrus*, Salamanca, 30-31, p.165-196.
- HURTADO PEREZ, V. (1988), “Informe Sobre las Campañas de Excavaciones en La Pijotilla (Badajoz)”, *Extremadura Arqueológica*, Badajoz, 1, p.35-54.
- HURTADO PEREZ, V. (1991), “Informe de las Excavaciones de Urgencia en La Pijotilla: Campaña de 1990”, *Extremadura Arqueológica*, Badajoz, 2, p.45-67.
- HURTADO PÉREZ, V. (2008), “Ídolos, estilos y territorios de los primeros campesinos en el sur peninsular”, (Cacho, C.; Maicas, R.; Marcos, J.A. y Martínez, M.I. coords.) *Acercándonos al pasado. Prehistoria en 4 actos*, Madrid, Ministerio de Cultura. http://man.mcu.es/museo/JornadasSeminarios/acercandonos_al_pasado/archivos_pdf/hurtado.pdf.
- HURTADO PÉREZ, V. (2010), “Representaciones simbólicas, sitios, contextos e identidades territoriales en el Suroeste Peninsular”, *Ojos que nunca se cierran: Ídolos en las primeras sociedades campesinas*, 16 de Diciembre de 2009, Madrid, Museo Arqueológico Nacional, p.137-198.
- LEITÃO, M.; NORTH, C. T.; NORTON, J.; FERREIRA, O. V.; ZBYSZWESKI, G. (1984), “The Prehistoric Burial Cave at Verdelha dos Ruivos (Vialonga), Portugal”, (GUILAINE, J.1984) *L’Âge du Cuivre européen: Civilisations à vases campaniformes*, Paris, CNRS, p.221-239.
- LILLIOS, K. (2008), *Heraldry for the dead. Memory, identity and the engraved stone plaques of neolithic Iberia*, Austin, University of Texas Press.
- MATALOTO, R.; BOAVENTURA, R. (2009), “Entre vivos e mortos nos IV e III milénios a.n.e. do Sul de Portugal: um balanço relativo do povoamento com base em datações pelo radiocarbono”, *Revista Portuguesa de Arqueologia*, Lisbon, 12 (2), p.31-77.
- SALVADOR MATEOS, R. M.; PEREIRA, J. A. (2008), “Reflejos de la complejidad social del III al II milenio A.C. en el Alto Ribatejo português: “Ídolos oculados” del povoado da Fonte Quente (Tomar, Portugal)”, *Zephyrus*, Salamanca, 42 (Jul.-Dez.), p.197-205.

FIGURINHA EN XISTO PROCEDENTE DEL RELLENO DEL FOSO 1 DEL COMPLEXO ARQUEOLÓGICO DOS PERDIGÕES (REGUENGOS DE MONSARAZ)

Elena Mata, Juan Fernández y José Luis Caro¹

Resumo:

En el presente artículo se da a conocer el hallazgo de una singular placa de pizarra en el fondo de la estructura conocida como foso 1 del *Complexo Arqueológico dos Perdigoes* (Reguengos de Monsaraz, Portugal), en las inmediaciones de la denominada puerta 1, al NE del sitio. La pieza, aunque aparentemente sin decoración, presenta ciertas características que la asemejan de alguna forma a las célebres placas alentejanas, típicas del suroeste de la Península Ibérica en contextos megalíticos.

Abstract:

Chist figurine from the filling of ditch 1 at the Perdigoes Archaeological Complex (Reguengos de Monsaraz).

In this article we give notice of the discovery of a unique slate plaque at the bottom of the structure known as ditch 1 at the *Perdigoes Archaeological Complex* (Reguengos de Monsaraz, Portugal), in the vicinity of the so-called gate 1, NE of the site. By virtue of certain features, the item, though apparently undecorated, somewhat resembles the famous Alentejo plaques, so common in megalithic contexts from the southwestern Iberian Peninsula.

1. Introducción

Desde el verano de 2009, el Área de Prehistoria de la Universidad de Málaga (España) viene excavando el foso nº 1 del Complejo Arqueológico dos Perdigoes. Dichos trabajos son continuación de los iniciados en 1997 por parte de ERA Arqueología (Lago *et al.* 1998a; 1998b) y han finalizado precisamente en Agosto de 2010².

En el transcurso de los últimos trabajos se localizó, en uno de los más profundos niveles de colmatación del foso 1, una estelita o **figurinha de xisto**. Adelantándonos a la que será futura publicación de la memoria de estos trabajos, damos a conocer en estos momentos la noticia de este hallazgo aunque, debemos advertir, que el estudio definitivo queda aún por realizar. En cualquier caso, la infrecuente aparición de objetos ideomorfos en el relleno de estos fosos recomendaba adelantar la noticia del descubrimiento.

2. Descripción

Se trata de una placa de **xisto** (Figs. 1 y 2) que presenta su extremidad superior considerablemente redondeada, cuyos lados se estrechan progresivamente, convergiendo en una base estrecha y aplanada.



Figura 1 – Fotografia da placa de xisto.

Presenta una serie de escotaduras laterales que le dan cierto carácter antropomorfo al conjunto, especialmente, si reconocemos en dicho recurso decorativo algún tipo de tocado o indicativo del cabello. Tanto la superficie de la pieza como sus laterales han sido cuidadosamente alisados, mostrando sus caras evidencias de abrasión continuada, en algunos casos generando marcas longitudinales profundas, y siempre perpendiculares al eje longitudinal de la pieza. En primera instancia, no parece que dichas marcas

¹ Universidad de Málaga

² Las excavaciones arqueológicas han sido dirigidas por José E. Márquez Romero y José Suarez Padilla

correspondan a incisiones finas que representen o configuren algún tipo de vestimenta o ropaje, contingencia esta que tendrá que ser confirmada en el estudio definitivo.

La placa de xisto tiene una longitud de 110 mm. Su anchura máxima, que se ubica inmediatamente debajo de las escotaduras o muescas que parecen decorarla, es de 50 mm. La extremidad superior supera ligeramente los 46 mm., mientras que la inferior es la zona más estrecha con tan solo 32 mm. El espesor del objeto es constante y se mantiene siempre entre 9 y 10 mm. Por último, cabe señalar que pesa 102.7 gr.

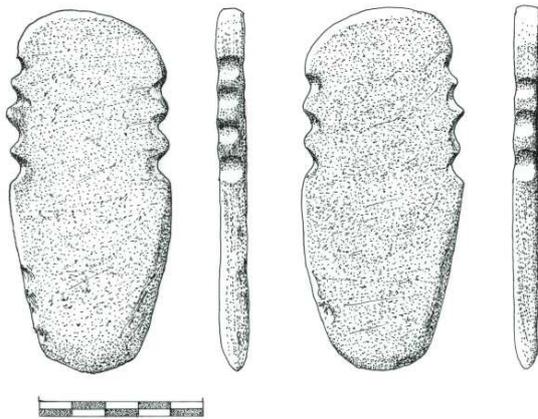


Figura 2 – Dibujo de la placa de xisto.

Como se ha indicado, en su extremidad superior presenta varias escotaduras o muescas. Concretamente, cuatro en la parte superior izquierda de la placa y otras tres más, localizadas en el lado superior derecho. Son muescas de entre 8 y 11 mm. de anchura y 3 y 5 mm. de profundidad, lo que da al borde de la placa un perfil en zig-zag en esos tramos.

3. Contexto arqueológico del hallazgo

La placa de **xisto** fue descubierta en la denominada UE 139. Dicha UE fue una de las últimas identificadas durante los trabajos de excavación en el Sondeo L-1 (realizados en Agosto de 2010), de modo que correspondía, de hecho, con el segundo nivel de relleno del foso, dispuesto directamente sobre un primer estrato que no presentaba material arqueológico.

Para contextualizar el hallazgo podemos precisar que en la dinámica de formación del relleno de este foso 1, se han identificado numerosos episodios deposicionales en los que la fauna, los fragmentos de cerámica y los bloques de piedras de mediano y gran tamaño se han combinado formando niveles arqueológicos de rápida formación, que se suceden sin solución de continuidad, salvo por la presencia de algunos episodios erosivos posiblemente de naturaleza hídrica (Márquez *et alii*, en este volumen).

Uno más de esos episodios deposicionales es el identificado en la UE 139. Dicha unidad estratigráfica es un estrato profundo, adaptado a las paredes del foso, contra las que apoya, en un tramo en el que ya presenta un acusado perfil en "V". Tiene 13 cm. de potencia (dispuesto entre las cotas absolutas 239.86 y 239.73 m.s.n.m.) con 3 alturas de materiales correspondientes a un solo depósito, en la última de las cuales se documentó la *figurinha de xisto* que aquí damos a conocer (Fig.3).

Este depósito presenta matriz arenosa, con tonalidad marrón oscuro. Las inclusiones que presenta son algunos restos de partículas de adobe, restos de piedras de diversa naturaleza (algunas de ellas quemadas), que alternan con faunísticos y cerámicos. Con respecto a la fauna, a falta del pertinente estudio, se observa al menos la significativa presencia de restos de herbívoros de gran tamaño, con fragmentos de mandíbulas, vértebras y algunas extremidades.

Con respecto a la cerámica, los fragmentos de bordes registrados en la UE 139 no alcanzan la decena de elementos. Se trata en todo caso de recipientes correspondientes a formas abiertas. Se localizan fragmentos de platos, de bordes simples y engrosados (uno de ellos, de pequeñas dimensiones, tipo escudilla), un fragmento de taza, y dos cazuelas, una de ellas abierta, poco profunda, y otra posiblemente más honda, con perfil en "S". Se trata, en todo caso, de formas muy habituales en el yacimiento, con presencia significativa en los contextos calcolíticos exhumados en las diversas intervenciones practicadas hasta el presente en Perdigoës.

Comparativamente con el resto de los materiales detectados en la propia estratigrafía del foso 1, resultan muy coherentes con los tipos cerámicos hallados en los niveles suprayacentes a esta unidad en la campaña del 2009. Aunque ni en este estrato ni en los inmediatamente superiores se ha localizado cerámica campaniforme, ésta sí está presente en los estratos de colmatación de este foso documentados en 1997 (Albergaria, J. 1998).



Figura 3 – Contexto arqueológico que acompaña a la placa de xisto. Detalle en planta de la última altura de materiales documentada en la UE 139, Sondeo L-1 (fotografía realizada tras limpieza previa de la placa).

A falta aún de los resultados de la serie de dataciones absolutas previstas, se puede proponer una datación convencional de la segunda mitad del III milenio para la formación de este estrato y para la colmatación general del foso 1.

Bibliografía

- ALBERGARIA, J. (1998): "Recipientes cerámicos campaniformes recolhidos no Povoado dos Perdígões", in Lago, M.; Duarte, C.; Valera, A.; Albergaria, J.; Almeida, F. y Carvalho, A., "Povoado dos Perdígões (Reguengos de Mosaraz): dados preliminares dos trabalhos arqueológicos realizados em 1997", *Revista Portuguesa de Arqueologia*, 1 (1), p.114-119.
- LAGO, M.; DUARTE, C.; VALERA, A.; ALBERGARIA, J.; ALMEIDA, F. e CARVALHO, A. (1998), "Povoado dos Perdígões (Reguengos de Mosaraz): dados preliminares dos trabalhos arqueológicos realizados em 1997", *Revista Portuguesa de Arqueologia*, 1 (1), p. 45-152.
- LAGO, M.; DUARTE, C.; VALERA, A.; ALBERGARIA, J.; ALMEIDA, F.; CARVALHO, A. e REIS, S. (1998), *Povoado Pré-Histórico dos Perdígões (Reguengos de Mosaraz). Relatório final dos trabalhos de salvamento arqueológico*, Relatórios Era 1, ERA-Arqueologia, Lisboa.
- MÁRQUEZ, J.E.; SUÁREZ, J.; MATA, E.; JIMÉNEZ, V. y CARO, J.L. (en este volumen), "Actividades arqueológicas de la Universidad de Málaga en el Complejo Arqueológico dos Perdígões (Reguengos de Mosaraz, Portugal). Trienio 2008-2010", *Apontamentos de Arqueologia e Património*, 7, Lisboa, Nia-Era Arqueologia, p.25-32.

COSMOLOGIA E RECINTOS DE FOSSOS DA PRÉ-HISTÓRIA RECENTE: RESULTADOS DA PROSPECÇÃO GEOFÍSICA EM XANCRA (CUBA, BEJA)

António Carlos Valera¹ e Helmut Becker²

Resumo:

No âmbito do projecto “Plantas de recintos de fossos e cosmologias neolíticas: uma abordagem paisagística, arqueoastronómica e geofísica”, financiado pela Fundação Calouste Gulbenkian, foi realizada uma campanha de prospecções geofísicas no sítio de Xancra, com recurso ao método de magnetometria, com vista à obtenção de uma planta integral do sítio.

O projecto de investigação tem como objectivo genérico desenvolver a abordagem interpretativa das expressões cosmológicas na estruturação arquitectónica dos recintos de fossos neolíticos e calcolíticos do Sul de Portugal, partindo da análise de plantas tendencialmente integrais de um conjunto de contextos obtidas através do recurso à prospecção geofísica.

No caso de Xancra os resultados obtidos são excepcionais, possibilitando uma imagem global da planimetria do complexo de recintos e uma primeira análise da sua organização arquitectónica em correlação com a topografia local e orientação das entradas, as quais sugerem uma clara vinculação astronómica e cosmológica.

Abstract:

The chalcolithic (?) enclosures of Xancra (Cuba, Beja): an image from the geophysical prospection

In the context of the project “Ditched enclosures design and Neolithic cosmologies: a landscape, architectonic and geophysical approach” a campaign of geophysics prospection, though magnetometry, was conducted in the Xancra site, aiming to acquire a complete plan of the archaeological site.

The research project aims to approach the cosmological foundations of the Neolithic and Chalcolithic ditched enclosure architectures of South Portugal through the analysis of their plans obtained by geophysical methods of prospection.

In this case the results were exceptional, providing a global plan of the site and allowing a first analysis of its architectural organization regarding topography and door orientation, which suggests a strong astronomic and cosmological bond.

1. Introdução: o projecto.

Os trabalhos realizados no sítio de Xancra foram enquadrados num projecto de investigação do NIA-Era Arqueologia (dirigido por A.C. Valera e aprovado pelo Igespar e financiado pela Fundação Calouste Gulbenkian) que tem como objectivo genérico desenvolver uma abordagem interpretativa das vinculações cosmológicas da estruturação arquitectónica dos recintos de fossos neolíticos e calcolíticos do Sul de Portugal, partindo da análise de plantas tendencialmente integrais de um conjunto de contextos, obtidas através do recurso à prospecção geofísica.

Trata-se, no contexto da Arqueologia Ibérica, de uma abordagem inovadora à natureza destes contextos, tradicionalmente interpretados como povoados sem mais considerações, frequentemente sem base empírica segura, caracterizada por forte carácter parcelar da informação disponível sobre a real dimensão, design e complexidade estrutural dos sítios. Esta linha de investigação começou a ser ensaiada no recinto dos Perdigões a partir da fotografia aérea obtida em 1996 (Valera, 2008a). A recente realização de prospecções geofísicas, com a aplicação do método da magnetometria, produziu resultados excelentes (Márquez Romero, *et al.*, no prelo; Valera *et al.* no prelo), permitindo aprofundar a análise desta problemática e demonstrando que esta metodologia (como já tinha sido evidenciado noutros contextos europeus) pode ser muito produtiva na obtenção de imagens globais dos contextos, com reflexos importantes ao nível da sua interpretação.

¹ Coordenador do NIA, ERA Arqueologia S.A. (antoniovalera@era-arqueologia.pt).

² Becker Archaeological Prospection.

O objectivo é, assim, produzir uma base empírica (impossível de obter pelos métodos arqueológicos

tradicionais, face à dimensão, complexidade dos contextos e problemas colocados por intervenções intrusivas) susceptível de permitir uma abordagem de base arqueoastronómica e de enquadramento paisagístico que procure testar a tese, desenvolvida em contextos congêneres europeus, de que muitos destes recintos teriam uma fundamentação cosmológica na sua estruturação.

Esta linha de investigação é inovadora a nível peninsular e procurará enriquecer o debate e o conhecimento disciplinar sobre um tipo de realidade arqueológica que, na última década, tem vindo a desempenhar grande protagonismo na Arqueologia Ibérica da Pré-História Recente e na sua internacionalização.

De facto, a arqueologia da Pré-História Recente Peninsular tem vivido uma verdadeira revolução empírica nos últimos anos, sendo raras as regiões que não têm surpreendido. Este ritmo acelerado de descoberta ocorre num contexto curioso, que tem a virtude de o tornar bem mais interessante: o de uma progressiva maior diversidade teórica nas abordagens à Pré-História Peninsular. As “descobertas empíricas” são agora acompanhadas de “pluralidades interpretativas”, que alimentam debates mais ou menos apaixonados. Neste contexto, a questão dos recintos de fossos e o papel que desempenham no desenvolvimento das comunidades neolíticas e calcolíticas peninsulares tem sido uma das temáticas catalizadoras desta dinâmica, tendo rapidamente assumido um acentuado protagonismo no âmbito das disputas teóricas, interpretativas, transportando a Península para um contexto de investigação de uma realidade de escala europeia.

A construção de recintos, sendo um fenómeno que se espalha por quase toda a Europa, apresenta uma significativa diversidade formal, à qual será espectável que corresponda uma igualmente significativa diversidade conceptual. Também na própria Península Ibérica essa diversidade é assinalável (Valera e Filipe, 2004), fazendo-se sentir nas plantas, na topografia de implantação, na dimensão dos recintos e na sua complexidade, nas dimensões das estruturas, nos seus momentos de fundação, na sua temporalidade, na natureza dos contextos que albergam.

Na Península Ibérica, as propostas interpretativas para estes contextos e para a sua diversidade têm sido predominantemente desenvolvidas no âmbito das correntes teóricas processualistas ou materialistas, onde os recintos são percebidos como povoados fortificados sedentários de comunidades agro-pastoris e a sua diferença de tamanho entendida como indicador de hierarquização de povoamento e de territórios.

No mundo anglo-saxónico, porém, as abordagens enquadradas pelas correntes pós-processuais, têm explorado outras soluções interpretativas, mais vinculadas às questões da gestão de identidade e da organização simbólica do mundo. Para versões mais efémeras destes contextos, tem sido desenvolvida a designada “dwelling perspective”, para sublinhar que a importância destas

construções residiria essencialmente no acontecimento ou na actividade de construir e usar. O sentido e as qualidades espaciais emergiriam na sequência da construção. Estes recintos teriam, assim, uma forma em permanente emergência e nunca acabada, e a emergência do sentido produzir-se-ia na volatilidade da experiência.

Outros, sublinhando a existência, apesar da diversidade, de um conjunto de recorrências em vastas áreas geográficas, nomeadamente a tendência para a circularidade e para formas concêntricas, sugerem a existência de ideias partilhadas que participam activamente na conformação das arquitecturas e organizações dos territórios e paisagens, que depois se expressariam através de particularismos e de especificidades contextuais. Entre essas abordagens contam-se precisamente as que tomam em consideração os aspectos cosmológicos na organização do espaço e na estruturação arquitectónica.

A investigação arqueológica tem vindo a evidenciar a importância das leituras cosmológicas na forma como as comunidades Pré-Históricas se organizam no espaço e como desenvolvem as suas arquitecturas. A bibliografia disponível é hoje muito extensa e genericamente sublinha as formas como as cosmologias se reflectem nos elementos simbólicos, na arte, na arquitectura e na organização da paisagem de cada comunidade, ou seja, fala-nos de cosmografias.

No que respeita aos recintos da Pré-História Recente, estas abordagens cosmológicas têm sublinhado a inadequação de perspectivar de forma compartimentada as vivências das comunidades pré-históricas, nomeadamente as separações entre sagrado e profano e entre o humano e o natural: a vida quotidiana, o cosmos, a religião constituiriam uma unidade não separada e não separável. As arquitecturas e as formas de organização do espaço faziam parte dessa unidade e traduziam-na, agindo sobre ela. São apresentados inúmeros exemplos etnográficos de arquitecturas, de casas a sítios inteiros, em que a construção é toda ela impregnada por cosmologias (Lewis-Williams e Pearce, 2005). Assim, para inúmeros recintos europeus tem sido evidenciada a sua estruturação astronómica e a relação entre algumas das suas morfologias preponderantes (círculo e elipse) e elementos arquitectónicos específicos (como as entradas) e certas dinâmicas celestes.

O suporte das representações físicas das visões do Cosmos é o mesmo que está na base da construção dessas visões: o mundo e a sua vivência. Neste âmbito, a arquitectura e a organização da paisagem surgem como formas de mapear o universo, cujas características e histórias associadas podem ser “lidas”, “lembradas” e “vividias”, uma vez que estão inscritas em suportes físicos específicos, tanto do território como da vida animal e vegetal envolvente. A arquitectura e a organização do território podem transformar-se em mapas que representam e participam das qualidades do cosmos e os aspectos físicos particulares de cada paisagem, como a topografia, a hidrografia, ou geologia, surgem como recursos ao serviço dessa organização semântica.

Este projecto, usando alguns exemplos portugueses, procura evidenciar o potencial da aplicação destas abordagens cognitivas e cosmológicas às problemáticas dos recintos pré-históricos.

2. O sítio: localização e identificação

O conjunto de recintos de Xanra situa-se, do ponto de vista administrativo, no concelho de Cuba, distrito de Beja, sensivelmente a 1,7 Km a sul da sede de concelho, do lado esquerdo da estrada que se dirige para a Base Aérea de Beja.

Está implantado numa suave vertente e ladeado por duas linhas de água que formam o estreito interflúvio orientado genericamente a SE. A visibilidade abre-se para o quadrante NE-SE, enquanto para Oeste é restrita pela topografia local (o topo da vertente, a meio da qual se localiza o sítio). As suas coordenadas são: latitude 38°8'48.07"N, longitude 7°53'50.78", altitude média de 168m (C.M.P., 1:25000, fl. 499). A geologia local corresponde ao Complexo Grabro-Diorítico de Cuba (gabros, dioritos, quartzodioritos e granófiros), que se apresentam alterados.

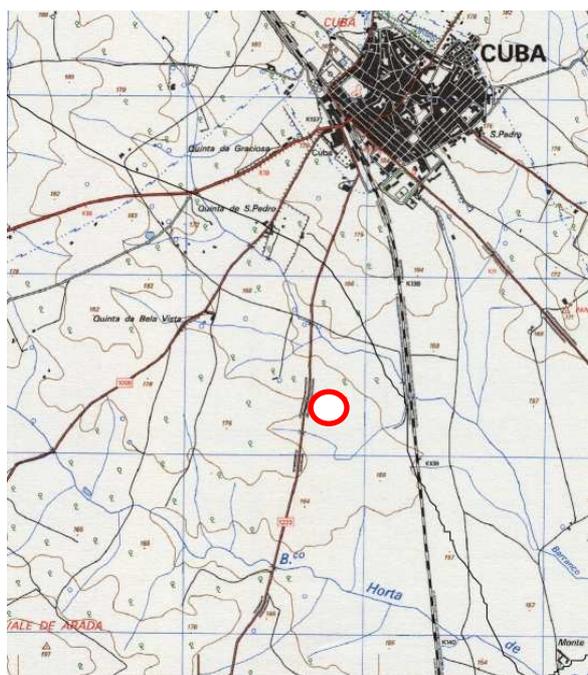


Figura 1 – Localização do recinto de Xanra na C.M.P., escala 1:25000, fl. 499.

O sítio foi identificado (Valera, 2008b) através do Google Earth, quando se tentava localizar o vizinho sítio de Xanra 2, sujeito a trabalhos de minimização realizados pela Era Arqueologia S.A. no âmbito do Empreendimento Hidroagrícola da Alvito-Pisão da responsabilidade da EDIA, S.A. A recolha de alguns materiais de superfície confirmaria a cronologia Pré-Histórica (aparentemente exclusivamente calcolítica) do que parecia ser um contexto composto por dois recintos de fossos concêntricos e cuja notícia de descoberta foi publicada em 2008 (*idem*).

3. A prospecção geofísica

A prospecção geofísica, da responsabilidade de Helmut Becker coadjuvado por uma equipa da ERA Arqueologia, foi realizada com o método da magnetometria com recurso a magnetómetro Geometrics G-858G, de sensor duplo com uma sensibilidade de 0.03nT e uma resolução de 0.1 x 0.5m (preto / branco), sobre áreas previamente preparadas com um quadriculado georeferenciado, com quadrados de 40 metros de lado. A totalidade da área prospectada foi de 3,6 ha, correspondendo a 22,5 quadrados de 40x40 metros.

Os resultados obtidos são de excelente qualidade, tendo proporcionado uma imagem de grande clareza e que abrange a totalidade do conjunto de recintos, mas não a totalidade de estruturas negativas, uma vez que é visível o prolongamento de muitas para fora da área sondada (Fig. 2).

Assim, é possível observar que o sítio apresenta não dois recintos (como inicialmente se julgava a partir da observação da imagem do Google Earth), mas três, os quais são genericamente concêntricos. De igual forma, o seu traçado não é de curvatura simples, mas profundamente sinuoso.

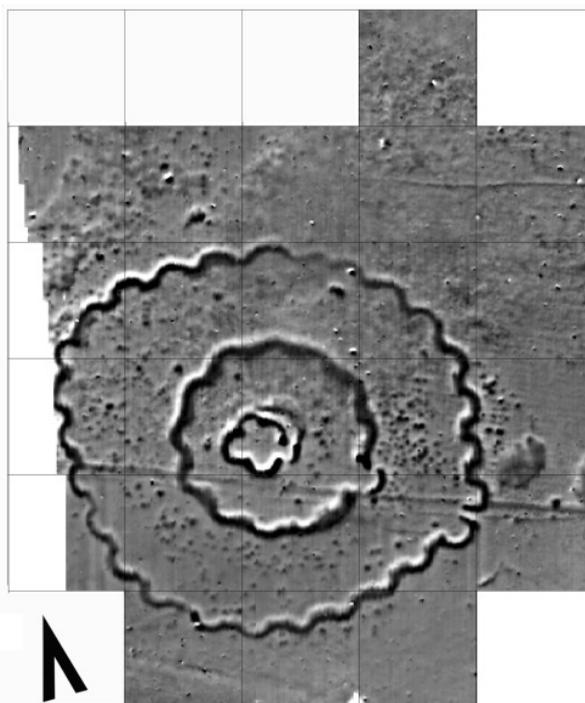


Figura 2 – Imagem global obtida na prospecção geofísica (quadrados com 40 metros de lado).

4. Análise da imagem: descrição das estruturas

O Recinto 1 (R1), o mais interior, apresenta uma planta sinuosa, mas de grande regularidade, com quatro semicírculos que arrancam uns dos outros, formando uma espécie de “trevo de quatro folhas”, de configuração genericamente circular com 20 metros de diâmetro. O fosso (F1) apresenta uma dimensão de 2 metros de largura ou ligeiramente superior (Fig. 3).

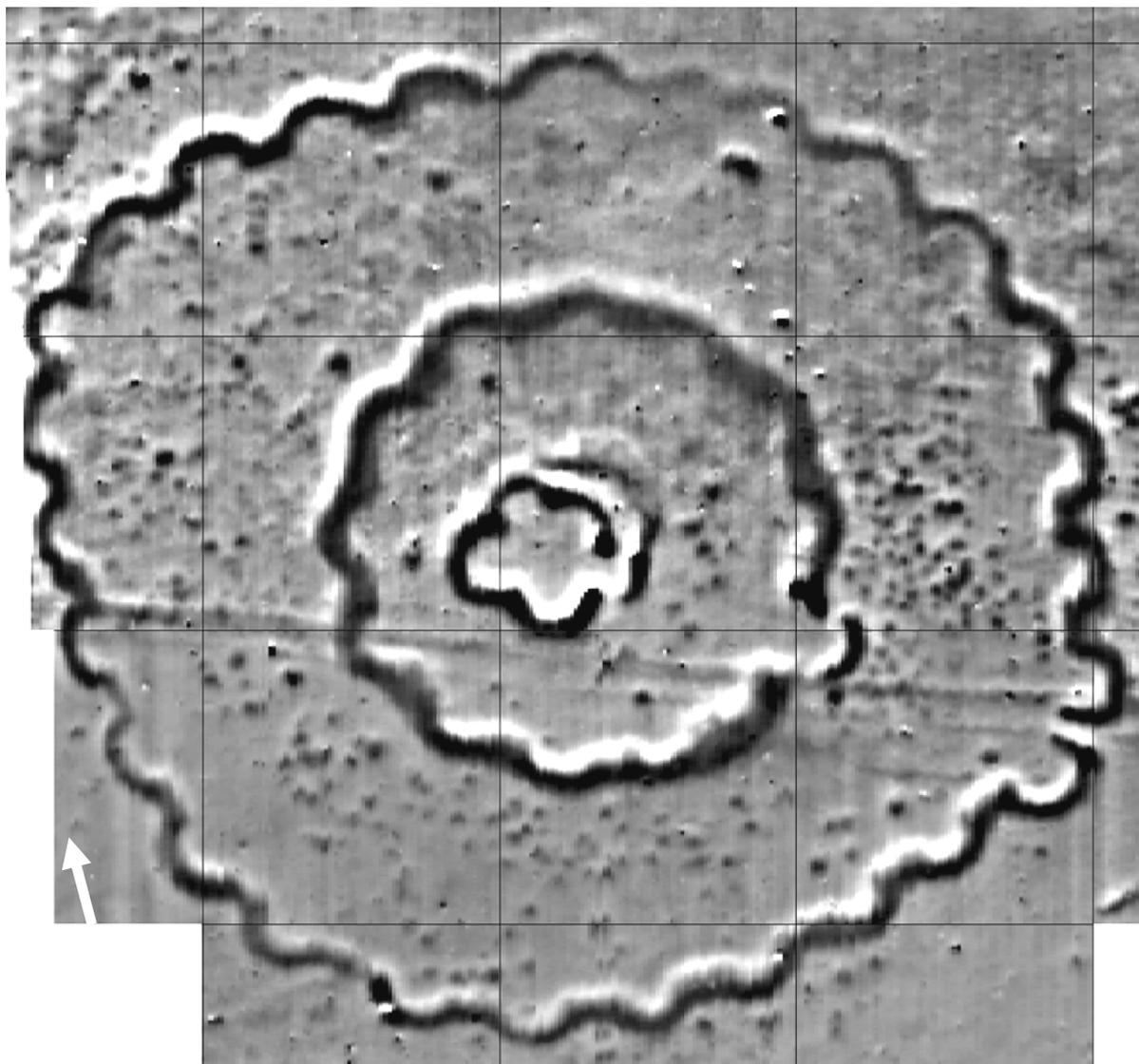


Figura 3 – Imagem do conjunto dos três recintos genericamente concêntricos e com as respectivas entradas alinhadas e orientadas a Sudeste (quadrados de 40 metros de lado).

A Sudeste existe uma entrada, que corresponde a uma interrupção do fosso com 4 metros de largura. Pelo exterior, e arrancando da extremidade do fosso do lado sul da entrada, desenvolve-se em meia-lua uma outra linha de fosso. Prolonga-se de forma paralela ao recinto até ao seu lado Norte, criando um corredor entre fossos que tem que ser percorrido antes de se entrar. A sua largura parece variar. No início, junto à entrada, é semelhante à do fosso que delimita o recinto, formando um pequeno semicírculo, para depois se alargar bastante pelo exterior, transformando-se numa espécie de crescente. Se tomarmos em consideração a estrutura de entrada do Recinto 2, podemos pensar que existem efectivamente duas estruturas que se anexam. Uma mais pequena, mesmo em frente à entrada, em forma de “perfil de *imbrice*”, formando uma entrada lateral idêntica à do Recinto 2, com 2 metros de largura.

Este tipo de soluções está igualmente documentado nas entradas Sudoeste e Oeste do recinto exterior dos Perdígões (fig. 4) (Márquez Romero *et al.* no prelo; Valera *et al.* no prelo).

A esta primeira estrutura semicircular parece, depois, acrescentar-se a estrutura em forma de crescente, a qual acaba por formar o corredor entre fossos.

No interior do recinto praticamente não existem anomalias de outras estruturas. Existem apenas dois pequenos sinais, correspondendo eventualmente a duas pequenas fossas (de diâmetro aparentemente inferior a 1 metro): uma localizada precisamente ao centro do recinto e alinhada com a sequência de entradas dos três recintos; outra um pouco mais a norte desta.

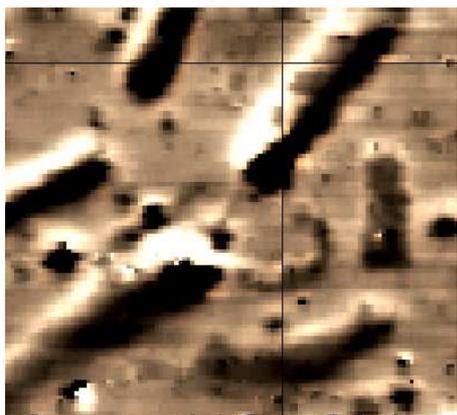


Figura 4 – Pormenor da entrada SE do recinto exterior dos Perdigoões (Reguengos de Monsaraz).

O Recinto 2 (R2), integra o R1 e é definido pelo fosso intermédio (F2), com cerca de 4 metros de largura (Fig. 3). Apresenta uma planta igualmente sinuosa e de grande regularidade, com o fosso a formar uma sequência de 12 segmentos de círculo, originando uma configuração global circular com 65 metros de diâmetro.

Não é exactamente concêntrico relativamente a R1, pois aquele apresenta-se ligeiramente mais a Oeste do ponto central de R2. Por outro lado, e ao contrário do interior de R1, o espaço entre os fossos que delimitam estes dois recintos apresenta um conjunto significativo de estruturas negativas de tendência circular e com diâmetros entre 1 e 5 metros e que corresponderão a fossas. Em algumas situações poderão tratar-se de estruturas de tipo hipogeu, com câmara e entrada em fosso lateral, como se têm vindo a registar em vários contextos do distrito de Beja (como em Sobreira de Cima ou Outeiro Alto 2). Esta poderá ser, por exemplo, a situação de uma anomalia de maiores dimensões localizada do lado Oeste, sensivelmente a meio entre os fossos 1 e 2. Note-se, ainda, uma grande fossa circular, com cerca de 6 metros de diâmetro, encostada ao fosso, junto à extremidade norte da entrada. Esta proximidade de grandes estruturas negativas circulares a fossos é conhecida noutros contextos, onde se verifica serem estruturas funerárias de tipo hipogeu, com entradas abertas a partir da parede do fosso (Valera, *et al.* no prelo).

Tal como R1, R2 tem uma entrada orientada a Sudeste e alinhada com as dos recintos interior e exterior, a qual corresponde a um interrupção do fosso com 8/9 metros de largura. Da extremidade sul dessa interrupção arranca, pelo exterior, um pequeno fosso em forma de “perfil de *imbrice*”, que obriga que a entrada se faça “em gancho” pela direita, por um espaço lateral de cerca de 2 metros de largura.

Quanto ao Recinto 3 (R3), o exterior, é definido por um fosso (F3) de cerca de 4 metros de largura com as mesmas características de sinuosidade e regularidade dos anteriores, formando uma sequência de 27 segmentos de círculo que, no conjunto, formam uma planta tendencialmente elipsoidal que se apresenta relativamente concêntrica relativamente a

R2. Tem 150 metros no eixo maior e 130 metros no eixo menor.

A entrada apresenta-se a Sudeste, perfeitamente alinhada com as dos recintos interiores, mas a sua morfologia é diferente. Não tem prolongamentos delimitadores pelo exterior e, em vez de corresponder a uma simples interrupção do fosso, verifica-se um prolongamento para o interior de ambas as extremidades, na sequência dos segmentos de círculo do traçado sinuoso, formando um curto corredor de planta ligeiramente trapezoidal (afunilada para o interior) com 7 metros de comprimento e 2 metros de largura mínima (numa configuração em planta semelhante à da entrada da muralha exterior de Los Millares). Parece, assim, estar documentada uma certa regularidade nas entradas, não apenas na orientação conjugada a Sudeste, mas também no estreitamento das passagens para dimensões em torno aos 2 metros.

No interior deste recinto, no espaço entre o fosso 3 (que o delimita) e o do fosso 2 (que delimita o recinto intermédio) ocorrem anomalias de uma grande quantidade de estruturas negativas, predominantemente circulares e com diâmetros a variar entre 1 metro e 6 metros. Uma grande concentração aparece à direita da entrada, praticamente de um fosso ao outro. Curioso é o facto dessa densidade de fossas terminar ao longo do que seria o caminho directo entre as duas portas, como que delimitando e marcando um trajecto interno de circulação (Fig. 5)

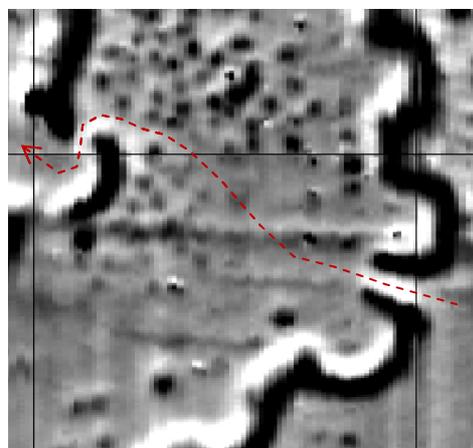


Figura 5 – Trajecto da entrada de R3 até à entrada de R2 parcialmente delimitado por estruturas negativas.

Para além desta concentração à direita da entrada, as anomalias de estruturas negativas distribuem-se com densidade e regularidade por todo espaço entre os fossos 3 e 2, com excepção da área norte, onde rareiam. Tal como no recinto intermédio, a maioria corresponderão a fossas, mas algumas podem eventualmente corresponder a estruturas de câmara e entrada lateral, situação que só poderá ser esclarecida em escavação. Neste contexto, é de salientar a existência de quatro estruturas alinhadas lado a lado na

extremidade Noroeste do recinto: correspondem aparentemente de estruturas mais alongadas, sendo que as duas mais a Norte parecem evidenciar dois espaços bem delimitados, como se de uma câmara e um acesso se tratassem (Fig.6).

Note-se, uma vez mais, a presença de grandes estruturas circulares, algumas com dimensões que atingem os 6 metros de diâmetro, e que, por vezes, aparecem mesmo junto do rebordo do fosso (por exemplo, a Norte).

Mas pelo exterior dos recintos foram registadas igualmente inúmeras anomalias.

À direita da entrada registou-se a presença de uma grande estrutura negativa, de planta elipsoidal, com um eixo maior de 20 metros e um eixo menor de 13 metros. A dez metros mais para Este aparece outra do mesmo género, mas que se estende para além da área sondada. Estas grandes estruturas são de difícil interpretação a partir apenas da imagem geofísica e nem sequer há a garantia de que sejam contemporâneas dos recintos.

Na mesma área, à direita da entrada, entre o fosso e a estrutura elipsoidal, regista-se uma concentração de fossas junto ao fosso, com algumas a sobreporem-se a outras mais antigas. A sul, acompanhando o fosso 3 pelo exterior, mais algumas fossas foram registadas. Já a Norte, regista-se uma profusão de pequenas anomalias que sugerem a presença de uma significativa densidade de estruturas que se desenvolvem numa mancha em arco em torno ao recinto e que se estende para fora dos limites da área prospectada.

No lado Noroeste desta mancha, entre a profusão de estruturas, é possível discernir um alinhamento de pequenas fossas que aparentemente se desenvolve de forma sinuosa, num certo paralelismo relativamente ao fosso 3, parecendo depois curvar para norte (Fig. 6).

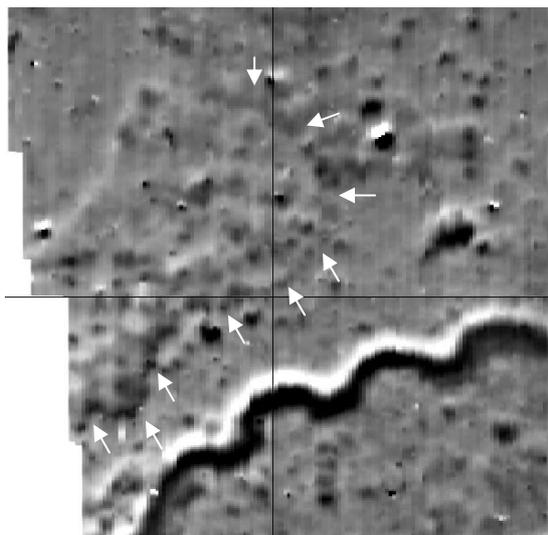


Figura 6 – Concentração de estruturas pelo exterior dos recintos, no lado Noroeste. É notório o alinhamento de pequenas fossas, num trajecto sinuoso (setas).

5. Análise da imagem: o design

A imagem proporcionada revela um *design* que, com particularidades específicas, se aproxima dos conhecidos nos sítios alentejanos de Santa Vitória, em Campo Maior (Dias, 1996), e Outeiro Alto 2, em Serpa (Valera e Fiipe, 2010). Esse paralelismo é expresso tanto pela regularidade do traçado sinuoso (formando sequências de segmentos de círculo), como na aparente orientação preferencial aos solstícios, de Verão, no recinto interior de Santa Vitória, de Inverno no Outeiro Alto 2 (Fig. 7)³.

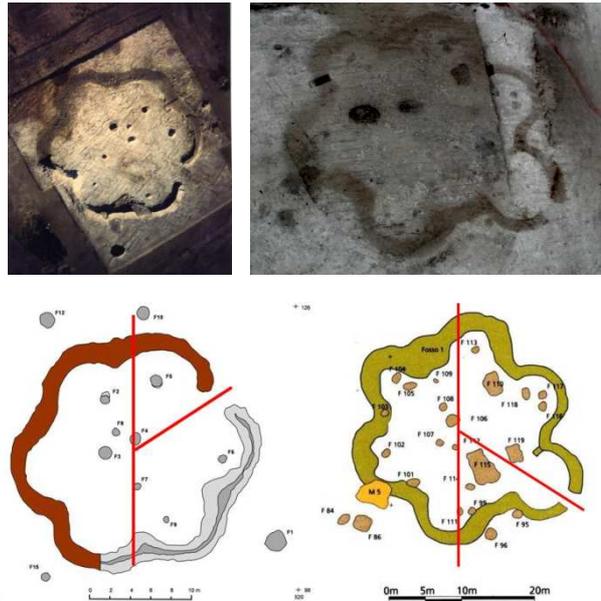


Figura 7 – (Esquerda) Santa Vitória, foto cedida por Miguel Lago e planta do recinto interior (segundo Dias, 1996 modificado); (Direita) Outeiro Alto 2, foto de Paulo Marques e planta (segundo Valera e Filipe, 2010). Entradas aparentemente orientadas respectivamente ao solstício de Verão e solstício de Inverno.

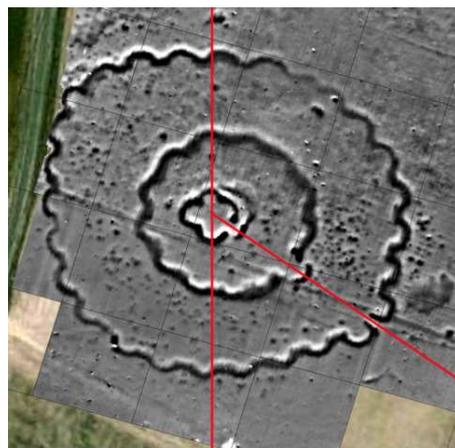


Figura 8 – Orientação alinhada a Sudeste (124° - Solstício de Inverno ?) das entradas de Xanra.

³ O estudo arqueoastronómico destes dois recintos está igualmente prevista no âmbito do projecto acima referido.

Por outro lado, se no Outeiro Alto 2 existe apenas um recinto, em Santa Vitória dois e em Xacra três, verifica-se que as dimensões são relativamente pequenas e próximas. R1 de Xacra, com cerca de 20 metros de diâmetro, é sensivelmente do mesmo tamanho que o Outeiro Alto 2 e do que pode ser estimado para o recinto exterior de Santa Vitória (sendo que o recinto interior deste último contexto apresenta metade: 10 metros).

A regularidade e a proximidade do desenho destes recintos, que os particularizam no conjunto cada vez mais numeroso dos recintos do Sudoeste Peninsular, parecem sugerir a existência de determinadas prescrições, ideias e intenções que se materializam neste tipo de *design*, cuja investigação obrigará a um reequilibrar dos questionários com que se tem abordado o problema dos recintos de fossos sinuosos (Valera, no prelo), prestando mais atenção ao sentido contido na sua estruturação arquitectónica (abordagem iniciada para os Perdígões (Valera, 2008a), mas que tem sido algo abafada pelo debate em torno da funcionalidade destes contextos, embora dele não deva ser dissociada).

Uma dessas questões é precisamente a vinculação cosmológica de alguns destes recintos (nomeadamente os que apresentam um desenho regular), os quais parecem inequivocamente obedecer a orientações astronómicas, tanto na orientação das entradas, como inclusivamente nas suas estratégias de implantação no terreno.

Outras questão tem a ver, precisamente, com a coerência e harmonia que nos é dado observar na construção de muitos destes recintos, nomeadamente dos mais pequenos e que terão um funcionamento mais limitado no tempo (não sujeitos a grandes remodelações resultantes de uma longa diacronia de ocupação/utilização), a qual nos conduz à problemática da planificação e da forma como são construídos. A questão da existência de planos prévios de estruturas delimitadoras de espaços (sejam elas, fossos, muralhas, muros ou paliçadas) e da sua execução planificada há muito que se debate em Pré-História (Valera, 2007). O debate oscila entre a existência de planos prévios, onde as estruturas são edificadas na sua totalidade de uma só vez (independentemente de alterações posteriores), e estratégias construtivas graduais e sujeitas às circunstâncias de vida dos sítios, da capacidade da comunidade de os edificar e do significado social do próprio acto de os ir construindo. Trata-se, portanto, de uma questão relevante para a própria teoria social e para a ponderação das arquitecturas como indicadores de complexidade social.

De facto, a grande construção projectada e implementada na íntegra num curto espaço de tempo permite pensar na necessidade de um grande esforço logístico, de convocação de força de trabalho e da correlativa necessidade de lideranças fortes e bem consolidadas, da existência de excedentes produtivos capazes de sustentar essa concentração de mão-de-obra. Assim, as grandes construções projectadas e implementadas de pronto têm sido utilizadas como indicador de sociedades com níveis significativos de hierarquização e desigualdade social, permitindo, no limite, falar em formas coercivas de

organização do trabalho, em apropriação de base tributária e em organizações sociais proto estatais.

Já a construção gradual e dispersa ao longo da vida do sítio dispensa planeamento, dispensa grandes concentrações de mão-de-obra e, logo, a existência de poderes coercivos para grandes convocatórias colectivas e grande acumulação de excedentes. Feitas de modo gradual, grandes obras podem estar ao alcance de sociedades segmentárias, mais pequenas em número e sustentadas numa organização social de base parental e com uma estrutura de poder ainda fluida e mais negociada.

A planta obtida através de geofísica permite pensar que o recinto de Xacra poderá ser um contexto importante na investigação desta temática. A harmonia da imagem é por demais sugestiva de um designio e a sua regularidade, proporcionalidade e estruturação sugerem planeamento. O alinhamento das entradas dos três recintos a Sudeste (presumivelmente ao Solstício de Inverno - aspecto a confirmar com cálculos mais detalhados no âmbito do projecto arqueoastronómico acima descrito – Valera e Becker, no prelo) associado à implantação do sítio (ver adiante), indiciam uma clara vinculação cosmológica na sua construção, a qual terá regulado o seu design. A sugestiva imagem final com que nos confrontamos é um poderoso condicionante da nossa interpretação e a ideia de um planeamento e de uma execução de uma só vez quase que se impõe por si.

Contudo, da observação atenta desta mesma imagem ressalta uma circunstância, já salientada noutra apresentação pública (Valera, no prelo), que parece repetir-se em vários pontos do fosso 3: zonas que sugerem que o mesmo se estrutura pela adição e sobreposição de módulos compostos por um segmento e um pequeno traço recto e que em alguns pontos se dá um encosto de segmentos aparentemente sem sobreposição (Fig. 9).

Neste contexto, é interessante lembrar outras afirmações feitas relativamente a dois recintos de fossos, um na Alemanha e outro, também ele sinuoso, no Alentejo.

Para o recinto de Herxheim (Alemanha), pertencente ao LBK, é afirmado que "... a series of elongated pits was dug, each with its own individual measures and cross sections; the pits appear not to have been open at the same time, but instead were dug successively (...) the pits started to overlap (...) pits that at first glance might be construed as a ditch..." (Orschiedt e Haidle, 2006). Já o fosso do recinto de Salgadas, perto de Borba, é descrito da seguinte forma: "The ditch itself has been cut in independent portions, recalling the british causewayed enclosures, though in this case, those parts are connected in sequence." (Calado, 2006).

No mesmo sentido vai a análise realizada por Pedro Diáz del Rio relativamente à construção de algumas muralhas. Na sua análise da muralha exterior de Los Millares pretende identificar "vários segmentos de muro rectilíneo que finalizam num bastião, mas a sua continuação é em si outro projecto

construtivo.” (Diáz del Rio, 2008). Como resultado da sua análise desta situação concreta e de outras que refere, como Boussargues ou Castanheiro do Vento, considera haver evidência de que troços de muros e bastiões são construções que resultam da agregação de segmentos de projectos construtivos. Estes segmentos são vistos como projectos cuja dimensão se relaciona com a capacidade de mobilização de gente e recursos de cada grupo, cuja base pode ser parental e se expressa geracionalmente. E conclui que uma construção assim, por segmentos e ao longo de um certo tempo, permite que grandes obras estejam ao alcance de sociedades de organização segmentaria e que o seu carácter aditivo por segmentos expressa a própria estrutura social que as implementa (*idem*).

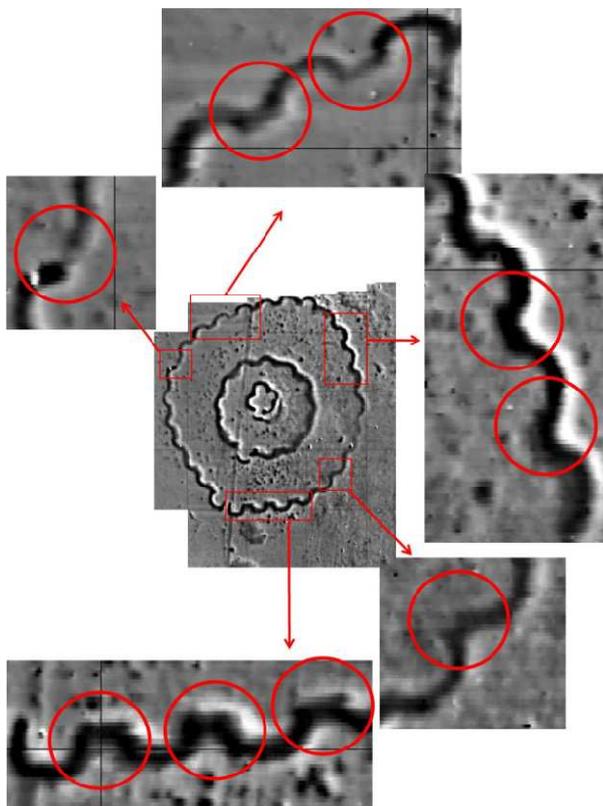


Figura 9 – Identificação, no Fosso 3 de Xancra, de algumas das zonas de aparente sobreposição de módulos compostos por um segmento e um pequeno traço recto ou de encosto de segmentos aparentemente sem sobreposição.

Assim, e voltando a Xancra, a conjugação da homogeneidade da imagem proporcionada pela geofísica (e de tudo o que ela possa implicar) com a possibilidade de uma construção diferida no tempo é uma problemática que deverá informar a investigação futura neste contexto arqueológico. Uma hipótese que requer informação empírica, obtida através de intervenções de escavação orientadas a esta problemática específica, mas também uma reflexão em termos de teoria social, que permita enquadrar o questionário dessas intervenções e os dados por elas obtidos.

6. Implantação topográfica

Para a elaboração do questionário científico da investigação de Xancra, e, seguramente, para a sua interpretação, a implantação topográfica, associada à forma como esta se articula com o desenho arquitectónico dos recintos, será um elemento central.

O conjunto de recintos de Xancra está localizado numa área que integra a penepalanície do Baixo Alentejo, caracterizada por extensas planícies de relevo muito suave. Neste contexto geral, o sítio implanta-se na linha de fecho de um pequeno interflúvio, o qual faz parte de uma vertente de declive muito suave virada a Este (Fig. 10 e 11).

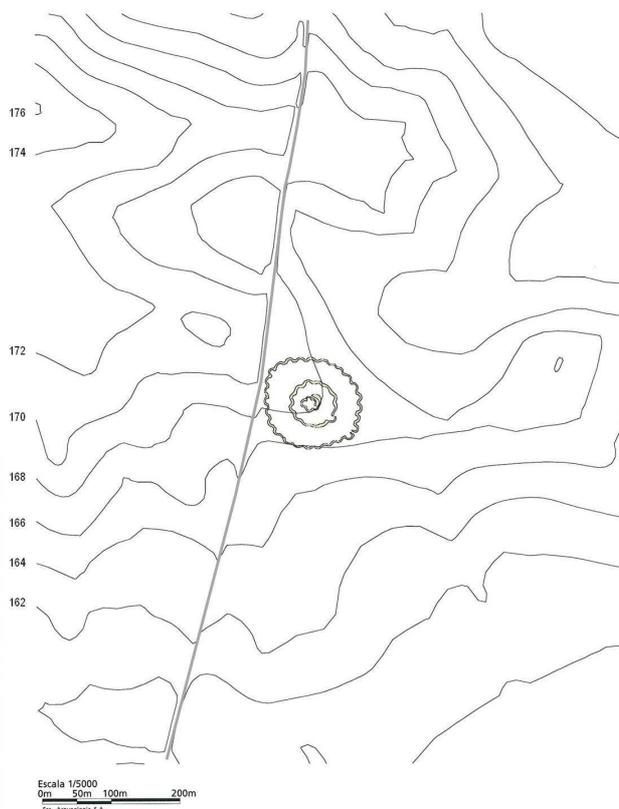


Figura 10 – Implantação topográfica de Xancra (o levantamento de base foi fornecido pela EDIA, S.A., a quem agradecemos a gentileza).

Para a sua localização não foi escolhido o topo da suave vertente, de onde o perímetro visual seria muito mais alargado. Antes, foi seleccionado um ponto sensivelmente a meio dessa vertente aplanada, ladeado por duas linhas de água de curso convergente, formando um interflúvio de orientação Sudeste (Figura 3).

Com esta implantação, a visibilidade a partir de Xancra abre-se para Este, sobre a extensa planície (Beja é visível a SSE), com um horizonte longínquo e sem constrangimentos topográficos. Estes apenas surgem para Norte e Noroeste, com os contrafortes da Serra de Portel e, para Oeste, onde o

limite visual é localmente restrito pelo desenvolvimento da própria vertente onde se localiza o sítio (Figura 11). Xancra está assim deliberadamente implantando num declive virado a Nascente, seguindo a implantação de outros recintos, tanto de fossos, caso dos Perdigões, como megalíticos, caso dos Almendres, e a orientação preponderante das construções tumulares do megalitismo. E por casualidade, ou não, o interflúvio onde se implanta o sítio apresenta a mesma orientação que o alinhamento das portas dos três recintos que compõem Xancra (Fig. 3).

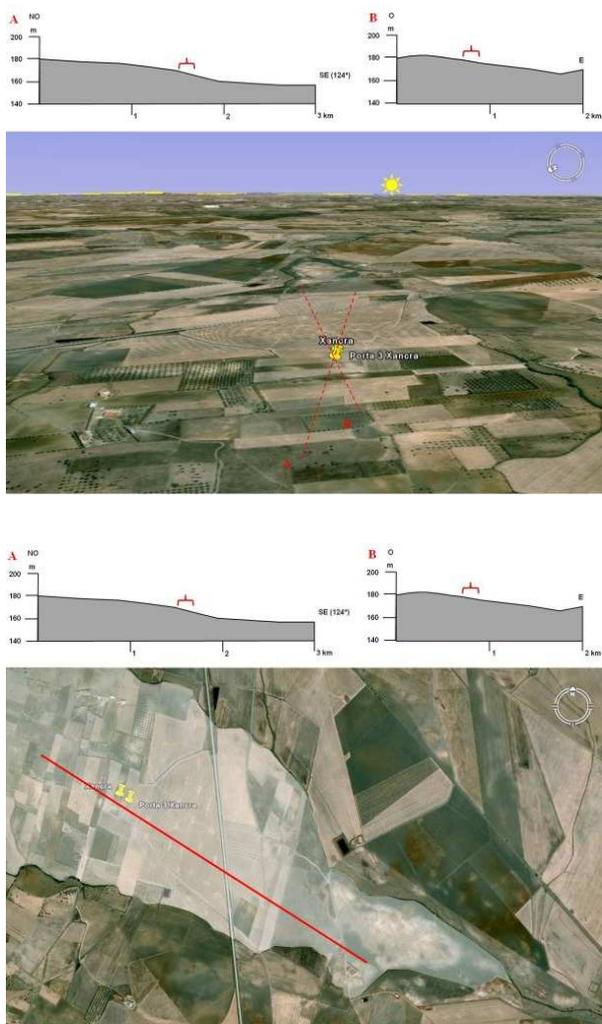


Figura 11 – Imagens da localização de Xancra obtidas através do Google Earth. (Em cima) Perfis topográficos com a área de implantação do sítio e perspectiva para Este, com o Sol a marcar aproximadamente o solstício de Inverno e alinhado com o perfil A, que passa pelo alinhamento de entradas. (Em baixo) Delimitação do interflúvio onde se localiza (na linha de feito) Xancra, o qual apresenta a mesma orientação genérica a Sudeste do alinhamento das entradas (expresso pelo traço vermelho).

Embora nos encontremos ainda numa fase inicial de investigação deste contexto, parece ser evidente que a sua implantação e estruturação arquitectónica são condição fundamental para a sua interpretação.

5. Notas finais

O presente texto pretende fundamentalmente divulgar os resultados das prospecções geofísicas em Xancra e o contexto de investigação em que os mesmos foram obtidos.

Porém, o carácter excepcional desses mesmos resultados permitiu abordar, ainda que de forma preliminar e exploratória, uma série de problemáticas que consideramos centrais nos estudos de Pré-História Recente Peninsular e para a investigação das quais consideramos que este sítio tem um elevadíssimo potencial.

Entre elas, salientam-se:

- Os fundamentos cosmológicos da implantação e do desenho arquitectónico de recintos de fossos;
- A hermenêutica específica dos recintos definidos por fossos de desenho sinuoso regular e padronizado;
- O papel dos recintos nas estratégias de gestão da morte no Calcolítico;
- A diversidade funcional e de sentidos dos recintos na Pré-História Recente;
- A forma como a arquitectura materializa e reproduz cosmologias (ideologias).
- As formas de organização social das comunidades Neo-Calcolíticas;
- O papel da cosmologia na organização da paisagem Neo-Calcolítica.

Naturalmente, muito do que aqui se escreveu tem um carácter prospectivo, cuja valorização é correlativa das limitações (e são várias) dos próprios dados disponibilizados pela geofísica. Estes fornecem, mais do que respostas, matéria para fazer perguntas que orientem a investigação, embora também proporcionem matéria de facto susceptível de ser já utilizada como elemento de demonstração e argumentação. Constituem sobretudo uma notável ferramenta de gestão, tanto da investigação como da salvaguarda e valorização patrimonial que, indiscutivelmente, o sítio merece. Mas este é apenas o primeiro de um conjunto de sítios a serem trabalhados neste projecto. Os resultados não serão fáceis de igualar, mas é evidente que vale a pena investir neste tipo de abordagem.

Referências Bibliográficas

- CALADO, M. (2006), "Digging up a monument", Gema Blog, (<http://crookscape.blogspot.com/>)
- DIAS, A.M.M.Carvalho (1996), *Elementos para o estudo da sequência estratigráfica e artefactual do povoado calcolítico de Stª Vitória*, Dissertação de mestrado apresentada à FLUP, Policopiado.
- DIÁZ-DEL-RIO, Pedro (2008), "El context social de las agregaciones de población durante el Calcolítico Peninsular", *ERA Arqueologia*, 8, Lisboa, Era-Arqueologia / Colibri, p.128-137.

- LEWIS-WILLIAMS, D. e PEARCE, D. (2005), *Inside the neolithic mind*, London, Thames & Hudson.
- MÁRQUEZ, J.E.; VALERA, A.C.; BECKER, H.; JIMÉNEZ, V. e SUÁREZ, J. (no prelo), "El Complejo Arqueológico dos Perdígões (Reguengos de Monsaraz, Portugal). Prospecciones Geofísicas – Campaña 2008-09." *Trabajos de Prehistoria*, Madrid.
- ORSCHIEDT, Jörg e HAIDLE, Miriam Noël (2006), "The LBK enclosure of Herxheim. Theatre of war or ritual centre? References from osteoarchaeological investigations", *Journal of Conflict Archaeology*, 2, p.153-167.
- VALERA, António Carlos (2007), *Dinâmicas locais de identidade: estruturação de um espaço de tradição no 3º milenio AC (Fornos de Algodres, Guarda)*, Braga, CMFA/TA.
- VALERA, António Carlos (2008a), "Mapeando o Cosmos. Uma abordagem cognitiva aos recintos da Pré-História Recente", *ERA Arqueologia*, 8, Lisboa, *Era Arqueologia/Colibri*, p.112-127.
- VALERA, António Carlos (2008b), "O novo recinto de fossos calcolítico de Xanra (Cuba, Beja)", *Apontamentos de Arqueologia e Património*, 2, Lisboa, NIA-ERA arqueologia, p.23-26.
- VALERA, António Carlos (no prelo), "Fossos sinuosos na Pré-História Recente do Sul de Portugal: ensaio de análise crítica", *Actas do V Encontro de Arqueologia do SW Peninsular*.
- VALERA, A.C. e BECKER, H. (no prelo), "Arqueoastronomia, geofísica e recintos de fossos e recintos de fossos da Pré-História Recente no Sul de Portugal", *Actas do 8º Encontro de Arqueologia do Algarve*, Silves.
- VALERA, A.C, MÁRQUEZ, J.E., BECKER, H., JIMÉNEZ, V. e SUAREZ, J. (no prelo), "O Complexo Arqueológico dos Perdígões: nova imagem e novos problemas proporcionados pela prospeção geofísica.
- VALERA, A.C., SANTOS, H., FIGUEIREDO, M. e GRANJA, R. (no prelo), "Contextos funerários na periferia do Porto Torrão: Cardim 6 e Carrascal 2", *V Encontro de Arqueologia de Alqueva*, Beja.
- VALERA, António Carlos e FILIPE, Iola (2004), "O povoado do Porto Torrão (Ferreira do Alentejo): novos dados e novas problemáticas no contexto da calcolitização do Sudoeste peninsular", *Era Arqueologia*, 6, Lisboa, *ERA Arqueologia/Colibri*, p.28-61.
- VALERA, A. C. e FILIPE, V. (2010), "Outeiro Alto 2 (Brinches, Serpa): nota preliminar sobre um espaço funerário e de socialização do Neolítico Final à Idade do Bronze", *Apontamentos de Arqueologia e Património*, 5, NIA-ERA Arqueologia, Lisboa, p.49-56.

ACTIVIDADES ARQUEOLÓGICAS DE LA UNIVERSIDAD DE MÁLAGA EN EL COMPLEJO ARQUEOLÓGICO DOS PERDIGÕES (REGUENGOS DE MONSARAZ, PORTUGAL). TRIENIO 2008-2010.

José E. Márquez; José Suaréz; Elena Mata; Víctor Jiménez y José L. Caro¹

Resumen

En 2007, un equipo de prehistoriadores de la Universidad de Málaga fue invitado por ERA Arqueologia a participar en las labores de investigación que se venían desarrollando desde hacía un decenio en el yacimiento de fosos alentejano de Perdígões (Reguengos de Monsaraz, Portugal). Durante la redacción del proyecto se programó un intervalo de tres años de trabajo (2008-2010). En estos tres años, el equipo de la UMA ha abordado dos campañas de prospecciones geofísicas y otras dos de excavación en el foso 1. Presentamos este texto como un balance del cumplimiento de los objetivos planteados en el proyecto inicial, una vez transcurrido el plazo de tiempo originariamente contemplado.

Abstract:

In 2007, a team of prehistorians from the University of Málaga was invited by ERA Arqueologia to participate in the research process that had been developing for a decade in the Alentejo ditched site of Perdígões (Reguengos de Monsaraz, Portugal). The project's draft planned the development of several activities in a three-year period (2008-2010). In the last three years, the UMA team has carried out two geophysical prospection campaigns and two excavation campaigns at ditch 1. We present this text as a way to evaluate if and how the goals and objectives outlined in the initial project have been met, given the fact that the time period originally scheduled is about to expire.

1. Introducción

La Universidad de Málaga (UMA) fue invitada en el año 2007 a participar en el *Programa Global de Investigação dos Perdígões* responsabilidad del *Núcleo de Investigação Arqueológica* (NIA) de ERA Arqueologia S.A. (Valera, Jorge y Lago 2008). La participación de la institución española se debía ajustar a un proyecto inicial que se desarrollaría durante tres años (PUMA 2008-2010) y que, desde sus propios fines, se integraría coherentemente en el programa general de investigación que se está llevado a cabo en dicho yacimiento. Los principales objetivos y actividades programados para ese periodo de tiempo se hicieron públicos en esta misma revista (Márquez *et alii* 2008).

Corresponde ahora evaluar nuestra labor en estos últimos tres años. A modo de avance podemos decir que si bien una parte importante de los objetivos se han alcanzado satisfactoriamente, otros aún están en vías de consecución. Donde se han producido mayores cambios ha sido en la programación de actividades, dado que algunas originalmente previstas no se han podido llevar a cabo, mientras otras se han incorporado sobre la marcha. Sobre este desigual nivel de consecución de objetivos y realización de actividades trata este texto, aclarando que los cambios asumidos en el decurso del plan han sido en todo momento consensuados con la coordinación técnica del proyecto (NIA) de Era Arqueologia.

2. Objetivos generales del proyecto UMA. Evaluación inicial.

El proyecto de investigación de la UMA se articulaba sobre cuatro grandes objetivos generales (Márquez *et alii* 2008, 28-30), que a continuación pasamos a evaluar, con la perspectiva que nos dan los tres años transcurridos.

OBJETIVO GENERAL 1. *Participación activa en las discusiones sobre metodología e interpretación de los recintos de fosos que surjan al amparo del INARP.*

Sin lugar a dudas, el tópico de los yacimientos negativos y recintos de fosos se ha convertido en un centro de interés de la Prehistoria Reciente peninsular. En los últimos años han surgido nuevas interpretaciones de un problema arqueológico que ya había sido abordado con más precocidad en otras regiones continentales. En esa coyuntura, y coherentemente con el primero de nuestros objetivos, hemos participado en distintos foros y lugares de encuentros científicos donde se debatía este tema; este acercamiento lo realizamos además desde la visión que nuestras actividades del yacimiento de Perdígões nos proporciona.

Así, en estos últimos tres años, hemos dado a conocer los trabajos realizados en el yacimiento en el 8º Coloquio ERA, celebrado el 23 de Enero de 2010 en Lisboa; en el VIII Seminario "Cultura de Paz desde Andalucía" - Historia de la Cultura de Paz, celebrado en Granada desde el 15 al 18 de Septiembre de 2010; en el I Congreso de Prehistoria de Andalucía "Memorial Siret", celebrado en Antequera desde el

¹ Universidad de Málaga

22 al 25 de Septiembre, también de 2010, así como en el Congreso Valencina Prehistórica celebrado del 9 al 13 de Noviembre del mismo año y en las tres Jornadas sobre el Yacimiento de Perdígões, celebrados, como veremos más adelante (1.3), en la Facultad de Filosofía y Letras de la Universidad de Málaga desde 2008 a 2010.

Pormenorizamos a continuación algo más los fines y objetivos que han orientado nuestra labor: para ello, parece recomendable la lectura previa de nuestro trabajo en el nº 2 de la revista *Apontamentos de Arqueologia y Património* (Márquez *et alii* 2008):

«Objetivo 1.1. Elaboración de una documentación arqueológica clara y precisa, ajustada al protocolo general recomendado por el INARP, que tenga en cuenta, tanto las labores arqueológicas y científicas realizadas en el yacimiento de Perdígões con anterioridad a nuestro proyecto, como aquellas otras que, en un futuro próximo, puedan llevarse a cabo por otros equipos científicos» (Márquez *et alii* 2008, 42).

Siempre hemos tenido claro que nuestra presencia en el yacimiento de Perdígões no podía verse como una empresa que empezaba y terminaba en sí misma. Esta circunstancia ha motivado que en todo momento nuestro *modus operandi* haya tenido presente la necesidad de generar una información compatible con la que simultáneamente fueran produciendo otros equipos que trabajaran en el sitio. Tanto el sistema de registro como de representación gráfica han seguido escrupulosamente las recomendaciones del NIA de ERA Arqueologia. De este modo, los resultados obtenidos por el equipo UMA se han integrado sin contradicciones en los distintos *relatorios* y memorias científicas que se han formalizado a lo largo de estos últimos años.



Figura 1 – Escena de la prospección con georadar de 2008.

También cabe reseñar que, congruentemente con lo establecido en este objetivo 1.1., a la hora de seleccionar el área de excavación arqueológica en el foso 1 (ver más abajo), la UMA tuvo en consideración los trabajos previos llevados a cabo en 1997 por ERA Arqueologia. De este modo, se decidió, en lugar de abrir un sondeo nuevo,

continuar las excavaciones en el mismo corte estratigráfico abierto en la década de los años 90 y que no pudo finalizarse en su momento. Este ha sido, sin duda, uno de los retos más interesantes de nuestro trabajo. Para ello ha sido necesario establecer una comunicación fluida y continua entre las dos entidades (ERA / UMA), que ha permitido continuar la excavación del corte 1 de forma satisfactoria, optimizando los recursos humanos y la financiación pública recibida. La buena disposición de los arqueólogos que realizaron los sondeos de 1997 ha sido crucial para el éxito de la empresa.

En esta misma filosofía, siempre que sea posible, el equipo de la UMA ha encargado y pretende seguir encargando estudios complementarios (análisis metalúrgicos, paleofaunísticos, etc.), necesarios para alcanzar sus objetivos específicos, a los mismos investigadores que los realizan en otros proyectos concurrentes en Perdígões.

«Objetivo 1.2. Se dará prioridad a la realización de actividades arqueológicas susceptibles de ser aprovechadas por otros equipos» (Márquez *et alii* 2008, 43).

Una de las actividades inicialmente no previstas en los planes de la UMA eran las prospecciones geofísicas. No obstante, las circunstancias favorables que se han dado (véase más abajo) han propiciado que nuestro equipo programara tanto sondeos georadar (2008) (Fig. 1) como geomagnéticos (2009) (Fig. 2) en el yacimiento. Los resultados obtenidos (Márquez *et alii en prensa*) han supuesto una extraordinaria aproximación a la fisonomía real del conjunto, que viene a completar la imagen aérea que se tenía del lugar desde los años noventa. La nueva imagen del sitio posibilitará, sin lugar a dudas, que los trabajos futuros que emprendan los distintos equipos implicados en la investigación puedan ajustar su metodología y objetivos con mayor precisión a las realidades arqueológicas existentes. En cualquier caso, los estudios geofísicos nos proporcionan un marco de referencia y trabajo que excede, con mucho, los requeridos para alcanzar los objetivos particulares del equipo de la UMA, circunstancia esta de la que estamos especialmente satisfechos.



Figura 2 – Helmut Becker llevando a cabo las tareas de magnetometría en 2009.

«Objetivo 1.3. El equipo de la Universidad de Málaga se implicará en la organización, durante el trienio 2008-2010 de encuentros, ciclos de conferencias, workshops, etc. en los que se desarrollen, temáticamente o de forma general, aspectos propios tanto del INARP como de nuestra intervención» (Márquez et alii 2008, 43).

Como ya adelantábamos, este objetivo se ha cubierto con la organización, durante tres años consecutivos (2008-2010), de las Jornadas Arqueológicas sobre el Yacimiento de Perdigões². Dichas jornadas se han llevado a cabo en la Universidad de Málaga y han tenido como fin, en primer lugar, presentar a la comunidad científica los resultados obtenidos por los diversos equipos que trabajan en Perdigões y, en segundo, convocar a los principales especialistas sobre la materia para discutir sobre la naturaleza, cronología y significado histórico de los yacimientos de fosos. Más de 200 personas, entre ponentes y asistentes, han participado activamente en estas Jornadas. La financiación de las mismas ha corrido a cargo de la Consejería de Innovación, Ciencia y Empresa de la Junta de Andalucía. En su organización han participado activamente tanto el Decanato de la Facultad de Filosofía y Letras de la Universidad de Málaga como el Área de Prehistoria de nuestra Facultad.

«Objetivo 1.4. El equipo de la Universidad de Málaga se implicará en la publicación de los resultados del Programa de Investigación Arqueológica dos Perdigões (INARP) en revistas científicas españolas» (Márquez et alii 2008, 43).

Pese al poco tiempo transcurrido y a la necesaria labor de laboratorio que requiere toda investigación, podemos apuntar que en breve se publicará en la revista española *Trabajos de Prehistoria* un artículo sobre los resultados de los estudios geofísicos realizados durante 2008 y 2009 (Márquez et alii *en prensa*)³. Además de un avance sobre la geofísica, el artículo, que es el primero que se publica en castellano específicamente sobre Perdigões, presenta un estado de la cuestión de la investigación en el lugar desde 1983 hasta nuestros días.

Alejados de los foros y publicaciones científicas, también se ha fomentado desde nuestro proyecto la difusión de noticias en distintos medios periodísticos españoles⁴, cuidando especialmente que la información publicada fuera fidedigna tanto a la naturaleza de los trabajos desarrollados, como a los primeros resultados. De igual manera, se ha dado publicidad a las instituciones públicas y privadas que han sufragado las actividades arqueológicas.

OBJETIVO GENERAL 2. *Encontrar o descartar relaciones de temporalidad tanto a nivel interno, dentro de cada una de las estructuras, como entre ellas (especialmente los fosos exteriores)*

Siempre hemos pensado que la fisonomía actual del complejo arqueológico de Perdigões debía de ser el producto de distintas fases discontinuas de construcción (Márquez et alii 2008, 43), tal y como ocurre en otros muchos yacimientos europeos (Márquez y Jiménez 2008;

2010 a y b). Por tal motivo, convenimos que uno de los objetivos principales de nuestro proyecto debía de ser la temporalidad, y con ello en mente, fijamos los siguientes objetivos específicos.

«Objetivo 2.1. Establecer la cronología comparada (relativa y/o absoluta) de los fosos exteriores del yacimiento para resolver su posible contemporaneidad» (Márquez et alii 2008, 43).

Este objetivo se ha alcanzado sólo parcialmente. Las razones se explicarán con más detenimiento en el epígrafe correspondiente, pero se puede adelantar que hasta el momento sólo hemos podido excavar el foso más exterior del conjunto (foso 1) (Fig. 3), lo que supone que seguimos sin definir la cronología del foso 2, y, por tanto, es imposible establecer un análisis comparativo entre ambos.



Figura 3 – Desarrollo de los trabajos de excavación del foso 1.

² Entre otros investigadores en dichas jornadas han presentado ponencias: José Antonio Rodríguez Marcos (Universidad de Burgos); Miguel Lago y Antonio Valera (ERA Arqueología); Jesús Sesma y Jesús García (Gobierno de Navarra); Teresa Orozco (Universidad de Valencia) o Miguel Kunst (Instituto Arqueológico Alemán).

³ El original de dicho artículo ha sido aceptado por el Consejo de Redacción de *Trabajos de Prehistoria* con fecha 19 de Mayo de 2010.

⁴ Noticias sobre las actuaciones arqueológicas se han publicado en medios periodísticos tradicionales y online, tanto del ámbito local como a nivel nacional.

«Objetivo 2.2. Concretar una temporalidad interna dentro de cada foso o estructura, e intentar así constituir una secuencia cronológica de los rellenos en cada caso, si la hubiera» (Márquez et alii 2008, 43).

Si estamos, por el contrario, en condiciones de apuntar una cronología relativa para el foso 1. Las excavaciones que hemos desarrollado (campañas 2009 y 2010), más las conclusiones extraídas de las realizadas en 1997 (Lago et alii 1998), nos permiten adscribir el relleno del foso exterior, en el tramo excavado, a un momento, aún indeterminado, de la segunda mitad del III milenio AC. Esta adscripción se sustenta en la descripción y cuantificación de la cultura material de él extraída, que nos presenta una serie de episodios deposicionales donde abundan los platos de borde engrosado, los cuernecillos de arcilla y las denominadas pesas de telar, así como una presencia, escasa pero significativa, de cerámicas campaniformes incisas. (Fig. 4). No obstante, las dataciones mediante cronología convencional siguen siendo demasiado laxas para los objetivos que nos interesan. Para concretar esta cronología de forma absoluta se ha procedido a tomar una importante batería de muestras orgánicas (de vida larga y corta), que nos permitirán previsiblemente afinar la data de los rellenos de este foso, y obtener de este modo un conjunto de dataciones radiocarbónicas que se sumarán a todas las que se irán realizando en el yacimiento, aspecto clave para abordar con garantías la temporalidad de la construcción de los fosos, tanto a nivel interno, como dentro del fenómeno en general.



Figura 4 – Georreferenciación de elementos significativos

«Objetivo 2.3. Relacionar las posibles cronologías (absolutas/relativas) obtenidas en las zanjas exteriores con aquellas que puedan obtenerse en la zona de necrópolis megalítica» (Márquez et alii 2008, 43).

Como es de sobra conocido, entre el foso 1 y el foso 2 existe, al este del yacimiento, un ensanchamiento en el que se ubica una necrópolis megalítica (Valera et alii 2000; 2007). La relación espacial y temporal entre dicho conjunto funerario y los fosos que lo envuelven es objeto manifiesto de nuestro interés. No obstante, como ya apuntábamos para el objetivo 2.1, al no haberse abordado la excavación del foso 2, la relación espacial todavía no puede ser cotejada cronológicamente, pese a que ésta sea una de nuestras intenciones prioritarias. No obstante, lo que sí parece confirmarse, como ya se apuntara en su momento (Valera et alii 2000, 96), es que los materiales arqueológicos que aparecen en la necrópolis, por su tipología y pequeña volumetría, no encuentran parangón en los materiales, en este caso, exhumados del foso 1.

«Objetivo 2.4. Igualmente relacionar estas dataciones y cronologías obtenidas con la información procedente de las (últimas) campañas de excavación (Agosto 2007) localizadas en el sector I» (Márquez et alii 2008, 43).

Las excavaciones llevadas a cabo por ERA Arqueología en el sector I (fosos 3 y 4) en 2007 se continuaron en 2008. Los primeros resultados conocidos de estas labores (Valera 2008), pese a ser todavía provisionales e incompletos, permiten, al compararlos *grosso modo* con nuestra excavación, establecer semejanzas entre la forma de relleno y cronología de los fosos 3 y 4 con el foso 1. De forma general los tres fosos parecen corresponder a un momento del Cobre Pleno, aunque la presencia de cerámicas campaniformes incisas en el foso 1 parece apuntar, a día de hoy, a un momento más reciente para la zanja excavada por la UMA.

Por otra parte, en 2009, el NIA de Era Arqueología comenzó la excavación de los fosos más interiores del yacimiento, numerados 5 y 6. A diferencia de lo que ocurría con los fosos 3 y 4, los datos allí recopilados hacen pensar en una cronología mucho más antigua que la del foso 1. Concretamente se baraja un marco cronológico del Neolítico Final (Valera 2010). Por todo lo dicho, en el momento actual, y gracias a las excavaciones paralelas realizadas por ERA Arqueología y la UMA, se empieza a pergeñar una propuesta consistente para explicar la temporalidad del yacimiento. Adolece la investigación, no obstante, de dataciones absolutas, déficit este que esperamos subsanar pronto, como hemos comentado más arriba.

OBJETIVO GENERAL 3. Análisis de la formación de los contextos arqueológicos en sus aspectos sedimentológicos y en su contenido artefactual y ecofactual

«Objetivo 3.1. Análisis de los depósitos arqueológicos situados por encima del nivel geológico de base. Búsqueda y estudio de posibles estratos inalterados en la superficie del sitio» (Márquez et alii 2008, 43).

Las excavaciones efectuadas durante 2009 y 2010 en el foso 1 nos permiten descartar la existencia de depósitos arqueológicos y suelos de ocupación que se apoyen sobre la superficie del sitio y que se puedan relacionar con el foso estudiado. Como ocurre en otros muchos yacimientos europeos de esta naturaleza, existe una clara asimetría entre la abundancia de materiales recuperados en el interior de las estructuras subterráneas y la práctica ausencia de niveles arqueológicos de superficie. En nuestro caso, resulta muy ilustrativo que el único depósito de ocupación documentado corresponda a un establecimiento medieval que se asienta directamente sobre parte del trazado del foso 1 y su superficie inmediata, lo que permite deducir que, al menos ya en ese momento, no había estratigrafía calcolítica conservada. En este sentido, los estudios paleoambientales realizados en el propio foso 1, también parecen apuntar a la existencia de un espacio con poca cobertura vegetal (Wheeler 2010, 44).

«Objetivo 3.2. Identificar los procesos de colmatación y relleno de las estructuras excavadas en el sustrato geológico que, eventualmente, pudiesen aparecer» (Márquez et alii 2008, 43).

La excavación arqueológica del contenido del foso 1 nos ha permitido realizar una aproximación a las dinámicas de formación de su relleno, en la que se pueden identificar numerosos episodios deposicionales (Fig.5). En ellos, la fauna, los fragmentos de cerámica y los bloques de piedras de mediano y gran tamaño se han combinado formando niveles arqueológicos de rápida formación, que se suceden sin solución de continuidad, salvo por la presencia de algunos episodios erosivos posiblemente de naturaleza hídrica⁵ provocados, presumiblemente, por inundaciones puntuales del lugar. El origen antrópico de dichos procesos deposicionales está, a nuestro entender, fuera de toda duda, lo que fundamenta nuestra propuesta o *hipótesis de la reposición* (Márquez y Jiménez 2010, 439) para explicar la formación de los recintos de fosos del suroeste peninsular.

La semejanza entre los conjuntos de materiales de techo a muro del relleno del foso invita, además, a concebir una colmatación relativamente rápida del foso. Existen, asimismo, indicios de fases intermedias en las que la estructura estuvo abierta y en uso; por ejemplo, las distintas deposiciones superpuestas, realizadas a diferente cota de suelo de uso, en varios casos excavadas sobre niveles previamente formados.

Estos aspectos de la naturaleza y secuencia de la colmatación son coherentes con las inferencias obtenidas a partir de los estudios palinológicos y tafonómicos de la fauna, realizados en éste y otros fosos del yacimiento (Costa 2010; Wheeler 2010).

⁵ La naturaleza hídrica de estos depósitos deberá ser confirmada por los oportunos análisis geomorfológicos.

OBJETIVO GENERAL 4. *Incrementar nuestro conocimiento sobre el trazado general del yacimiento* (Márquez et alii 2008, 44).

Sin lugar a dudas, este cuarto objetivo es el que se ha alcanzado de manera más satisfactoria. La utilización, inicialmente no programada, de sistemas geofísicos de prospección (georadar y geomagnética) han proporcionado una imagen del trazado general de Perdigões (Fig. 6) de una nitidez casi absoluta. Su lectura ha permitido: a) elevar a 11 el número de recintos que se sucedieron en el lugar a lo largo de su historia; b) caracterizar al menos cinco entradas o puertas, algunas de ellas monumentalizadas con un sistema similar a las típicas “pinzas de cangrejo”, y c) documentar toda una pléyade de estructuras tipo fosa u hoyo esparcidas por el interior del espacio delimitado por las zanjas.



Figura 5 – Vista del último tramo de relleno del foso 1 durante su excavación. Nótese los reiterados recortes y reexcavaciones que en época prehistórica se realizaron sobre el relleno del foso a medida que éste se colmataba.

«Objetivo 4.1. Caracterizar la morfología de la entrada noreste del recinto de Perdigões» (Márquez et alii 2008, 44).

Tanto las prospecciones geofísicas (georadar y geomagnética) realizadas en la puerta noroeste, como la ampliación de la excavación del corte 1, han confirmado la existencia de una discontinuidad en los fosos 1 y 2 de Perdigões que puede ser interpretada como un acceso que funcionó en los momentos finales de la historia del lugar. No obstante, problemas coyunturales, concretamente la presencia de un carril muy transitado, han pospuesto la excavación en extensión que inicialmente teníamos programada (Márquez et alii 2008, 45) y que hubiera podido caracterizar definitivamente su morfología.

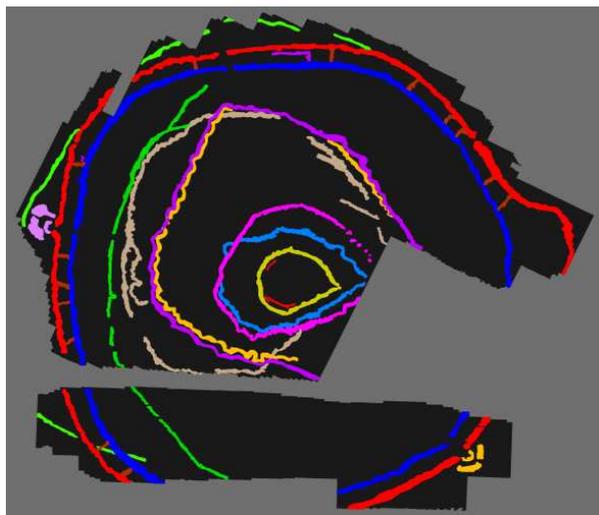


Figura 6 – Lectura preliminar de los resultados de la prospección geomagnética.

«Objetivo 4.2. Localizar, si las hubiere, evidencias de empalizadas asociadas a los fosos» (Márquez et alii 2008, 44).

La excavación del foso 1 no nos ha dado, por el momento, evidencias de la existencia de empalizadas de madera asociadas al foso 1. Sin embargo, y relacionado con este objetivo 4.2, la geofísica del lugar sí ha permitido discriminar, como anillo más interno, un recinto conocido como F5 que sí podría corresponderse con una de dichas empalizadas. Es la primera vez que se tiene constancia de tal elemento constructivo en Perdigões, siendo, en cualquier caso, una circunstancia muy poco conocida en la Península Ibérica.

«Objetivo 4.3. Aportar información complementaria a la “idea de recinto” que se tiene hasta el día de hoy, convencidos de que las fotos aéreas existentes deben ser contrastadas con la excavación en extensión» (Márquez et alii 2008, 44).

Seguimos convencidos de la necesaria constatación de la naturaleza de la información fotográfica con excavaciones en extensión, si bien, los excelentes resultados de las prospecciones geofísicas en el caso de Perdigões, resitúan esta técnica arqueológica de manera muy diferente en la metodología inicialmente diseñada. Veremos con más detalle el tema en el epígrafe siguiente. Sea como fuere, el trabajo que se viene abordando en el sitio por parte de distintas instituciones está convirtiendo a Perdigões en el recinto de fosos mejor conocido de la Prehistoria Reciente peninsular.

3. Metodología y actividades arqueológicas. Evaluación Inicial.

La metodología prevista del proyecto de la UMA sí se ha modificado sustancialmente. Así, si en principio se barajaba la utilización conjunta de prospecciones superficiales, sondeos arqueológicos en extensión y, finalmente, sondeos arqueológicos intensivos (Márquez et alii 2008, 45) la

realidad ha sido distinta y hemos asumido una serie de cambios tanto en las actividades arqueológicas desarrolladas como en el cronograma inicialmente establecido. Justificaremos a continuación las modificaciones contempladas.

La gran extensión de los denominados recintos de fosos recomienda una metodología específica que resuelva las limitaciones que las tradicionales excavaciones arqueológicas han acarreado en la investigación de estos yacimientos: percepción sesgada de los trazados, poca representatividad de los materiales extraídos, falta de planeamiento de las actuaciones, etc. Para evitar en lo posible dichos errores, se pensó primeramente combinar, junto a las prospecciones superficiales, excavaciones en extensión y sondeos arqueológicos intensivos. No obstante, se dieron una serie de circunstancias que llevaron al equipo de la UMA a descartar, provisionalmente, los sondeos arqueológicos en extensión planificados en un primer momento. Concretamente hablamos de las dificultades que, en la práctica, entrañaba abrir en extensión, retirando mecánicamente la capa húmica, las inmediaciones de la puerta NE: dada su posición y la probable existencia de algún tipo de monumentalización de la misma, cualquier estructura arqueológica relacionada debe de extenderse bajo un carril muy transitado, cuando no incluso bajo las propias vides que rodean el lugar. Las medidas que había que tomar para abordar esta actividad parecieron, cuando tuvimos que ejecutarlas, precipitadas e inadecuadas en un momento tan inicial de los trabajos. Además, surgieron algunos reparos ante la posibilidad de afectar negativamente hipotéticos niveles arqueológicos superficiales -que después resultaron ser únicamente medievales- en la zona, aunque el amplio conocimiento de la estratigrafía del asentamiento por parte del equipo de ERA señalaba desde un principio la viabilidad del método.

Pero a esta contingencia negativa se sumó una feliz circunstancia. A comienzos del año 2008 diversos colegas nos recomendaron la realización de prospecciones geofísicas en la zona. El uso de estas técnicas tiene precedentes en otros recintos de fosos europeos (p.e. Hasek y Kovarník 1999; Gibson et alii 2001; Ray 2001) pero, hasta muy recientemente, apenas se habían aplicado a yacimientos peninsulares. Este hecho, unido a su elevado coste económico, parecía conllevar un grado relativamente alto de riesgo. Sin embargo, los buenos resultados obtenidos en sitios como Matallana en Valladolid o Los Cascajos en Navarra⁶ fueron el acicate que el equipo de la UMA necesitaba para sustituir la excavación en extensión por sondeos geofísicos. Hoy consideramos que fue una decisión acertada.

⁶ Agradecemos a Germán Delibes y a José A. Rodríguez, así como a Jesús Sesma y Jesús García, primeramente, el acceso directo a los resultados inéditos provenientes de las prospecciones geomagnéticas en El Casetón de la Era, en Valladolid, y Los Cascajos, en Navarra y, en segundo lugar, sus comentarios y sugerencias sobre las posibilidades del método en yacimientos de fosos como el de Perdigões y la conveniencia de que Helmut Becker llevara a cabo el trabajo técnico en dicho yacimiento.

Así pues, durante 2008 y 2009 se abordaron en Perdigões, en primer lugar, prospecciones con georadar (*Eastern Atlas Geophysical Prospection*) y, posteriormente, geomagnéticas (*Becker Archaeological Prospection*). Los resultados (Márquez *et alii* ep), como subrayábamos más arriba, han sido muy satisfactorios, incrementando de forma notable el conocimiento de la traza del conjunto.

Por último, cabe indicar que las excavaciones intensivas se comenzaron en la campaña de 2009 con la intervención en un sector del foso 1. Esta tarea se finalizó en 2010, cuando por fin se alcanzó el fondo de dicha estructura. Brevemente, podemos adelantar que se trata de una zanja que, en el tramo excavado, muy próximo a la puerta NE pero sin llegar a ella, presenta una anchura máxima de 8 metros y una profundidad de 3,38 metros. Presenta una sección “clásica” en V, y se nos muestra colmatado por sucesivas deposiciones antrópicas, entre las que se documenta algún que otro proceso de colmatación aparentemente erosiva.

En el relleno se han observado numerosos episodios deposicionales donde siempre se conjugan fragmentos de cerámicas, huesos de animales (Fig.7) y bloques de piedra, mayoritariamente, de mediano tamaño. Los materiales arqueológicos, aparentemente, apuntan a un momento avanzado del Cobre Pleno alentejano, con una presencia, por el momento testimonial, de cerámica campaniforme. Todo lo cual apunta a que este foso 1 es, por el momento, el más reciente de todo el Complejo dos Perdigões. A partir de ahora, la UMA comienza los trabajos de laboratorio en los que se buscará confirmar radiométricamente la cronología relativa propuesta para los rellenos, así como completar los estudios de materiales, fauna y como estudios complementarios se primarán los edafológicos y palinológicos.

En el proyecto inicial sopesábamos la posibilidad de excavar este trienio además del foso 1 también el foso 2. Esta prospectiva resultó totalmente inadecuada puesto que la experiencia en este yacimiento nos ha demostrado que los ritmos de excavación requeridos para documentar los rellenos de estos fosos exigen una inversión económica y de recursos humanos mayor de la inicialmente contemplada. La excavación de potentes rellenos utilizando el método estratigráfico, identificando pormenorizadamente la infinidad de contextos con su amplio contenido artefactual ralentiza sobremanera las labores arqueológicas. A esto se une, como es de sobra conocido, que la sección en “V” y la profundidad alcanzada por estas subestructuras supone un problema técnico añadido a la hora de acceder al registro y proceder a su documentación con rendimientos óptimos, que se van complicando conforme se alcanzan las cotas más profundas. Estas consideraciones, como no puede ser de otra manera, serán tenidas en cuenta en futuras actuaciones.

Por último indicar que las excavaciones del foso 1 han sido dirigidas por José E. Márquez y José Suárez, y en ellas han participado Elena Mata, Víctor Jiménez, José Luis Caro, Pablo Albadalejo, Lara Milesi y Estrella Sánchez. Cabe apuntar también la colaboración recibida por nuestros

colegas de ERA Arqueología, especialmente de Antonio Valera y Miguel Lago.



Figura 7 – Detalle de la abundante fauna recuperada del interior del foso 1.

4. Perspectivas de futuro para la investigación de la UMA en Perdigões

La síntesis precedente pone de manifiesto que, si bien muchos de los objetivos del proyecto original (PUMA 2008-2010) se han alcanzado, otros están aún pendientes. En consecuencia, durante el próximo trienio (2011-2013), el equipo de la UMA se dispone, primeramente, a cumplir los objetivos restantes, para lo cual es imprescindible abordar la excavación de un tramo del foso 2, y en segundo lugar, a desarrollar estrategias de trabajo con la definición de nuevos objetivos.

Debemos recordar que, durante estos tres primeros años, las actividades arqueológicas de la UMA en Perdigões han sido sufragadas con recursos provenientes, por una parte, del Proyecto de Investigación I+D+i HUM2007-63419/HIST de la Secretaría de Estado de Universidades e Investigación del Ministerio de Ciencia e Innovación de España, desarrollado en la Universidad de Málaga, y titulado: “Repensando Tartesos bajo el prisma de la identidad: el componente fenicio”, y, por otra, mediante recursos aportados por la Consejería de Innovación, Ciencia y Empresa de la Junta de Andalucía, a través del Proyecto de Investigación de Excelencia P08-HUM-04212, titulado: “Estudio Arqueológico y Gestión Patrimonial en los recintos de fosos del suroeste de la Península Ibérica (Andalucía, Algarve, Alentejo)”.

Coherentemente con lo arriba indicado, las perspectivas de futuro pasan ineludiblemente por la integración de actividades venideras dentro de otros nuevos proyectos de investigación. Con ese ánimo solicitamos, y se nos ha concedido recientemente, un proyecto de investigación I+D+i del Ministerio de Ciencia e Innovación, titulado “Concepto, método y gestión patrimonial en los Recintos de Fosos de la Península Ibérica (IV-III milenios AC)”. En él se asumen los objetivos no cubiertos hasta el momento y se añaden otros específicos que pasamos a relacionar:

1. Redefinir y reflexionar, desde una perspectiva científica, sobre los recintos de fosos.

2. Establecer y poner en práctica una nueva metodología de localización, excavación, registro y gestión de la información sobre los Recintos de Fosos. Para ello se desarrollará un sistema de información desarrollando un software específico basado en tecnologías estándares como XML que permitirá, por una parte, una gestión más eficiente de la información, y por otra una explotación eficaz, por parte de los investigadores, de la base de conocimiento almacenada en las bases de datos que recogerán el registro arqueológico. El desarrollo software estará íntimamente relacionado con los requerimientos de los investigadores y nacerá con la pretensión de ser un importante instrumento de apoyo al necesario cambio metodológico que requiere este tipo de yacimientos.

Adicionalmente, se realizará un inventario de Recintos de Fosos europeos con el afán de proporcionar una más amplia perspectiva para su estudio, abriendo la posibilidad análisis tanto geoespaciales, como de las principales características de estos yacimientos europeos.

3. Promover estrategias de gestión patrimonial acordes con la naturaleza particular de estos yacimientos, introduciendo las últimas tecnologías en reconstrucción digital, así como en realidad aumentada sobre dispositivos móviles, para la valorización y difusión de los Recintos de Fosos.

Para finalizar, es importante recalcar el carácter provisional de esta planificación, ya que, en todo momento, la ejecución de ciertas tareas, la forma concreta en la que se lleven a cabo, y el momento en el que se desarrollen, estarán supeditados, como no puede ser de otra manera, a las necesidades y ritmos que marque el *Programa Global de Investigação dos Perdígões*.

Bibliografia

COSTA, C. (2010), "Os restos faunísticos de animais vertebrados do Sector I dos Perdígões (fossas e fossos 3 e 4)", *Apontamentos de Arqueologia e Património*, 6, p. 53-74.

GIBSON, A.; BECKER, H.; GROGAN, E.; JONES, N.; MASTERSON, B. (2001), "Survey at Hindwell enclosure, Walton, Powys, Wales", (Darvill, T. y Thomas, J. eds.), *Neolithic enclosures in Atlantic Northwest Europe*. Neolithic Studies Groups Seminar Papers 6, p. 101-110.

HASEK, V. y KOVÁŘÍK, J. (1999), "Aerial and geophysical prospection in archaeological research of prehistoric circular ditches in Moravia", *Archaeological Prospection*, nº 6, p. 187-209.

LAGO, M.; VALERA, A.; DUARTE, C.; ALBERGARIA, J.; ALMEIDA, F.; CARVALHO, A.; REIS, S. (1998), *Povoado Pré-Histórico dos Perdígões (Reguengos de Mosaraz). Relatório final dos trabalhos de salvamento arqueológico*, Relatórios Era, 1, ERA-Arqueologia.

MÁRQUEZ, J.E.; JIMÉNEZ, V. y MATA, E. (2008), "Excavaciones en el yacimiento de Perdígões (Reguengos de Mosaraz, 2008-2010). Universidad de Málaga (España)", *Apontamentos de Arqueologia e Património*, nº 2, p. 41-48.

MÁRQUEZ, J.E. y JIMÉNEZ, V. (2008), "Claves para el estudio de los Recintos de Fosos del sur de la Península Ibérica", *ERA-Arqueologia*, 8, p. 158-171.

MÁRQUEZ, J.E. y JIMÉNEZ, V. (2010 a), *Recintos de Fosos. Genealogía y significado de una tradición en la Prehistoria del suroeste de la Península Ibérica (IV-III milenios a.C.)*, Servicios de publicaciones de la Universidad de Málaga, Málaga.

MÁRQUEZ, J.E. y JIMÉNEZ, V. (2010 b), "Ten keys to think southern Iberian ditched enclosures". *Proceeding of the XV World Congress of the International Union for Prehistoric and Protohistoric Sciences, BAR International Series 2124*, p. 143-149.

MÁRQUEZ, J.E.; VALERA, A.C.; BECKER, H.; JIMÉNEZ, V. y SUÁREZ, J. (en prensa), "El Complejo Arqueológico dos Perdígões (Reguengos de Mosaraz, Portugal). Prospecciones Geofísicas – Campaña 2008-09." *Trabajos de Prehistoria*, Madrid.

RAY, K (2001), "Early enclosures in southeast Cornwall". En Darvill, T. y Thomas, J. (eds.), *Neolithic enclosures in Atlantic Northwest Europe*. Neolithic Studies Groups Seminar Papers 6, p. 50-65.

VALERA, A.C.; JORGE, P. y LAGO, M. (2008), "O Complexo Arqueológico dos Perdígões. Breve percurso de uma Arqueologia de minimização a uma Arqueologia em construção e em Sociedade", *Almadan II, Serie 16*. Almada (Portugal), p. 115-123.

VALERA, A.C.; LAGO, M.; DUARTE, C.; EVANGELISTA, L. S. (2000), "Ambientes funerários no complexo arqueológico dos Perdígões: uma análise preliminar no contexto das práticas funerárias calcolíticas no Alentejo", *Era Arqueologia*, 2, p. 84-105.

VALERA, A.C. (2008), "Recinto calcolítico dos Perdígões: fossos e fossas do sector I", *Apontamentos de Arqueologia e Património*, 3, p. 19-27.

VALERA, A.C. (2010), "Construção da temporalidade dos Perdígões: contextos neolíticos na área central", *Apontamentos de Arqueologia e Património*, 5, p. 19-26.

VALERA, A.C.; LAGO, M.; DUARTE, C.; DIAS, I.; PRUDENCIO, I. (2007), "Investigação no Complexo Arqueológico dos Perdígões: ponto da situação de dados e problemas", (S.O. Jorge, A. M. Bettencourt e I. Figueiral coords.) *A concepção das paisagens e dos espaços na Arqueologia da Península Ibérica*, Actas do IV Congresso de Arqueologia Peninsular. Centro de Estudos de Património (Promontoria monográfica), Universidade do Algarve. Faro (Portugal), p. 53-66.

WHEELER, J. (2010), "Paleoenvironmental assessment of two archaeological sediments from Perdígões, Alentejo region, Portugal", *Apontamentos de Arqueologia e Património*, 6, p. 41-45.

CACHIMBOS DE CAULINO PROVENIENTES DO MERCADO DA RIBEIRA: CONTRIBUTO PARA A HISTÓRIA SÓCIO-ECONÓMICA DA LISBOA MODERNA

Marina Pinto¹
Iola Filipe¹
Lúcia Miguel¹

Resumo:

O presente artigo tem como objecto de estudo os fragmentos de cachimbos de caulino provenientes da fase mais antiga de ocupação registada na intervenção arqueológica realizada no Mercado da Ribeira (Fase 1), Lisboa, em 2003/2004, tendo como fim último a caracterização cronológica e social da área em questão. O objectivo principal consiste na apresentação do conjunto, sublinhando as características que permitem determinar a sua proveniência e cronologia. No entanto, publicar o conjunto no seu todo, independentemente das conclusões, é igualmente importante para o estudo deste artefacto em Época Moderna. A dimensão do conjunto é, por si só, expressiva da sua relevância, podendo desta forma dar a conhecer um aspecto importante da sociedade de então.

Abstract:

China clay pipes from Mercado da Ribeira: a contribution to the socio economic history of Modern Lisbon

This paper aims to study the fragments of china clay pipes discovered during the earliest phase of occupation recorded in the archaeological intervention conducted in the Mercado da Ribeira (Phase 1) in Lisbon, in 2003/2004, with the ultimate objective of characterizing chronologically and socially the area in question. The main purpose is the presentation of the whole collection, stressing the characteristics which determine their origin and chronology. However, to publish the set as a whole, regardless of the conclusions, is also important for the study of this artifact in the Modern Era. The size of the set is, by itself, expressive and relevant and can help us understand this important aspect of society in those times.

1. Introdução

Os fragmentos de cachimbo de caulino objecto do presente estudo são provenientes da fase mais antiga de ocupação registada na intervenção arqueológica realizada no Mercado da Ribeira (2003/ 2004), tendo como objectivo principal a apresentação do conjunto, sublinhando as características que permitem determinar a sua proveniência e cronologia. Os fragmentos que permitiram cumprir este objectivo referem-se exclusivamente a bases de assentamento com marca de produtor, sendo na sua maioria provenientes da cidade holandesa de Gouda.

Em termos metodológicos, para além do estudo das marcas, realizou-se uma classificação dos forninhos de acordo com a sua morfologia, e a análise da decoração das hastes.

A informação resultante deste estudo permitiu determinar uma importante rota comercial, já que a maioria das importações é proveniente da Holanda. Para além da vertente económica, que se manifesta igualmente pela generalização do consumo de tabaco em cachimbo, resultante do comércio ultramarino (via através da qual se introduziu a planta do tabaco no continente europeu), a abundância de fragmentos de cachimbos de caulino comprova a vulgarização deste hábito social, já expresso na iconografia da época.

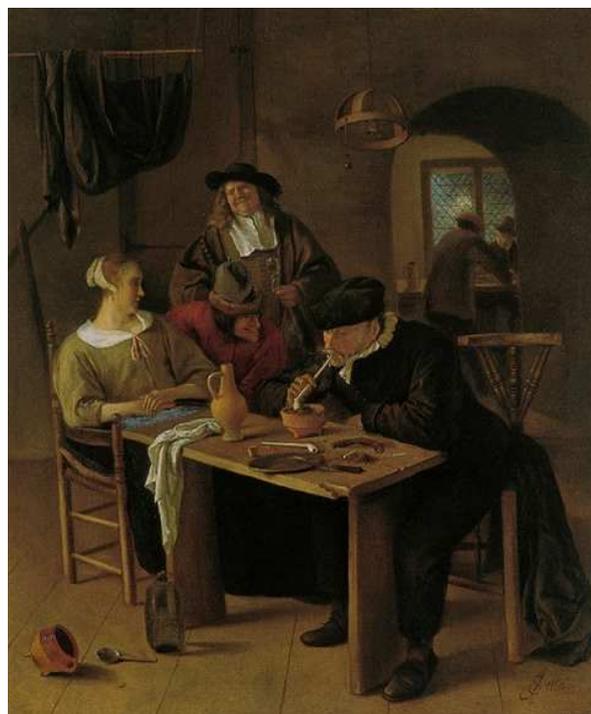


Figura 1 – Tavern Scene, de Jan Havicksz
(museo_thyssen_g_CTB.1957.3)

¹ ERA Arqueologia S.A.

2. Enquadramento Histórico-Arqueológico

Na intervenção arqueológica realizada no Mercado da Ribeira foram identificados dois momentos construtivos distintos. O primeiro, na 2ª metade do século XVII com a construção de uma calçada que facultaria o acesso ao rio Tejo antes da construção do Cais de São Paulo, no mesmo período cronológico. O segundo, em meados do século XIX com a edificação de várias estruturas em alvenaria, cantaria e madeira, associadas à reconstrução da zona Ocidental da Ribeira e eventualmente ao antigo mercado 24 de Julho.



Figura 2 – Localização da área do actual Mercado da Ribeira na planta de Braunio, 1593.

Os fragmentos de cachimbo estudados são provenientes de depósitos considerados na Fase 1, que antecede a construção da referida calçada e do Cais de São Paulo. Esta fase é caracterizada por uma sucessiva acumulação de depósitos, de características arenosas, com uma elevada percentagem de material arqueológico que se enquadra grosso modo na 2ª metade do século XVII e o 1º quartel do século XVIII. Não foi possível determinar a origem da formação destes contextos, que poderão corresponder a aterros associados ao progressivo assoreamento do rio Tejo, na zona ocidental da ribeira, ou a depósitos de origem natural, sobre os quais vão sendo despejados os lixos da cidade, à semelhança do que se verificará posteriormente no Cais de S. Paulo.

É provável que nesta fase a área intervencionada apresentasse algumas analogias com a representação da zona ocidental da Ribeira expressa na gravura de Braunio dos finais do século XVI, com a praia fluvial definida a Norte pela Igreja de São Paulo e a nascente por um conjunto de edifícios nas proximidades de Remolares e do bairro de Cata-que-faraz.

3. Análise do Conjunto

3.1 Metodologia

O conjunto analisado é composto por 935 exemplares, sendo que 891 (95%) correspondem a fragmentos de haste e 44 (5%) a fragmentos de forninho/ base de assentamento. Esta primeira divisão representa o ponto de partida do presente estudo, tendo-se posteriormente analisado os seus elementos com critérios de classificação diferenciados:

Esquema do cachimbo

Hastes:

1. Medição das extremidades de cada fragmento, com o propósito de determinar a que parte pertencia. (extremidades distais e proximais);
2. Separação dos fragmentos não decorados e decorados, e neste último caso definir padrões decorativos, com o intuito de verificar variáveis repetidas e estabelecer possíveis relações entre os grupos formados e produções ou cronologias.

Fornilhos/ Bases de Assentamento:

1. Separação entre forninho, forninho e base de assentamento e base de assentamento;
2. Descrição das marcas de produtor e estabelecimento de paralelos;
3. Definição de grupos formais, visando estabelecer uma relação entre a forma e cronologia. Para o efeito foram considerados os seguintes descritores:

Perfil do forninho: perfil rectilíneo/ perfil curvilíneo;

Forma da base de assentamento: com pedúnculo/ sem pedúnculo; dimensão (diâmetro).

Os dados obtidos foram tratados estatisticamente e os resultados apresentados em valores absolutos e percentagens.

Este estudo tem implícitas algumas condicionantes, nomeadamente o reduzido tamanho de alguns fragmentos, impossibilitando assim a reconstituição formal do objecto e consequentemente a atribuição de produtores e cronologias. O facto dos fragmentos se encontrarem muito rolados inviabiliza que se efectuem colagens, não sendo possível, deste modo, calcular um número mínimo de exemplares. Os valores aqui enunciados representam, não o total de

cachimbo presentes neste conjunto, mas o número de fragmentos existentes.

3.2. Hastes

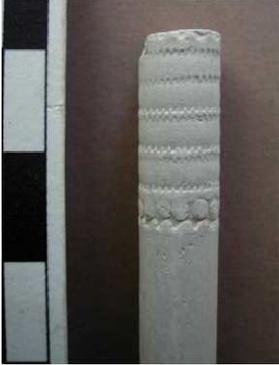
Os fragmentos de haste foram divididos em decorados e não decorados, sendo este último grupo mais expressivo, com 790 (89%) fragmentos, num total 891. Os restantes 101 (11%) correspondem a fragmentos decorados.

U.E.	Nº de Exemplares
1015	55
1047	15
1056	24
1065	17
1066	10
1074	12
1078	13
1079	41
1088	4
1093	7
1097	5
1099	1
1165	36
1182	156
1183	12
1204	11
1206	1
1207	4
1210	20
1213	7
1229	285
1230	35
1271	7
1276	12
Total	790

Tabela 1 – Relação dos fragmentos de haste não decorados por unidade estratigráfica.

A maioria dos fragmentos de haste, decorados e não decorados, apresentam um diâmetro externo compreendido entre os 6 e os 9 mm. Com menor frequência, foram também identificados fragmentos com cerca de 4 e 12,5mm de espessura. É possível que estas oscilações possam traduzir a variabilidade do diâmetro ao longo de toda a haste do cachimbo, que tem tendência a aumentar da boquilha para o início da abertura do forninho, contudo, os dados obtidos não permitem retirar qualquer conclusão a esse respeito.

Em relação aos fragmentos decorados, diferenciaram-se três grupos (Tabela 2), tendo-se registado quatro sub-grupos no primeiro. Foi possível aferir uma predominância do Grupo I.I (50%), situação também verificada no conjunto recolhido no Caminho da Ronda do Castelo de São Jorge (Calado, Pimenta, Silva, 2003: 91). Importa, contudo, referir que nas unidades 1182 e 1229 o grupo I.II assume maior expressividade, atingindo no primeiro caso o dobro dos exemplares. Não é possível, com os dados disponíveis, determinar qual o significado cronológico-cultural desta situação, registando-se apenas a sua ocorrência.

Motivos Geométricos Impressos – I			
Grupo Decorativo	UE	Ex.	Imagem
I.I: linhas denticuladas inscritas num espaço delimitado por linhas de círculos numa ou em ambas as extremidades.	1015	3	
	1047	2	
	1056	1	
	1066	1	
	1074	5	
	1078	2	
	1079	4	
	1093	1	
	1097	1	
	1142	1	
	1165	3	
	1182	7	
	1183	1	
	1210	4	
1213	1		
1230	1		
1229	7		
1276	2		
Sub-Total		47	
I.II: linhas denticuladas inscritas num espaço delimitado por linhas de triângulos numa ou em ambas as extremidades	1015	1	
	1047	1	
	1065	1	
	1079	2	
	1142	1	
	1182	14	
	1207	1	
	1229	9	
	1230	2	
	Sub-Total		
I.III: linhas denticuladas inscritas num espaço delimitado por linhas de retângulos numa ou em ambas as extremidades	1079	2	
	1165	1	
	1182	4	
	1229	3	
Sub-Total		10	
I.IV: linhas de losângulos com duas circunferências no interior num espaço delimitado por linha de triângulos	1229	1	
Sub-Total		1	
Total		90	

Hastes Torças – II			
Grupo Decorativo	EU	Nº ex	Imagem
II.I: Hastes torças alternando espaços sem decoração com linhas reticuladas	1074	1	
	1182	2	
Sub-Total	3		

Decoração Geométrica com Marcas Nominativas - III			
Grupo Decorativo	EU	Nº ex	Imagem
III.I: linhas denticuladas delimitadas nas extremidades por faixas com marcas nominativas - [...] F VELDE.[...]; [...]NS.VA[...]	1229	1	
Sub-Total	1		
Total	1		
Total de Todos os Grupos	94		

Tabela 2 – Motivos decorativos presentes nas hastes (fotografias de Miguel Almeida).

Relativamente aos restantes grupos, destaca-se o I.II com 32 (34%) e o I.III com 10 (11%) (10) sendo os restantes residuais no conjunto. Os grupos I.IV e III.I têm apenas um exemplar cada, representando 2% do conjunto, e o grupo II.I 3 exemplares (3%).

O motivo decorativo com maior representatividade na amostra em estudo – linhas de denticulados inscritas num espaço delimitado por linhas de círculos – teve o seu auge no Século XVIII com as produções holandesas, no entanto, foi igualmente utilizado nas produções inglesas (Bristol: Lluellin Evans [1661-1668]; William Evanses [1660-1697]) e francesas. A dimensão dos fragmentos e o facto de não existir nenhum exemplar completo impedem que se determine a proveniência e cronologia.

3.2. Fornilhos/ Bases de Assentamento

No que diz respeito aos fornilhos/ bases de assentamento, dos 44 fragmentos recolhidos, apenas 18 (40%) apresentavam as características morfológicas necessárias à reconstituição da forma. Dos restantes 26 exemplares, 13 (30%) correspondem a fragmentos de bases de assentamento e 13 (30%) a fornilhos.

Definiram-se quatro grupos, a partir de uma amostra de 11 fragmentos de fornilho com base de assentamento, encontrando-se os restantes 7 demasiado fragmentados para determinar o grupo formal.

Grupo	Desenho	U.E.	Ex.
1. - Perfil curvilíneo, associado a bases de assentamento com pedúnculos com larguras compreendidas entre os 5 e os 10 mm.		–	–
1.A - Perfil com linhas curvas pouco acentuadas		1047	1
		1074	1
		1229	2 ⁽¹⁾
1.B - Perfil com uma ligeira curvatura na extremidade proximal		1047	1
		1079	2
		1230	1 ⁽²⁾
2 - Perfil rectilíneo, associado a uma base de assentamento com pedúnculo, com 8 mm de largura		1229	1
3 - Perfil curvilíneo, linha curva pouco acentuada, sem pedúnculo, com base oval com 8 mm de diâmetro.		1079	1
4 - Perfil curvilíneo, com linha curva acentuada na parte inferior, associada a uma base de assentamento com pedúnculo, com largura inferior a 5 mm.		1229	1

Tabela 3 – Grupos Morfológicos (desenhos: Ana Cristina Ramos).

(1) Um dos fragmentos recolhidos nesta unidade encontra-se fragmentado na parte inferior, o que o coloca neste grupo com algumas reservas.

(2) Este exemplar encontra-se fracturado na parte inferior do fornilho, o que dificultou a sua análise morfológica e consequentemente o coloca neste grupo com algumas reservas.

A maioria dos fornilhos insere-se no grupo 1, dividido em duas variantes, 1.A e 1.B. Optou-se por realizar esta divisão com base na curvatura, mais acentuada no tipo 1.B, conferindo-lhe um perfil mais bojudo. Ambas as variantes apresentam fragmentos decorados com linhas denticuladas e/ou reticuladas junto ao bordo, não se verificando o mesmo tipo de decoração nos restantes grupos, ou porque esta se encontra ausente, como é o caso do fragmento do grupo 4 recolhido na UE1229, ou porque os fragmentos se

encontram fracturados junto ao bordo impossibilitando, desta forma, o reconhecimento da decoração, casos do fragmento recolhido no grupo 4, UE 1229, e do fragmento recolhido na mesma UE, pertencente ao grupo 2.

Os forninhos do grupo 1 apresentam características morfológicas e estilísticas que parecem enquadrar-se cronologicamente nas produções de finais do século XVII, enquanto os forninhos do grupo 4 encontram paralelos cronológicos em produções holandesas do século XVIII. Aparentemente, a diminuição da largura na base de assentamento dos cachimbos está relacionada com uma tendência estilístico - cronológica expressa nos exemplares identificados.

3.3. Marcas de Produtor

Das 20 marcas de produtores identificadas, 10 (50%) revelaram proveniência holandesa, 2 (10%) inglesa e num caso não foi possível determinar a origem, na medida em que o motivo, Rosa Tudor, é comum tanto em fabricos holandeses como ingleses. Em dois exemplares, apesar de se ter identificado o motivo, não se encontraram paralelos na bibliografia consultada, inviabilizando desta forma a atribuição do centro produtor. Nos restantes 5 fragmentos (25%) a marca encontrava-se ilegível.

Os 10 exemplares de fabrico holandês são provenientes de Gouda, o maior centro europeu de produção de cachimbos desde o século XVII. Estas marcas inserem-se na segunda metade do Século XVII, com especial concentração no último quartel.

Relativamente ao exemplar nº13 (inglês), corresponde a um produtor de Newcastle, Robert Crosby, cuja actividade produtora se enquadra cronologicamente em meados do século XVIII. A cronologia aferida para este exemplar, 1748, difere das restantes, que se enquadram grosso modo no último quartel do Século XVII. No entanto, importa sublinhar que a leitura efectuada apresenta algumas dúvidas, o que pode ser igualmente aplicado à data apresentada.

No que concerne ao exemplar nº 10, não foi possível determinar com segurança a sua proveniência. A Rosa Tudor, localizada na parte lateral do pedúnculo, apesar de ser considerada um símbolo britânico, aparece frequentemente nos cachimbos de produção holandesa. Acredita-se que estes cachimbos possam ter sido manufacturados por produtores ingleses que emigraram para a Holanda (Neyland e Schroder, 1996). Este exemplar encontra paralelos nas escavações realizadas nos destroços de uma embarcação Alemã (Idem), datada dos finais do século XVII.

Não se encontraram paralelos para duas marcas, pelo que não foi possível determinar a sua proveniência e cronologia. A marca do exemplar nº 14 apresenta as letras S.R. gravadas na parte lateral do pedúnculo, e o exemplar nº 15 apresenta uma carroça delimitada por uma cartela na base de assentamento.



Figura 3 – Exemplar com a roda de fiar (nº7), produção holandesa de Gouda.



Figura 4 – Exemplar com as iniciais CK (nº6).

4. Considerações Finais

A intervenção realizada no Mercado da Ribeira permitiu a recolha de 935 fragmentos de cachimbos de caulino na fase mais antiga de ocupação, datada da 2ª metade do século XVII baseada num estudo preliminar dos fragmentos de azulejos, faianças e porcelanas. A análise deste conjunto de cachimbos possibilitou aferir uma cronologia mais precisa inscrita no último quartel do século XVII, numa altura em que o hábito de fumar em cachimbos se encontrava já generalizado na Europa.



Figura 5 – Exemplar inglês (nº13).



Figura 6 – Exemplar com a rosa Tudor (nº 10).

Nº	U.E.	Marca de produtor	Fabricante	Cronologia	Produção
1	1229	Martelo coroadado	_	1690 – 1695 / 1746 - 1749	Holandesa
2	1229	Canhão	_	1687 – 1747 /1751	Holandesa
3	1099	W.L. coroadado	Willem Lambertzsz	1660/1670 – 1874	Holandesa
4	1047	Ave em galho	_	1690 /1710 – 1725/1735	Holandesa
5	1047	H.N. coroadado	Hendrik Nesvelt	1670/1680 – 1745	Holandesa
6	1047	CK coroadado	Cornelis Kwast (?)	1695/1705 – 1722/1735	Holandesa
7	1074	Roda de fiar	_	1695/1710 – 1750	Holandesa
8	1079	Ferradura/ Sino???	_	1728 - 1749	Holandesa
9	1230	Flor de Lis	_	1667 - 1940 (?)	Holandesa
10	1142	Rosa Tudor	_	(?)	Holandesa?/ Inglesa?
11	1182	H.P. coroadado	Hendrik Pietersz Koll (?)	1700/1710 - 1746/1750	Holandesa
12	1142	W.W.	_	_	Inglesa
13	1229	R C com 2 flores	Robert Crosby (Newcastle) (?)	1748	Inglesa
14	1229	SR	_	_	_
15	1182	Carroça delimitada por cartela	_	_	_

Tabela 4 – Marcas de produtor.

Nos contextos estudados, os fragmentos que permitiram determinar a origem referem-se exclusivamente a bases de assentamento com marca de produtor, sendo na sua maioria provenientes da cidade holandesa de Gouda. No entanto, a sua representatividade (2%) no conjunto é diminuta, verificando-se um claro predomínio das hastes, sem que neste caso se possa determinar com clareza a origem do centro produtor. Ainda que os motivos decorativos presentes nas hastes sejam comuns nos fabricos ingleses e holandeses, pode extrapolar-se a informação obtida através das marcas de produtores e assumir um predomínio das produções holandesas no conjunto estudado. Nos

exemplares analisados, foi possível observar que as marcas de produtor holandesas se localizavam sempre na base de assentamento e as inglesas na parte lateral do fornicho.

A clara predominância das hastes relativamente aos fornichos/ base de assentamento verificada nos contextos estudados, à semelhança do que sucede noutros sítios arqueológicos, como é o caso do Caminho de Ronda no Castelo de São Jorge (Calado, Pimenta, Silva, 2003: 93), é difícil de explicar. Podem avançar-se algumas hipóteses, nomeadamente a fragilidade destes elementos ou a quebra intencional no intuito de as substituir por hastes de outro

material, como a madeira ou cana, “[...] anulando a potencial agressão térmica causada pelos cachimbos cerâmicos” (Idem: 93). Não obstante, estas hipóteses, por si só, não justificam a grande discrepância entre estes elementos.

A presença de um elevado número de fragmentos de cachimbos na área intervencionada reflecte o papel que o tabaco desempenhava na sociedade. Este artefacto seria um bem acessível a todas as classes sociais, existindo referências de que seriam inclusivamente utilizados como recompensas oferecidas a escravos por bom comportamento (Martins, 1988, p. 6). Uma breve análise da iconografia, essencialmente holandesa e flamenga, permite observar o uso do cachimbo em contextos de festas e tabernas. No que se refere à azulejaria portuguesa, apenas os membros da nobreza aparecem representados a fumar cachimbo, podendo, no entanto, este facto resultar de uma intencionalidade do pintor e não reflectir hábitos sociais.

A zona ocidental da Ribeira começou a desenvolver-se a partir do Século XVI, estabelecendo-se aí a nobreza ligada aos altos funcionários do Estado e a burguesia mercantil, existindo desde sempre uma forte ligação deste espaço com o rio e com a expansão ultramarina.

Bibliografia

- ALEXANDER, L. T. (1983), “Clay tobacco smoking pipes from the Caleb Pusey House”, (Peter Davey ed.) *The Archaeology of the Clay Tobacco Pipe*, vol. VIII, America, International Series, BAR, Oxford, , 175, p. 195-233.
- ALEXANDER, L. T. (1983), “More light on theory of dating clay pipes by measuring steam hole diameters”, (Peter Davey ed.) *The Archaeology of the Clay Tobacco Pipe*, vol. VIII, America, International Series, BAR, Oxford, , 175, p.235-244.
- CALADO, M., PIMENTA, J., SILVA, R.B. (2003), “Cachimbos de cerâmica provenientes da escavação do Caminho de Ronda no Castelo de São Jorge em Lisboa”, *Património*, IPPAR, Lisboa, p. 83-95.
- DUCO, D. H. (1982), *Merken van Goudse pijpenmakers 1660-1940*, Uitgevermaatschappij De Tijdstroom Lochem/Poperinge.
- GARCIA, Eduino Borges (1968), “Cachimbos de cerâmica adquiridos no mercado de S. Paulo em Luanda”, *Boletim do Museu de Cerâmica Popular Portuguesa*, nº 1, Lisboa, Livraria Portugal p.87-93
- LECLAIRE, André et Mariette (1986), *Naissance de la pipe en terre a Saint-Quentin-la-Poterie. Tradition et Activité*, Tome I, Saint-Quentin-la-Poterie, “Atelier” de l’Office Culturel.
- LECLAIRE, André et Mariette (1986), *Naissance de la pipe en terre a Saint-Quentin-la-Poterie. Fabrication et Production*, Tome II, Saint-Quentin-la-Poterie, “Atelier” de l’Office Culturel.
- LEITE, Serafim (1955), “Luís de Góis. Senhor do engenho no Brasil, introdutor do tabaco em Portugal, Jesuíta na Índia (1504[7]-1567)”, Separata da revista *Brotéria*, vol. LXI (Agosto-Setembro de 1955), Lisboa, p.146-161.
- LIBERT, Lutz (1986) – *Tabacco, snuff boxes and pipes*, Orbis Publishing, London.
- MARTIN, C. J. M. (1987), “A group of pipes from the dutch east Indiaman Kennemerland, 1664”, (Peter Davey ed.) *The Archaeology of the Clay Tobacco Pipe*, vol. VIII, America, International Series, BAR, Oxford, , 175, p. 211-224.
- MARTIN, C. J. M. (1987) “A group of pipes from Mid Shore, Pittenweem, Fife”, (Peter Davey ed.) *The Archaeology of the Clay Tobacco Pipe*, vol. VIII, America, International Series, BAR, Oxford, , 175, p.183-209.
- MARTINS, Miguel (1988), “Três cachimbos do Hospital de Todos-os-Santos, Lisboa”, *Revista Municipal*, Ano XLIX, 2ª série, nº 23, 1º trimestre 1988, Lisboa, p. 6-18.
- MARTINS, Miguel (1998), “Um fragmento de tubo de cachimbo da Secção II, Contexto nº 8 do Moinho de Alfragide (MV-21.07) (Amadora)”, *Actas das 2ªs Jornadas de Cerâmica Medieval e Pós-Medieval, métodos e resultados para o seu estudo*, Tondela, Câmara Municipal de Tondela, p.365-366.
- MARSDEN, Peter (s.d.), *The Wreck of the Amsterdam*, New York, Stein and Day.
- NEYLAND, Bob & MCLAUGHLIN-NEYLAND, Kathleen (1993), *Two prams wrecked on the Zuider Zee in the late eighteenth century*, Excavation reports 15 and 16. Flevovericht, nr. 383,
- NEYLAND, Robert S. & SCHRODER Birgit (1996), *A late seventeenth century Dutch freighter, wrecked on the Zuiderzee*, Excavation report 20. Flevovericht, nr.409, Nederlands Instituut voor Scheeps- en onderwaterArcheologie / ROB (NISA).
- PEREIRA, António Luis (2000), “Cachimbos cerâmicos do século XVII da Casa do Infante (Porto)”, *Actas das 3ªs Jornadas de Cerâmica Medieval e Pós-Medieval, métodos e resultados para o seu estudo*, Tondela, Câmara Municipal de Tondela, p. 253-269.
- SKRE, Dagfinn (1980), “Clay pipfs from the excavation in revierstredet 5-7, Oslo”, (Peter Davey ed.) *The Archaeology of the Clay Tobacco Pipe*, vol. VIII, America, International Series, BAR, Oxford, , 175, p.299-318.

NOTÍCIA DE UM INUSITADO (MAS NÃO TANTO) ACHADO NA ANTIGA LITHOGRAFIA DE PORTUGAL EM LISBOA (AO PRÍNCIPE REAL)

Alexandre Sarrazola¹
António Carneiro¹

Resumo:

No decurso de trabalhos arqueológicos de diagnóstico e minimização de impacto no espaço da antiga *Lithografia de Portugal* (Príncipe Real, Lisboa) foi detectado um notável acervo de pedras de litografia, susceptíveis de contribuir para o conhecimento da história industrial e das artes aplicadas dos séculos XIX e XX.

Abstract:

In the course of archaeological diagnosis field work on the site of the old *Lithografia de Portugal* (Príncipe Real, Lisbon), a remarkable collection of stone lithographs were detected, which could contribute to the knowledge of industrial history and applied arts of the nineteenth and the twentieth century.

1. O espaço da antiga Lithografia de Portugal nos últimos duzentos e cinquenta e cinco anos

Há em Lisboa lugares para os quais a simples menção do topónimo evoca histórias particulares e colectivas que povoam o imaginário da cidade. Um desses locais de memória é o Príncipe Real. Em breves linhas, foquemo-nos na sua história recente: no período imediatamente subsequente ao grande terramoto de 1 de Novembro de 1755 o espaço é ocupado por desalojados, fugitivos e delinquentes. Face à instabilidade que grassa por toda a cidade são trazidos das províncias alguns regimentos militares para repor a ordem. É o caso do Regimento de Peniche cujo acampamento é levantado nas imediações da praça, tendo-se realizado enforcamentos na zona das casas do conde de Tarouca. Foi então projectada para este local a Basílica Patriarcal cujo edifício, embora não estivesse concluído, foi inaugurado em Junho de 1757. No entanto, na sequência de dois grandes incêndios, em 1769 e em 1771, o edifício é abandonado e este local é novamente palco de ruínas e espaço de reunião da delinquência da cidade, passando, então, a ser conhecido como a Patriarcal Queimada. Em 1789 o Marquês de Ponte de Lima, presidente do Real Erário, propõe que este se instale num edifício a construir no lugar da Patriarcal Queimada. As obras do edifício iniciam-se em 1790 e prolongam-se ao longo dos cinco anos seguintes, sendo então o projecto abandonado e, mais uma vez, a praça é um lugar caótico, com um amontoado de ruínas onde se voltam a instalar elementos marginais da cidade.

Em 1833 estes terrenos são entregues à Câmara Municipal que, durante a segunda metade do século XIX, vai procurando uma solução para aquele espaço. Entre 1852 e 1861 é feita a terraplanagem e são colocados bancos de jardim, plantadas árvores e construído o tanque sob o qual se situa a mãe d' água. Transformado em jardim, este local passa a merecer – a partir de 1859 - o topónimo de Praça do Príncipe Real (Dom Pedro V), com uma interrupção de cerca de quatro décadas quando em 1910, com a implantação da República, é denominado de Praça do Rio de Janeiro. (Santana, 1994: 737-738; Araújo, 1992: 65-69).



Figura 1 – Carta de Filipe Folque (1856/1858) e localização do actual empreendimento.

¹ ERA Arqueologia S.A.

Entre Setembro de 2009 e Janeiro de 2010, no sentido de dar cumprimento a um despacho da direcção do IPPAR (actual Igespar-IP – Direcção Regional de Cultura e Vale do Tejo) de 15 de Dezembro de 2004 - onde se considera que “os trabalhos [de obra] devem ser precedidos de sondagens arqueológicas, atendendo a que o local se encontra em zona de protecção do Aqueduto das Águas Livres e pertence a uma Área de Potencial Valor Arqueológico, nível 2 (Artº 15º do PDM)” - e de subsequentes deliberações da Tutela (Igespar-IP), a Era procedeu a acções de sondagens de diagnóstico (duas campanhas), acompanhamento arqueológico, decapagem mecânica e registo ortofotográfico no edifício da antiga *Lithografia de Portugal*, em virtude de estar projectada para o local a construção de um condomínio de que é Promotor do Empreendimento a Habuid Imobiliária, SA. Durante a realização de tais trabalhos foi registada presença de contextos arqueológicos estruturais e artefactuais associáveis à malha urbana da área do Príncipe Real entre os séculos XVII e XIX/XX.

2. Contexto dos achados

No decurso dos trabalhos de decapagem mecânica - entre 19 de Novembro e 9 de Dezembro de 2009 – foi detectado um conjunto notável de tipos e provas de calcário (provenientes inequivocamente da antiga *Lithografia de Portugal*) a cumprir a função de entulho e embasamento do piso de betão do século XX (medindo 40 cm x 20 cm as mais pequenas e as maiores cerca de 60 cm x 40 cm). Em suma, estes elementos patrimoniais – embora utilizados como materiais de construção num momento recente do século XX – encontravam-se dentro da circunscrição espacial do seu local de origem e utilização primeira. Foram imediatamente envidados esforços no sentido de recuperar todos os elementos que fosse possível, no sentido de garantir a sua preservação/valorização patrimonial. Foi contactado o Igespar.IP (Extensão de Lisboa) e, subsequentemente, (por indicação/ sugestão dos representantes daquela entidade) as direcções do Museu da Imprensa (Porto) e do Museu de Portimão. Tais contactos visavam – face ao carácter inusitado do achado - a auscultação de preliminares pareceres técnicos a propósito da categorização tipológica, cronologia e valor patrimonial dos elementos detectados. Da direcção do Museu de Portimão (na pessoa do Dr. José Gameiro) recebemos o contacto da artista plástica e insigne gravurista Maria Gabriel que se disponibilizou a visitar as instalações da Era e o local da antiga *Lithografia de Portugal* para tomar conhecimento presencial do achado (a Maria Gabriel agradecemos a incedível e desinteressada generosidade intelectual com que nos acompanhou neste processo).

Uma vez que este conjunto - de cerca de sete dezenas de elementos - apresenta, dos mais diversos pontos de vista, um inestimável e transversal interesse – no que concerne, a título de exemplo, às temáticas da arte aplicada e do design, da história de arte, da história económica e da arqueologia industrial - considerou-se que a oportunidade do presente achado deve ser capitalizada em proveito da memória colectiva e do empreendimento propriamente dito.



Figuras 2 a 4 – Contexto de proveniência do achado das pedras de litografia.

3. Princípios gerais da litografia e respectivo enquadramento histórico.

Para breve incursão ao tema, façamos, do geral para o particular, uma rápida abordagem às suas noções de base: de facto, conforme afirmam Alice Jorge e Maria Gabriel em *Técnicas da Gravura Artística. Xilogravura, Linóleo, Calcografia, Litografia* (2000) “todas as gravuras contêm em

si duas espécies de informação: uma de natureza técnica, outra de natureza estética. A primeira refere-se ao processo utilizado para a obtenção da matriz, a outra, de natureza estética, refere-se à parte formal e ao estilo usados pelos artistas que a realizam”. É referido que “a litografia é um processo de gravura plana, inventado pelo alemão Aloys Senefelder em 1798 que lhe chamou novo processo de gravar quimicamente. Este termo, porém, não foi adoptado, e o termo mais corrente passou a ser o de litografia – cuja palavra deriva do grego lithos (pedra) e graphein (escrita).” A técnica vem a ser largamente utilizada nos sectores comerciais e teve uma grande expansão também nos meios artísticos desde o século XIX até aos nossos dias (Jorge; Gabriel, 2000: 127). A primeira oficina portuguesa foi fundada em Lisboa em 1824, por decreto de Dom João VI (Officina Régia Littográfica). Depois outras se lhe seguiram e sabe-se que no Porto, nessa época, existiram nove oficinas litográficas (*Idem*, 2000: 128).

“Em Portugal, a oficina Santos foi a primeira a empregar as pedras de origem portuguesa, em substituição das que vinham da Alemanha”, por motivos de ordem económica, segundo refere o autor Ernesto Soares na História da Gravura Artística em Portugal, sendo que em 1839 se criou a Companhia Conimbricense de exploração de pedreiras especiais de litografia. Alice Jorge e Maria Gabriel aludem ao facto de que “ainda hoje podemos adquirir as pedras nas antigas oficinas que substituíram este antigo processo de impressão por máquinas modernas automáticas” (*Idem*, 2000: 128). Fica clara a ideia de que, no caso da antiga *Lithografia de Portugal*, tal substituição implicou uma utilização das antigas pedras que hoje se nos afigura suscetível de perplexidade.

É, porém, referido que “todos os trabalhos de grande rigor técnico e delicadeza eram desenhados em pedras importadas, dadas as características de pouca dureza das pedras de proveniência nacional”. A este respeito note-se que, entre o acervo de pedras provenientes da antiga *Lithografia de Portugal*, encontramos exemplares nacionais e importados. Acresce que “técnicos estrangeiros de desenho litográfico eram chamados pelas grandes litografias comerciais da época para executarem muitos desses trabalhos. Podemos encontrar desenhos da altura da grande expansão comercial, gravações perfeitamente conservadas e algumas ainda hoje utilizadas” (*Idem*, 2000: 128).

Nos anos cinquenta do século XX ocorre uma viragem determinante no âmbito da litografia portuguesa. Em 1956 um grupo de artistas fundou a Cooperativa de Gravadores Portugueses “Gravura”, “cujas oficinas próprias incluíam também este processo da arte de gravar. Artistas como Alice Jorge, Júlio Pomar e Cipriano Dourado ali fizeram as suas experiências e levaram outros artistas a praticarem a modalidade”, como veio a ser o caso, poucos anos mais tarde, de Maria Gabriel, entre outros. É de destacar que “impressores que trabalhavam nos sectores comerciais foram chamados ao convívio com os artistas, e em conjunto realizaram os mais importantes trabalhos, expressão da arte contemporânea portuguesa” (*Idem*, 2000: 128, 129). Tal asserção parece corroborar a transversalidade artística,

histórica e económica que se referiu nas linhas introdutórias deste texto.

No que se refere a aspectos de ordem técnica, é sabido que a litografia se baseia “na incompatibilidade entre duas substâncias – a gordura e a água. A pedra é desenhada com os materiais próprios, tinta ou lápis litográfico à base de gordura. Em seguida acidulada, isto é, coberta com uma solução de goma-arábica e ácido nítrico nas proporções convenientes para cada tipo de trabalho. As propriedades da goma-arábica vão contribuir para que o desenho (gordura) se fixe. Por sua vez, as zonas não desenhadas, *i.e.*, não engorduradas, ficam aptas a rejeitarem a gordura da tinta de imprimir (devido às qualidades de absorção da pedra que está constantemente a ser humedecida durante a fase de impressão)” (*Idem*, 2000: 129, 130). Refira-se que “a escolha da pedra é fundamental para os trabalhos que se desejam realizar. Os xistos calcários originários de Solnhofen, na Alemanha, foram os primeiros a ser empregues por Senefelder, devido às suas propriedades de porosidade e dureza”. Entre os diversos tipos de cor, tamanho e espessura no que se refere aos suportes de litografia, as mais duras pedras “existem nas cores que vão desde o cinza escuro e azulado até aos cinzas claros. Porém, encontram-se em maior quantidade as de tons amarelados” (*Idem*, 2000: 130). Refira-se que esta proporcionalidade é também constatável no conjunto recolhido na antiga *Lithografia de Portugal*. Estas pedras de Ançã (segundo informação pessoal de Maria Gabriel), de tons amarelados, maioritárias no acervo sobre o qual incidimos, “são menos duras e desgastam-se com maior facilidade, não permitindo trabalho de grande rigor e delicadeza (...). Estas pedras eram reutilizadas inúmeras vezes até a sua espessura não permitir mais utilizações” (*Idem*, 2000: 130).

Ainda atentando em aspectos de ordem técnica/ artística, dizem-nos Alice Jorge e Maria Gabriel, relativamente à forma de gravar na pedra a ponta e buril: método positivo (as linhas negras no branco), que “este processo, já então utilizado por Senefelder no seu tempo e épocas seguintes, foi adoptado rapidamente pelos meios comerciais”. Terá assumido uma feição concorrencial, já que, embora não atingindo a qualidade dos trabalhos do metal, se usou para “obtenção de desenhos complicados de linha como os adornos dos certificados, acções, letras, textos e embalagens, conseguindo-se uma maior rapidez de produção e de interesse comercial” (*Idem*, 2000: 170). Tal consideração caracteriza amplamente o conjunto de pedras litográficas recolhidas no espaço da antiga *Lithografia de Portugal*.

No que concerne às instalações de uma oficina de litografia, destaque-se que “se não existir no local água corrente, deve pelo menos haver um depósito com água e um local de escoamento, dado que os trabalhos de litografia são impossíveis de realizar sem água” (*Idem*, 2000: 153). Esta observação permite enquadrar contextualmente no âmbito do período de laboração da *Lithografia de Portugal* as estruturas contemporâneas de contenção e condução hidráulica ali registadas nas campanhas de sondagens de diagnóstico (Sarrazola, 2009; Carneiro 2010).

4. A litografia e o século XX em Portugal

No contexto nacional século XX, refira-se, a título de curiosidade, dois documentos coetâneos, respectivamente, de dois momentos determinantes na história do país: o Condicionamento Industrial durante o Estado Novo e, algumas décadas volvidas, o Processo Revolucionário Em Curso (PREC) de 1975.



Figura 5 – Placa com o rótulo da aguardente portuguesa Macieira para exportação no Oriente.



Figura 6 – Placa com rótulo da Companhia da Borracha.

Em comunicação apresentada em 1957 ao II Congresso da Indústria Portuguesa, intitulada “Indústrias de Litografia e Rotogravura”, António Russel de Sousa (sócio-gerente da Litografia Nacional) afirmava que “as indústrias de Litografia sobre papel, sobre folha-de-flandres, e Rotogravura, ocupam aproximadamente dois mil trabalhadores, distribuídos por cinquenta e três firmas”. Face a tal panorama, é adiantado que “a Litografia sobre papel tem fundas tradições no nosso País. É uma verdadeira Arte que, desde o seu início, mereceu o carinho de notáveis artistas plásticos, alguns dos quais nela deram os seus primeiros passos. Emprega cerca de 1530 operários (...) A indústria de Litografia sobre folha-de-flandres, de grande importância económica, destinada principalmente à ilustração de latas de conservas de exportação, além de instalada nos principais centros conserveiros, exerce a sua actividade em Lisboa e Porto (...) Emprega uns 400 trabalhadores”. Mais adiante, Russel de Sousa lamenta que, na sequência da anulação do Decreto nº 36.433 de 1947 – “Condicionamento Industrial” – se constate “um crescente excesso que origina uma desregrada concorrência e leva a indústria a não melhorar a sua qualidade, como seria de desejar, mas a uma luta de preços ruínosa e conducente a uma inferioridade de qualidade”. Note-se, ainda a título de curiosidade, que é frisado o seguinte aspecto: “que as instalações [durante o condicionamento anterior a 1947] possuíam capacidade suficiente provou-se no período, infelizmente anormal, e de pouca duração, das excepcionais encomendas de “Brandy”, feitas pela América do Norte, algumas das quais não puderam ser satisfeitas por falta de garrafas e do próprio conteúdo, mas a que nunca faltaram os rótulos e impressos necessários, tendo sobrado até alguns milhões, que mais tarde tiveram de ser inutilizados pelas firmas exportadoras”.

Subsequentemente são tratadas as temáticas relativas à mão-de-obra e respectivas qualificações e à posição da indústria no *Ultramar*, concluindo Russel de Sousa a respeito dos problemas de concorrência: “e é de lamentar que o Governo, que, por um lado, quer tentar a todo o transe a criação de produtos capazes de rivalizar com os estrangeiros, por outro lado nem sempre dê a preferência aos artigos nacionais, mesmo naqueles casos em que esses produtos já foram decididamente consagrados pelas críticas estrangeiras através de elogiosas referências”.

Volvidos menos de vinte anos, pode ler-se no “Caderno Reivindicativo. Alteração aos contratos colectivos da Litografia. Rotogravura. Casa de Obras” emitido pelo Sindicato de Trabalhadores Gráficos (Distrito do Porto. Bragança. Vila Real) em Maio de 1975: “Pretendem os sindicatos rever as condições de trabalho, pelo que entraram em contacto com as respectivas entidades patronais. Não tendo (...) sido obtido acordo quanto às matérias relativas aos períodos de férias e a remunerações e (...) dada a falta de personalidade jurídica da associação patronal, entendeu-se conveniente recorrer à via administrativa, a fim de ultrapassar o impasse regulamentar, em termos de justiça, as condições de trabalho do sector (...)”. Na base II é dado a conhecer que “a presente portaria revoga em tudo o que nela estiver expressamente regulamentado as disposições regulamentares e convencionais anteriormente aplicáveis

(...)", sendo que na base III se expressa que tal portaria "entra em vigor no dia 1 de Maio de 1975".

Se nos termos e no conteúdo os dois documentos supra citados apresentam manifestas marcas das conjunturas políticas e socioeconómicas em que foram produzidos, não deixam de reflectir a importância do sector gráfico no âmbito da economia nacional.

5. A Lithografia de Portugal

Abordemos agora a *Lithografia de Portugal* no seu contexto específico, no âmbito do panorama português da actividade gráfica. A *Lithografia de Portugal*, conforme se pode ler nos seus *Estatutos*, foi constituída por escritura de 27 de Março de 1893, tendo por objecto a "exploração da indústria litográfica e tipográfica" com sede "em Lisboa, na Rua da Rosa, trezentos e onze, podendo, porém, por simples deliberação de administração, ser transferida para qualquer outro local do território nacional" [como, efectivamente, veio a ocorrer]. Em função do conteúdo deste documento (o mais recente disponível na Biblioteca Nacional) estaremos então face a um período de laboração (susceptível de datar o acervo material de que dispomos) de cerca de cem anos, entre finais do século XIX e finais do século XX.



Figura 7 – Placa com rótulo de *Vinho de Meza Rodão* e verso.



Figura 8 – Placa com rótulo de de produto piscícola *Jean Marie* e verso

No *Relatório de Contas da Lithografia de Portugal* relativo ao exercício de 1981 pode ler-se a menção a um "aumento de produção significativa, sem prejuízo da qualidade gráfica", aludindo-se ao facto deste crescimento se ter devido "basicamente ao nível de laboração atingido pela máquina de 4 cores e verniz, adquirida em Junho de 1980, nível esse que foi conseguido mercê dos esforços empreendidos, no sentido de resolver uma série de problemas técnicos inerentes à inovação do processo produtivo proporcionado pelo respectivo equipamento. Também, como aliás estava previsto, foi instalada em Novembro passado uma nova unidade offset a 4 cores de formato médio". Mais adiante lê-se: "O aumento de capacidade de produção veio, porém, colocar problemas de insuficiência de instalações, que entretanto se têm vindo a fazer sentir com crescente acuidade. Tal situação impõe a curto prazo a necessidade de procurar novos espaços, sem o que, não se obterá a esperada rentabilidade dos meios técnicos actualmente disponíveis". Esta passagem é susceptível de contextualizar – ainda que em termos conjecturais - as circunstâncias, o enquadramento cronológico aproximado, assim como o carácter inusitado da localização e funcionalidade em que viemos a encontrar as pedras de litografia na nossa intervenção de 2009.

Refira-se, a título de conclusão, que estas placas reflectem também a diacronia de evolução das preferências estéticas das empresas às quais estão associadas (nos rótulos, certificados de acções e facturas), permitindo ter uma noção complementar dos produtos exportados (como é o caso da *Macieira* na figura 5) ou para consumo interno.

6. As pedras da antiga Lithografia de Portugal e o futuro

Em função do exposto, foi sugerido (em sede de relatório técnico), relativamente ao acervo de pedras de litografia recolhidas no espaço da antiga *Lithografia de Portugal*, que um conjunto de elementos de manifesto interesse artístico seja integrado no projecto de arquitectura, no sentido de marcar a memória cultural/ funcional daquele espaço.

Quanto aos demais elementos, propôs-se que venham a ser objecto de uma intervenção de conservação e restauro e subsequentemente impressos e digitalizados para posterior depósito/arquivo no Museu da Cidade de Lisboa.

Bibliografia

- D' ANDRADE, José Sérgio Veloso (1851), *Memoria sobre chafarizes, bicas, fontes e poços publicos de Lisboa, Belem, e muitos logares do termo*, Lisboa, Imprensa Silviana.
- ARAÚJO, Norberto, (1992), *Peregrinações em Lisboa*, livro V, 2ª edição, Lisboa, Parceria A. M. Pereira.
- CÂMARA MUNICIPAL DE LISBOA (1989), *Bairro Alto. Recuperação e Reabilitação*, Lisboa, Câmara Municipal de Lisboa – Gabinete para a Recuperação do Bairro Alto.
- BORGES COELHO, Mafalda (2000), *Páteo do Bairro Alto, Relatório dos Trabalhos Arqueológicos*, ERA, policop.
- BRAZUNA, Sandra (2006), *Trabalhos arqueológicos no Príncipe Real nº 32*, Lisboa, ERA, policop.
- CANCIO, Francisco (1957), *Lisboa – Tempos Idos*, vol. I, s.l., s.e.
- CARITA, Helder (1990), *Bairro Alto. Tipologias e Modos Arquitectónicos*, Lisboa, Câmara Municipal de Lisboa.

- CARITA, Helder (1999), *Lisboa Manuelina e a formação de modelos urbanísticos da época moderna (1495-1521)*, Lisboa, Livros Horizonte.
- CARNEIRO, António (2010), *Edifício da Antiga Lithografia Portugal, Rua da Rosa, Bairro Alto. Decapagem, registo ortofotográfico e sondagens arqueológicas de diagnóstico. Relatório Final*, Era, policopiado.
- CASTELO-BRANCO, Fernando (1994), "A renovação urbana. O Bairro Alto", *O Livro de Lisboa*, coord. Irisalva MOITA, Lisboa, Livros Horizonte.
- CASTILHO, Júlio (1879), *Lisboa Antiga*, vol. I, Lisboa, Parceria A. M. Pereira.
- CASTILHO, Júlio (1902-1904), *Lisboa Antiga. O Bairro Alto*, 2ª edição, Lisboa, Antiga Casa Bertrand.
- SANTANA, Francisco e SUCENA, Eduardo, dir. (1994) *Dicionário da História de Lisboa, Lisboa*, Carlos Quintas e Associados.
- DUARTE, Maria Isabel, NOGUEIRA, Adriano Zilhão (1985), "Bairro Alto: contributo para o estudo de uma comunidade em transformação", *Sociedade e Território. Revista de Estudos Regionais e Urbanos*, Porto, nº 2, p. 14-28.
- FILIPE, Iola (2006), "Palácio dos Lumiares: análise preliminar da ocupação moderna", *Era Arqueologia*, 7, Lisboa, Era Arqueologia, p.110-125.
- FRANÇA, José-Augusto (1987), *Lisboa Pombalina e o Iluminismo*, Lisboa, Bertrand Editora.
- HARRIS, E. C. (1991), *Princípios de Estratigrafia Arqueológica*, Barcelona, Critica.
- JORGE, Alice, GABRIEL, Maria (2000), *Técnicas da Gravura artística. Xilogravura, Linóleo, Calcografia, Litografia*, 2ª ed. [1986 1ª ed.] Lisboa, Livros Horizonte.
- LARCHER, Jorge Neves (1937), *Memória histórica sobre o abastecimento de água a Lisboa até ao reinado de D. João V*, Lisboa, Centro Tip. Colonial.
- LEITE, Ana Cristina (1994), "Lisboa no século XVI. As modificações urbanas e as novas arquiteturas", *Rassegna*, Milão, nº 59, p. 20-28.
- LITOGRAFIA DE PORTUGAL (1986) *Estatutos*
- LITOGRAFIA DE PORTUGAL (1987) *Estatutos*
- MACEDO, Luíz Pastor (1943), *Lisboa de Lés-a-Lés. Subsídios para a história das vias públicas da cidade*, vol. V, Lisboa, Publicações Culturais da Câmara Municipal de Lisboa.
- MATOS, M. P. (1996), *A Casa das porcelanas: Cerâmica chinesa da Casa-Museu Dr. Anastácio Gonçalves*, Lisboa, 1ª Ed., IPM e Philip Publishers.
- OLIVEIRA, Eduardo Freire de (1885), *Elementos para a História do Município de Lisboa*, Lisboa, Typographia Universal.
- RIBEIRO, Luciano (1948); "O Palácio dos Sousa Calharizes", *Ollisipo*, Lisboa, nº 41, p. 129-136.
- RINALDI, M. (1989), *Kraak porcelain, a moment in the history of trade*, England, Bamboo Publishing Limited.
- RUSSEL DE SOUSA, António (1957), "Indústrias de Litografia e Rotogravura", *II Congresso da Indústria Portuguesa*.
- SAA, Mário (1929), *Origens do Bairro Alto de Lisboa. A verdadeira notícia*, Lisboa, Solução Editor.
- SANTANA, Francisco (1974), *Índice da Lisboa Antiga e da Ribeira de Lisboa de Júlio Castilho*, Lisboa, s.e.
- SARRAZOLA, Alexandre (2009), *Sondagens arqueológicas de diagnóstico. Relatório. Edifício da antiga Lithografia Portugal. Rua da Rosa, bairro Alto*, Lisboa. Era. Policop.
- SINDICATO DOS TRABALHADORES GRÁFICOS (1975), *Caderno Reivindicativo. Alteração aos contratos colectivos da Litografia*. Rotogravura. Casa de Obras.
- VALERA, António Carlos (2006), "O Neolítico da desembocadura do Paleo-Estuário do Tejo: dados preliminares do Palácio dos Lumiares (Bairro Alto, Lisboa)", *Era Arqueologia*, 7, Lisboa, Era Arqueologia, p.86-109.
- VIEIRA DA SILVA, Augusto (1968), *Dispensos*, Lisboa, Publicações da Câmara Municipal de Lisboa.

O CONVENTO DO ESPÍRITO SANTO DO CARTAXO

Cristina Tristão Cera

Resumo:

Esta monografia constitui o primeiro estudo aprofundado da História do Convento do Espírito Santo, edificado no Cartaxo, no espaço que até há pouco tempo era ocupado pelo jardim fronteiro dos Paços do Concelho e onde decorrem as obras para o projecto de união dos jardins.

Em 2008 havia pouca informação recolhida sobre o Convento e, por isso, este trabalho teve como suporte documental os livros de inventário do convento que se encontram na Torre do Tombo e alguns apontamentos recolhidos em esparsas publicações e outros documentos avulso.

O Convento do Espírito Santo foi, porventura, o edifício histórico edificado no concelho do Cartaxo, e a sua história está estritamente associada à vila. Esta monografia trata da sua fundação, a vida conventual, os costumes, o espólio artístico e algumas curiosidades. Os trabalhos de escavação contribuíram para trazer à luz do dia este importante marco da nossa história e contribuir para a continuação do seu estudo.

Abstract:

The convent of Espírito Santo of Cartaxo

This monograph is the first comprehensive study of the Espírito Santo Convent, built in Cartaxo, in a space that until recently was occupied by the front garden of the town hall and where arise the project works for the union of the gardens.

In 2008 there was little information collected about the convent and, therefore, this work had a documental support based on the inventory books of the monastery who are in the Torre do Tombo and some notes collected in scattered publications and other documents in bulk.

The Espírito Santo Convent was perhaps the historic building built in the county of Cartaxo, and its history is closely linked to the village. This monograph deals with its foundation, the convent life, customs, artistic treasures and some curiosities. Excavation work has helped to bring to light this important milestone in our history and contribute to the continuation of its study.

1. Introdução

O Convento do Espírito Santo do Cartaxo foi um convento franciscano erigido no local onde actualmente se situa o edifício dos Paços do Concelho da Câmara Municipal do Cartaxo. Sobre este edifício, entretanto extinto, pouco se sabe. Existem apenas algumas referências muito breves, dizendo quase sempre o mesmo: “um convento extinto de franciscanos menores da província de Portugal”. É desse edifício que esta monografia trata.

Conhece-se exactamente o local onde este convento esteve edificado. O edifício foi abandonado em 1834 e, mais tarde, foi renovado para albergar os Paços do Concelho. Nada resta destas edificações, entretanto destruídas por um incêndio. A pesquisa sobre este convento revelou-se um desafio, pois já não existe qualquer testemunho físico da sua existência e, infelizmente, a maior parte da população do Cartaxo não sabe sequer que o convento alguma vez existiu.

Com esta monografia, espero de alguma forma poder contribuir para o reconhecimento da existência de um dos monumentos mais importantes da História da cidade do Cartaxo.

Este trabalho resulta de uma intensa pesquisa documental que me permitiu reunir diversos fragmentos da História do edifício. O percurso documental apresenta, no entanto, um hiato de cerca de três séculos. Foi possível encontrar e consultar a documentação que revela a história da fundação do convento, em 1525, mas daí até 1778 não há quaisquer documentos disponíveis.

Procurarei fazer a descrição do convento, da sua economia, da sua história e do seu património artístico, com base em documentos inéditos. O meu trabalho baseia-se igualmente no conteúdo de três livros encontrados na Direcção Geral de Arquivos, na Torre do Tombo, onde constam as patentes, o inventário e as contas deste convento desde 1820 até 1834. Encontrei também o documento de pedido do empréstimo para as obras no convento (datado de 1855) com as imagens das respectivas plantas. Com estas obras, procurava-se adaptar o edifício às funções de sede dos Paços do Concelho, escola e prisão da Vila do Cartaxo. Consultei ainda vários documentos referentes a pagamentos feitos a Dona Isabel Mendanha; o livro de usos e costumes franciscanos do padre Rolim e as memórias sepulcrais feitas pelo padre Luiz Montez Matoso e copiadas por Braamcamp Freire.

2. A história

2.1 As origens do Convento

*D. Isabel de Mendanha fundara no século XVI, um Convento de Franciscanos, sob a invocação do Espírito Santo*¹.

Em 1510, D. Isabel de Mendanha, mulher de D. João de Meneses, camareiro-mor do príncipe D. João (futuro D. João III), estabeleceu na sua Quinta do Cartaxo um asilo e hospital para pobres, sob a invocação do Espírito Santo. Em 1514, o Papa Leão X concedeu autorização para que, no asilo, fosse dito solenemente ofício divino por quaisquer sacerdotes seculares e erigido um Hospital. Em 1525, a 16 de Julho, mudando de opinião, na presença do provincial Frei Francisco de Lisboa, fez-lhe doação da terra e edifícios, e também da igreja que já estava construída, para edificar um convento.

No mesmo ano, a 1 de Agosto, D. Isabel de Mendanha conseguiu, junto do infante-cardeal D. Afonso, governador do arcebispado de Lisboa, licença para fundação. No dia seguinte, talvez por influência de seu marido, D. João III assinou uma provisão de consentimento para o mesmo efeito².

Em 1526, D. Isabel de Mendanha solicitou ao papa Clemente VII³ a transformação do “hospital sob a antiga invocação, num apropriado convento para habitação de frades menores”, concedendo-lhe este, autorização para o local ser habitado, e para a casa ser incorporada na Província, aplicando também ao Convento todas as indulgências que Leão X tinha concedido ao hospital ou às pessoas que lhe dessem esmolas e o visitassem em várias solenidades⁴.

No manuscrito, *De Origine Seraphicae Religiones Franciscanae*, editado em Roma, em 1587, pode-se ler:

[Tradução]

Pela Santa Mulher, Isabel de Mendanha, outrora esposa de João Meneses, capitão do Porto de Rusibo, vulgo Azamor, tivesse procurado ser edificado com os próprios meios um hospício dedicado à cura dos doentes, sob a invocação do Espírito Santo, na aldeia, portuguesamente chamada, do Cartaxo, da diocese de Lisboa, cerca do ano de Nosso Senhor de 1510 e, no ano de 1514 tivesse pedido ao Sumo Pontífice, Leão x, para que aí fosse dito por quaisquer sacerdotes regulares ofício divino solenemente, e tivesse construído juntamente não só o mosteiro da Esperança de Lisboa, para freiras mas também para bons monges o convento da Incarnação da cidade que se chama Vila do Conde, depois que parece ter sido levada com não menor devoção e afecto para o B. P. Francisco e para a fecunda prole deste, à qual era muito dedicada, transformou por concessão do sumo Pontífice Clemente VII, no ano de Nosso Senhor de 1526, o citado hospital, sob a antiga invocação, num apropriado convento para habitação de frades menores. Do qual obteve também que os quinze frades habitualmente aí moradores tivessem direito às

*graças e privilégios concedidos ao mais antigo hospital. Esta piedosíssima dona, enquanto viveu, favoreceu com grandes esmolas e com toda a espécie de benefícios os frades menores. Conservam-se algumas reliquias dos santos num belo sacrário, mas existem sem títulos*⁵.

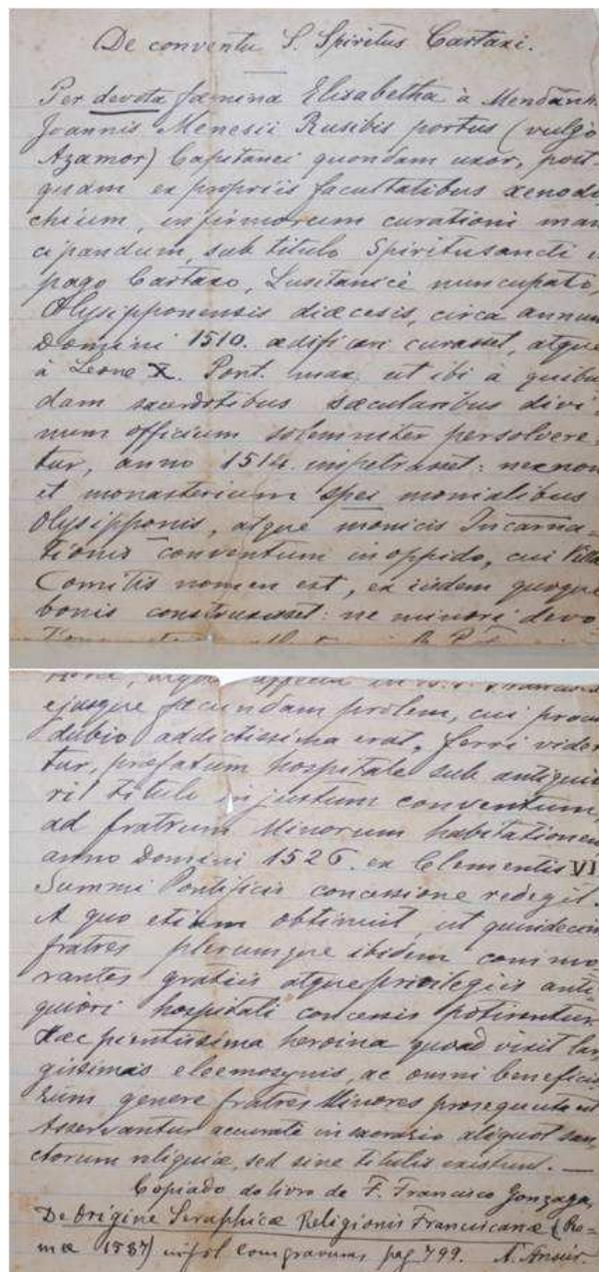


Figura 1 – Manuscrito, *De Origine Seraphicae Religiones Franciscanae*.

A razão pela qual este convento terá sido entregue à Ordem Franciscana poderá ser explicada não só pela crescente implantação desta ordem de mendicantes em Portugal, que se tornava cada vez mais enraizada, mas também pelo facto desta ordem já ter uma presença neste lugar, tendo em sua posse, por doação, a igreja de São João do Cartaxo, em substituição da ermida de Santa Maria das Virtudes, em 1437⁶.

O Convento Espírito Santo do Cartaxo terá sido fundado provavelmente em 1526, de acordo com os cronistas franciscanos, já no quadro jurídico – religioso da Província de Portugal da Regular Observância⁷, como iremos confirmar mais adiante.

Segundo Maria José Pêgo, na monografia sobre a Santa Casa da Misericórdia do Cartaxo, *Da Albergaria do Lugar do Cartaxo ao Lar de S. João* (que também era sempre referida como *Albergaria com Invocação do Espírito Santo do Lugar do Cartaxo*), o relatório do Padre Duarte Oliveira refere que em 1758 o albergue era regido por três pessoas escolhidas, pelo Provedor da Comarca de Santarém, de entre os confrades – mordomos da Confraria do Espírito Santo, confraria que dirigia este albergue⁸.

Uma questão que se coloca prende-se com a ligação entre os conventos franciscanos situados no mesmo lugar que as confrarias que os dirigiam. Sobre esta confraria existente no Cartaxo não existem referências.

Estando ou não este convento sob a influência desta confraria, o certo é que tinha a invocação do Espírito Santo, uma devoção generalizada na época de D. Dinis.

As confrarias do Espírito Santo chegariam a Portugal trazidas pelos Cruzados. Teriam tido origem em Jerusalém, com Guido Montfeller, e viriam a ser implantadas pelos Templários em todas as terras e comunidades rurais. A defesa e o patrocínio destas terras e comunidades seria confiada às confrarias⁹.

Nacionalizada a Ordem dos Templários por D. Dinis, que a transformaria em Ordem de Cristo, seriam as confrarias levadas para o resto do mundo por via das navegações, descobrimentos, conquistas e evangelização.

Em Portugal, enquanto D. Dinis construía castelos como fortalezas-sentinelas contra os mouros, de acordo com os planos estratégicos do rei Afonso X, o Sábio, confrarias do Espírito Santo com as suas igrejas e hospitais eram implantadas pela Rainha Santa Isabel¹⁰. Ora, segundo reza uma lenda¹¹, que D. Isabel tem uma estreita ligação com a cidade do Cartaxo. Terá sido por esta via afectiva que a confraria em causa se estabeleceu na vila.

Estas Confrarias típicas do Corporativismo sócio-religioso medieval, “[...] «beberam» sempre da Terceira Pessoa da Santíssima Trindade. Inspiradas pelos modelos mendicantes, estas formulavam um compromisso de vida e definiam propósitos – culto ao Salvador, Nossa Senhora ou algum santo – apoiados numa obra de misericórdia: dar de comer aos famintos, vestir os andrajosos ou sufragar os irmãos falecidos” diz-nos Gomes Pinharanda. E acrescenta: “são sufragâneas da caridade, servas do amor, que é este o verdadeiro nome do Senhor Espírito Santo”¹². As confrarias do Espírito Santo, promotoras do culto, dos dons e dos frutos, surgiram em quase todos os tempos da medievalidade e da modernidade, um pouco por todo o país entre os rios Douro e Tejo e, neste espaço, com maior intensidade nas dioceses de Lamego, Viseu, Coimbra, Leiria,

Santarém. Portugal continental tinha mesmo o epíteto de «Império do Espírito».

A mais antiga Confraria do Espírito Santo de que há notícia é a de Benavente, anterior às festas de Alenquer, e que cuidava de duas obras de misericórdia: dar de comer aos famintos e enterrar os mortos¹³.

Apesar de Benavente ver nascer a sua confraria primeiro, a localidade de Alenquer – por iniciativa da rainha Santa Isabel – viu “as primeiras e mais importantes festas” dedicadas ao culto do Espírito Santo¹⁴.

2.2 A fundadora do Convento - D. Isabel Mendanha

D. Isabel Mendanha, filha de Pedro Mendanha e de D. Inês de Benevides, foi casada com D. João de Meneses, camareiro-mor do príncipe D. João (futuro rei D. João III) Teria uma quinta no lugar do Cartaxo, segundo os relatos que constam na Cópia manuscrita da obra *De Origine Seraphicae Religionis Franciscanae*, editada em Roma, em 1587, onde se refere a fundação do Convento do Espírito Santo do Cartaxo. E, como já foi referido, fez pedido ao Papa Leão X para ali edificar um asilo e hospital e, mais tarde, um convento de frades.

Foi uma figura muito activa no que toca à devoção religiosa, em especial à Ordem dos Frades Menores, como foi moda entre a nobreza a partir do século XVI em Portugal.

Assim, podemos encontrar o seu nome ligado tanto à fundação de conventos desta ordem, como a doações a vários conventos, também desta ordem, espalhados pelo país. É o caso do Convento de Nossa Senhora da Ínsua de Caminha, que era masculino, pertencia à Ordem dos Frades Menores e à Província da Conceição. Este convento recebeu vários privilégios dos reis D. Afonso V, D. João II e D. Manuel. Recebeu ainda doações da rainha D. Leonor, mulher de D. João II; da sua irmã D. Isabel, a duquesa de Bragança; do bispo do Porto, D. João de Azevedo; de D. Beatriz de Meneses, casada com Aires Gomes da Silva; do Senhor de Regalados e de D. Isabel Mendanha¹⁵.

O registo do convento mais antigo fundado por D. Isabel Mendanha data de 1522. Foi o Convento de Nossa Senhora da Encarnação de Vila do Conde, era masculino e pertencia à ordem dos frades menores da Província de Portugal da Observância. Também era conhecido como Convento de São Francisco. Foi fundado em terras cedidas pelas freiras de Santa Clara de Vila do Conde ao Provincial dos Franciscanos Frei Francisco de Lisboa, por escritura pública de 7 de Fevereiro de 1522.

“Foi sua fundadora D. Isabel de Mendanha, filha de Pedro de Mendanha e viúva de D. João de Meneses, da Casa de Cantanhede, que se empenhou na construção da Igreja e da casa conventual para doze religiosos”¹⁶.

Em 1524, por iniciativa de D. Isabel de Mendanha, foi fundado o Mosteiro de Nossa Senhora da Piedade da Esperança, sob a invocação de Nossa Senhora da Piedade

da Boa Vista. Este Mosteiro era feminino, pertencia à Ordem dos Frades Menores e à Província de Portugal da Observância. Por autorização de bula do Papa Clemente VII, destinava-se ao recolhimento de senhoras nobres.

Este convento tem uma estreita ligação com o Mosteiro de Nossa Senhora da Conceição ou de Santa Clara do Funchal como vemos relatado por Otilia Rodrigues Fontoura, “foi D. Isabel Mendanha (...) tomou a iniciativa de construir em Lisboa um mosteiro de religiosas nobres, sob a Regra Segunda de Santa Clara, ou seja a Regra de Urbano IV. Tendo falecido em 20 de Agosto de 1532, com as obras inacabadas, foi D. Joana d’Eça que prosseguiu tão piedoso empreendimento. Esta distinta senhora, filha de João Fugaça, vedor do rei D. João III e de D. Maria d’Eça, sua mulher, era viúva de D. Pedro Gonçalves da Câmara, filho do segundo donatário da Ilha da Madeira”¹⁷.

Há notícia de algumas procurações para se efectuarem pagamentos a D. Isabel de Mendanha. Nomeadamente, um precatório de Fernão Rodrigues de Almeida, Juiz dos órfãos de Lisboa, para o recebedor da Casa do Pescado e Madeira pagar a D. Isabel Mendanha (1514). A este documento segue-se o recibo que prova que D. Isabel Mendanha (1515) recebeu de João Manuel, de sisa do pescado e madeira, 37.500 réis que este havia de receber de um desembargo em Vila do Conde. Há ainda uma procuração de D. Isabel Mendanha para os seus procuradores cobrarem 10.000 réis que o rei D. João III lhe desembargou no Almojarifado de Vila do Conde (1524); uma provisão para se pagar a D. Isabel Mendanha 50.000 réis de sua tença (1524) e por fim outra procuração de El Rei D. João III para se pagar a D. Isabel Mendanha 50.000 réis que ficaram por pagar (1524).¹⁸

D. Isabel Mendanha, “tendo falecido em 20 de Agosto de 1532, com obras inacabadas”¹⁹, foi enterrada na Capela-Mor do Convento de S. Francisco, como nos descreve Fernando Castelo Branco, “começando a falar das capelas tem direito o primeiro lugar a capela-mos, dedicada a Nossa Senhora dos Anjos da Porciúncula, debaixo de cuja evocação teve principio a igreja e o convento, a qual tendo acabado El Rei D. Manuel, fundador que foi da igreja, Fês mercê dela pera sua sepultura a D. Isabel Mendanha”²⁰

2.3 Período sem registos relevantes.

A partir do registo da fundação do Convento do espírito Santo do Cartaxo, deparei-me com uma ausência de escrituras de mais ou menos três séculos²¹. Existe, na Torre do Tombo²⁴, o livro das patentes do Convento do Espírito Santo do Cartaxo²², que contém os registos mais antigos deste edifício que foram encontrados, e que abrangem o período entre 1798 e 1834, data da extinção de todas as ordens monásticas em Portugal²³. Durante este período apenas se registam eventos isolados na cronologia deste convento, pouco relevantes para a História deste, mas que serão referidos como curiosidades. Em 1820 voltam a existir registos regulares de inventariado e receitas até 1834.

Eventos isolados:

Sabe-se que em 1643, a 10 de Maio, houve uma congregação realizada no Convento do Cartaxo, onde a Província de Portugal decidiu dar o padroado do Convento de Nossa Senhora da Consolação de Figueiró dos Vinhos, pertencente à Ordem dos Frades Menores, a Ana de Vasconcelos de Menezes, descendente do fundador²⁴.

Em 1694, surge o primeiro de dois processos do Tribunal do Santo Ofício, Inquisição de Lisboa, relacionados com dois religiosos deste convento. O processo de Agostinho de S. João é um documento, composto por 14 folhas, onde consta que o frade é “Acusado de Relapsia em sodomia, com a profissão de Sacerdote, religioso professo da Ordem de São Francisco de Portugal, natural de Alhandra, morador em Cartaxo, Convento de S. Francisco, de 74 anos, de idade, filho de Pedro Gomes, cristão-velho, lavrador e de Maria da Serra, cristã-velha. Solteiro”²⁵. Este relato tem um particular interesse, passando muito para além de mera curiosidade, pois é a primeira vez que o Convento do Espírito Santo do Cartaxo é referido como *Convento de São Francisco do Cartaxo* em documentos escritos. A partir desta data, tanto em documentos oficiais como em cartas de mercês, o Convento passa a ser assim denominado. No entanto, nos livros do próprio Convento, é designado como Convento Espírito Santo do Cartaxo até 1834.

O outro processo relacionado com o Convento é o de Frei António de Santa Teresa, datado de 1744, acusado de solicitação. Era sacerdote, confessor, pregador e comissário dos Terceiros neste convento²⁶.

2.4 O convento após a extinção

A extinção das ordens religiosas masculinas em Portugal resulta de uma medida do governo liberal português, promulgada a 30 de Maio de 1834 por Joaquim António de Aguiar, que nacionalizou todos os bens das ordens religiosas masculinas existentes no país, bem como as respectivas propriedades, procedendo à extinção de toda sua actividade. Esta importante reforma, levada a cabo por iniciativa do Ministro da Justiça Joaquim António de Aguiar, teve como objectivo aniquilar o que se considerava ser o excessivo poder económico e social do clero, privando-o da sua riqueza, da capacidade económica e da influência política.

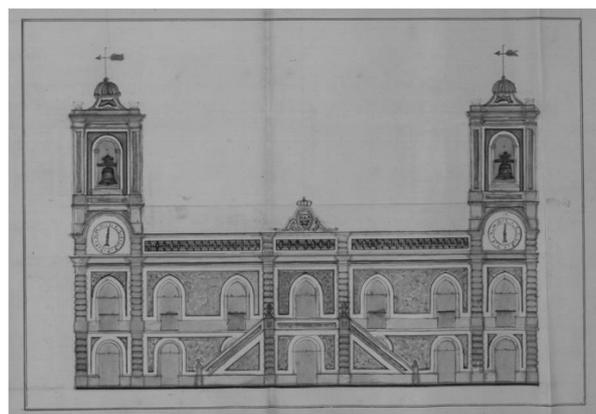


Figura 2 – Fachada principal.

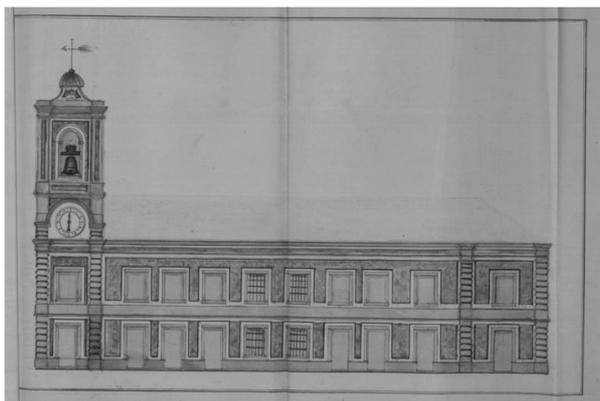


Figura 3 – Alçado lateral direito.

Os registos do livro de receitas vão até à data de 3 de Março de 1834, data em que foi assinada pelo Sindico. É a última data, e o último registo, existentes deste Convento enquanto casa de Religiosos activa.

A partir de 1834 não se sabe se foi mantida alguma actividade no edifício, supondo-se que tenha ficado ao abandono até 1869, altura em que se tem notícia de um pedido para empréstimo para obras no dito Convento, feito em 1855, para aí se instalar com a devida comodidade os Paços do Concelhos em 1869.

Este decreto foi proposto às cortes a 24 de Fevereiro de 1855²⁷, sendo apresentado em sessão dois dias depois, constando o seguinte no documento:

“Por decreto de vinte e nove de Julho de mil oitocentos e quarenta e cinco, concedêo o Governador de Vossa Majestade, a este Municipio, o edificio do extinto Convento de São Francisco desta villa para ali se organizarem as Casas Camara, Audiencia, Administração do Concelho, aula de instrução primária, Cadêa, açougue, roda dos Expostos, e mais acomodaçens percisas ao Municipio, organização para esta Camara não tem podido levar a effeito, pela escacez dos meios à sua disposição, por isso que não tendo rendimentos próprios, os seus orçamentos são organizados com as cottas de contribuições municipaes devendo-se a esta circumstancia, o achar-se esta Camara e o Judicial funcionando em commun, em uma salla velha, e acamada, por cima dum açougue asquerôzo, tendo uma cadêa, que além de fraca, a ponto por vezes de ter sido arrombada, não tendo espaço para extremar os presos de sexo differente (...) aproveitando o Edificio, que a não ser promptamente reparado, em breve cedera, à acção do tempo.”²⁸

Assim foi proposto o edificio do extinto Convento para albergar todas as dependências necessárias ao funcionamento da Câmara Municipal e Tribunal da vila. Por estar necessitado de obras urgentes, fez-se a proposta de contracção de um empréstimo no valor sete contos de réis, destinando-se 5\$200 às obras de reparação do extinto Convento.

Com o documento de pedido do empréstimo foi apresentada a planta das obras, elaborada por Felisberto José Gomes, Mestre-de-obras de prédios urbanos da Câmara de Lisboa, documento reproduzido nas figuras seguintes.

O mais interessante destes desenhos não são as fachadas, mas sim as plantas do edificio, onde são ainda visíveis partes remanescentes do antigo convento, como a igreja e o claustro e, curiosamente, uma área pertencente a um *“Theatro que já existe”*. Não foi possível encontrar nenhum registo sobre este teatro. Pensa-se que tenha sido uma adaptação temporária do edificio após a extinção do convento, uma vez que nos livros de inventariado não existe qualquer referência ao teatro.

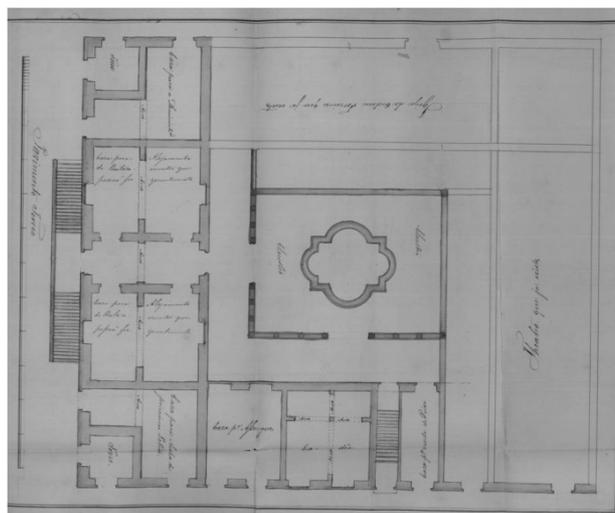


Figura 4 – Planta do piso térreo.

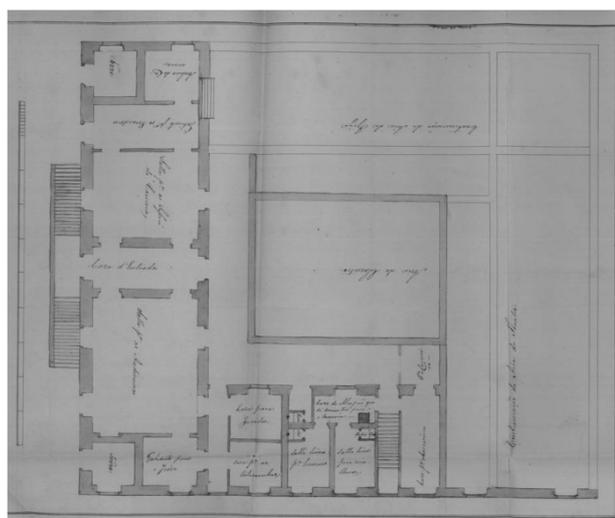
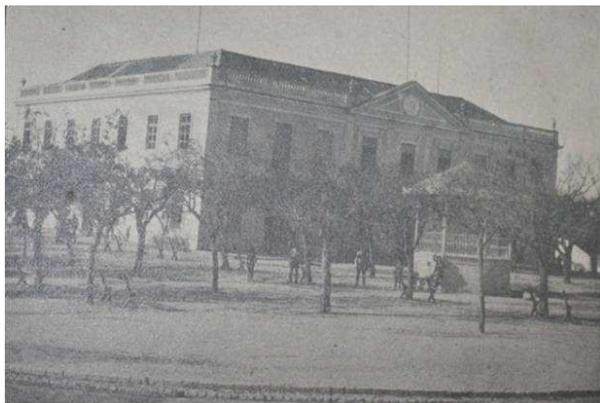


Figura 5 – Planta do 1º andar.



Figuras 6 e 7 – Edifício dos Paços do Concelho – Arquivo fotográfico da Câmara Municipal do Cartaxo.



Figura 8 – Edifício dos Paços do Concelho após a construção da Torre do Relógio central – Arquivo fotográfico da Câmara Municipal do Cartaxo.

O projecto, tal como foi apresentado, implicaria trabalhos a mais no valor de um conto e duzentos réis, para além do que estava orçamentado e serviu de base ao pedido de empréstimo. Para economizar nas obras, o projecto foi modificado, tendo-se substituído as duas torres laterais por uma central²⁹, que acabou por ser construída muito mais tarde, por volta de 1931, segundo testemunho do Sr. Joaquim Barreira³⁰.

Hoje em dia não existem quaisquer vestígios deste convento, ou mesmo sequer deste edifício remodelado, que em 1970 foi vítima de um trágico incêndio que o destruiu por completo³¹.

Apesar de ter desaparecido recentemente, o edifício praticamente não deixou registos nem testemunhos locais. Quem conheceu o antigo edifício dos Paços do Concelho não se lembra de alguma vez ali ter visto um teatro, ou mesmo uma igreja³². Pensa-se que durante as obras de remodelação a igreja tenha sido destruída para dar lugar às dependências do Tribunal e da Câmara Municipal.

Este era o aspecto do edifício do antigo convento após as obras de remodelação. Como podemos constatar, no alçado esquerdo deveria existir o espaço da igreja aí existente. Como esse espaço não existe, podemos concluir que esta já não se encontrava erigida pela altura desta foto, e possivelmente aquando a remodelação do edifício.

Quando em 1844 foram feitos os primeiros pedidos para a instalação da Câmara no edifício do antigo convento, já se dava nota de necessidade de obras urgentes, antes que a construção cedesse à acção do tempo, tal como está descrito no documento anteriormente apresentado. Quando as obras de remodelação tiveram efectivamente lugar, apenas no ano de 1869, o antigo convento estaria já praticamente reduzido a escombros, segundo descreveu Manuel Gomes da Silva, então presidente da Câmara, no relatório da gerência do biénio 1870/1871 da Câmara Municipal. Manuel Gomes da Silva salientou que o edifício dos Paços do Concelho fora edificado sobre os escombros do antigo convento de franciscanos.³³ Talvez por se encontrar irrecuperável, a igreja já não tenha sido integrada no novo edifício.

3. A economia

3.1 Receitas e despesas

Inicialmente, em períodos incertos registados entre 1820 e 1830 (a espaços de um ou dois anos), o convento recebia o seu livro de registos, onde eram inventariados todos os seus bens e lançadas todas as receitas e despesas que tiveram lugar durante esse período. Na primeira folha averbava-se a sua finalidade “ (...) Livro que hade servir para se escreverem nelle os Inventarios do nosso Convento do Espirito Santo da Villa do Cartaxo e no fim fassa termo de enserramento do Costume no Real Convento de S. Francisco da cidade de Lisboa (...)”. Por ordem do Ministro Provincial, Frei Izidoro de S. Bernardino de Sena, o livro era paginado e rubricado pelo Secretário Provincial, Frei Domingues de Santa Anna.

Neste livro era registado todo o inventário do convento, os nomes dos religiosos moradores, os bens patrimoniais, os bens consumidos, as obras de comunidade, obras de agência, as missas, todas as receitas e despesas, as dívidas e vencimentos, tudo descrito minuciosamente. Anualmente, o guardião do convento dava a conhecer o estado das contas ao capítulo conventual, que depois a submetia ao

revisor indicado pela autoridade eclesiástica. Se estivessem correctas, eram aprovadas pelo definidor e secretário da província.

Ocasionalmente houve em que nos livros ficaram averbadas observações sobre a falta de clareza do conteúdo, ou eram encontrados erros, o que obrigava à revisão das contas. Quando as contas estivessem certas, a averiguação era encerrada com uma observação do definidor e secretário da província. A título de exemplo: “Boa Disposição – F. Lourenço de Santa Margarida Definidor Secretario – Copiado do livro dos assentos Definitoriaes, a que me reporto. Convento Espirito Santo do Cartaxo. 11 de Outubro de 1821.

D.^{or} Fr. Domingos de Santa Anna

L.^{or}. Jub^o e secretario da Prova^a

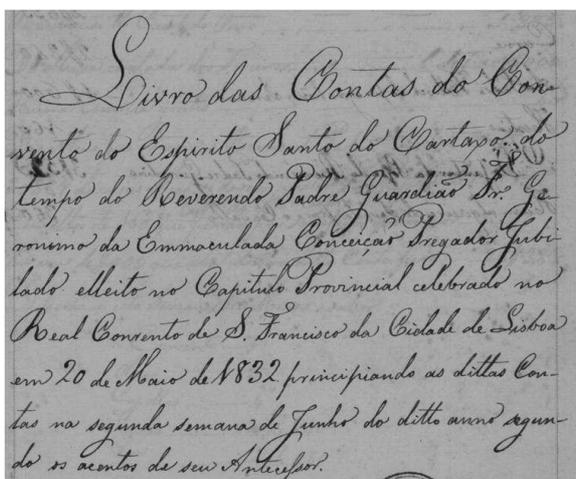


Figura 9 – Livro de Contas.

A partir de 1832, e até 1834, o livro de contas passou a tratar somente das receitas e despesas do convento, começando com a averbação do seu conteúdo:

[Tradução]

Livro das Contas do Convento do Espirito Santo do Cartaxo do tempo do Reverendo Padre Fr. Jeronimo da Emmaculada Conceição Pregador Jubilado elleito no Capitulo Provincial celebrado no Real Convento de S. Francisco da Cidade de Lisboa em 20 de Maio de 1832 principiando as ditas contas na segunda semana de Junho do ditto anno segundo os acentos de seu Antecessor.

As contas eram prestadas trimestralmente e, no fim de Agosto de 1832, as despesas tinham excedido as receitas em 12\$424 réis.

Do trimestre de Setembro a Novembro a receita foi de 88\$955 réis e a despesa de 98\$545, ficando o convento a dever ao povo da vila 9\$590. Este valor somado à conta negativa do trimestre anterior, dá um total de 22\$014 réis.

A 2 de Março de 1833 a dívida do Convento era já de 53\$809, mas a 2 de Junho do mesmo ano essa dívida

diminuiu significativamente para 4\$424, devido principalmente a tenções que recebeu.

Em Setembro de 1833 o convento arrecadou um saldo positivo de 38\$130. Mas como devia 4\$424, ficou apenas com 33\$706.

Em Dezembro do mesmo ano, o convento voltou a registar uma diminuição do seu tesouro, para 20\$971. A 3 de Março de 1834 tinha um saldo positivo de apenas 4\$511 réis, acabando aqui o registo de contas.

3.2 Os produtos de consumo

Os produtos que se consumiam no convento eram indicadores de uma alimentação modesta, como lhes mandava a regra. Sem exageros. Eram principalmente arroz, hortaliças, carne, pão e milho.

Durante a década de 1820 a 1830 verifica-se que ano após ano vai ficando de parte quantidades consideráveis de bens alimentares para a própria subsistência do Convento, e no caso do azeite e do vinho serviam para comercializar quando a época era de mais aperto. O Cartaxo já existia antes da fundação da nacionalidade portuguesa. Foi uma das muitas povoações vítimas das lutas entre muçulmanos e os cristãos hispano-godos e que dos mouros aprendera a melhor cultivar as videiras e as oliveiras, sendo ambos meios de subsistência e económicos mais rentáveis desta região durante séculos.

O vinho:

Numa das descrições das *Obras de Comunidade*, aparecem a informação de que foi feito um peditório para a vindima que rendeu 2\$800³⁴ e também a compra de um funil para as vindimas³⁵ evidenciando que a cerca do convento teria uma pequena vinha. E todos os registos ao longo desta década aparece descrita uma quantidade de vinho que sobrava e ficava arrecadada quer sejam na adega do convento ou em adegas da população, mas ainda assim pertencentes ao convento.

Em 1820 o convento tinha na sua adega 150 almudes de vinho, o equivalente a 3000 litros de vinho aproximadamente, e no ano seguinte arrecadaram quatro pipas de vinho.

Em 1826 venderam 12 pipas de vinho, cada uma a 9\$ rendendo assim 108\$000, e sobrando ainda 5 pipas de vinho em duas adegas da população.

Em 1827 a produção de vinho aumentou substancialmente tendo ficado 80 almudes de vinho e em 1828 ficaram apenas 12 pipas de vinho, mais ou menos 60 almudes.

O azeite:

A cerca do convento também tinha um olival, prova disso é o registo de uma despesa de apanha da azeitona. Em 1826 venderam-se 4 cântaros deste produto, a 2\$800 cada³⁶, sobrando ainda 3 cântaros para consumo no convento. Em

1827 e 1828 há registo de terem excedido para consumo 4 cântaros em cada ano.

A cerca do convento era normalmente semeada ou de centeio e cevada ou de milho e trigo e por vezes feijão fazendo assim a rotatividade dos solos. Na horta que geralmente só tinha couves plantadas, em 1830 encontrava-se também com nabos, alfaces, ervilha, repolhos e cebola. Mas a produção não excedia e muitas das vezes tinham de ser comprados como o caso de cebolas, feijão e cevada e arroz.

O convento tinha um poço, apetrechado com uma nora e um cavalo para a fazer funcionar, oferecendo regadio para a horta e o milho.

O ano de 1823 foi um ano excepcional, a cerca produziu o suficiente para se consumir durante o ano e ainda sobraram os seguintes produtos:

75 almudes de vinho; 2 almudes de azeite; 2 alqueires de feijão branco e 2 de feijão-frade; 1 alqueire de grão. Ficou também nesse ano aquando o fecho do inventário, a horta lavrada e a cerca semeada uma parte de milho e outra de tremoço.

Contudo, a produção da cerca era insuficiente, assim conclui-se que existiram outros bens que teriam de obrigatoriamente comprar para consumo, de entre os produtos mais comprados representados no seguinte gráfico durante o período de 1832-1834, outros houve que em menor quantidade eram comprados sazonalmente como por exemplo o açúcar, que se comprava na altura das festividades, o toucinho, a pimenta, a farinha, a canela, laranjas, o bagaço, e o tabaco que começou a ser comprado para o Irmão António a partir de 1833, o bacalhau, as sêmeas que foram compradas enquanto existiu um porco. Curiosamente o leite foi um produto muito pouco consumido assim como a batata. Talvez este convento tenha passado a ter uma vaca e começado o cultivo de batatas.

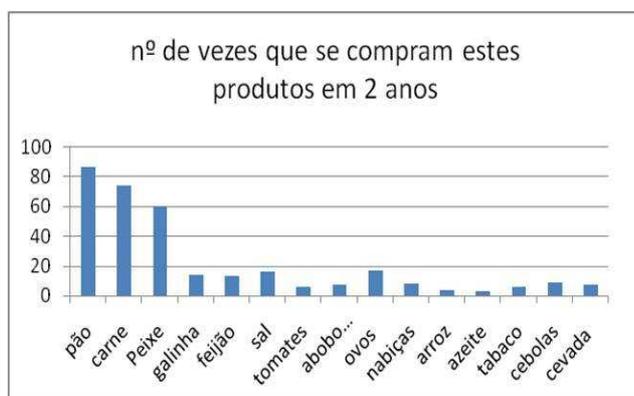


Gráfico 1 – produtos comprados para consumo ao longo de 2 anos, de 1832 a 1834.

Todos os restantes produtos de consumo que não se produziam na cerca do convento teriam de ser adquiridos a menos de 10 legoas do convento: *“E para que não haja Vaqueações nos peditórios, a Província tem determinado o districto de dez legoas a cada convento (...) mandamos os Guairdiães não mandarem pedir peixe, trigo, sevada, milho, azeite ou outra qualquer couza fora do districto de 10 legoas em circuito.”*³⁷

3.3 As missas, esmolas e procissões como fonte de sustento

O homem da Idade Média, sensível ao religioso, preocupava-se, embora em moldes muito da época, com a vida para além da morte. Alguns fidalgos, e não só eles, instituía-m o que chamavam capelas, garantindo sufrágios que se concretizavam em missas rezadas ou cantadas e ofícios dos defuntos em seu favor e de seus entes queridos. Estas capelas não podiam ser alienadas e os seus possuidores receberiam apenas uma parte dos rendimentos dos bens, sendo a restante destinada a satisfazer encargos pios.

Recebiam assim das missas das capelas da região entre elas a do Gaio e das Almas, da Aramenha e dos Chavões o que lhes rendia anualmente cerca de 50\$000 réis, mais tarde aparece também a Capela do Lobato (hoje designada por capela do Senhor dos paços) e de Porto de Muge e mesmo a de Casal do Ouro (hoje denominada de Vila Chã de Ourique). As missas eram normalmente dadas pelas Obras, pelo Colégio, pelos conventuais, pela Benedita, pela Comunidade, pelos Benfeitores.

A esmola do pão e as missas de uma semana rendiam a volta de 4\$000 réis, sendo que as missas cantadas dos Terceiros eram sempre as que arrecadavam mais esmola. Eram também prestados ofícios à Irmandade do Rosário e à Irmandade do Sacramento³⁸. E da Irmandade dos Passos³⁹, existentes na vila do Cartaxo.

A procissão dos Passos que se realizava na segunda semana de Março rendeu a esta comunidade 2\$400 réis no ano de 1833.

A festa das chagas que se realizava na terceira semana de Abril rendeu 2\$200 réis, e em Maio na última semana realizava-se a Festa do Espírito Santo que no ano de 1833 rendeu 1\$600 réis.

4. A comunidade conventual

4.1 Regras e Estatutos

Conforme se pode ler no livro das Patentes de 1832, a mando dos Encarregados da Reforma da Província de Portugal, os estatutos a redigir neste livro seguiriam os Estatutos Gerais de Barcelona, enquanto não se formalizavam novos Estatutos para governo desta, mais acomodados ao pequeno número de Religiosos que existia na Província e às circunstâncias dos tempos que se observavam.

Foi durante a visita⁴⁰ que os religiosos do convento do Espírito Santo do Cartaxo tomaram conhecimento de que se praticavam abusos intoleráveis e totalmente opostos à pobreza que estes professaram e ao estado de humildade que deveriam seguir, bem como aos votos com que se consagraram ao Senhor. Assim, enquanto se trabalhava na organização dos novos Estatutos, iria ser posto em prática aquilo que estava determinado nos Estatutos Gerais de Barcelona, aqui reproduzidos:

1º

Comprometem-se a observar tudo o que está determinado no livro das Patentes, de modo a que, depois da sua publicação, não se verificassem mais desobediências. Aos transgressores seriam aplicados castigos como lhes parecesse justo, e se não cumprissem seriam suspensos dos seus ofícios.

2º

A nenhum religioso da Província, fosse ele de que graduação fosse, seria permitido jantar ou cear fora do Refeitório. Se desrespeitassem esta regra uma ou duas vezes seriam castigados com jejum de pão e água. À terceira vez seriam castigados como fosse justo. Contudo, está descrita uma excepção para os enfermos e convalescentes, que poderiam comer nas enfermarias ou nas suas celas, mas teriam de o reportar ao Pregador Guardião.

3º

Este artigo é referente ao voto de pobreza destes religiosos e resulta do facto de terem sido encontradas em alguns conventos *“cellas tão Sumptuosas, e Ricas que Segundo a expressão dos Estatutos Gerais mais parecem moradas de grandes Fidalgos do que (sic) habitações de mendigos”*. Assim, não mais seria permitido que nenhum religioso habitasse numa cela com mais de duas divisões. O Ministro Provincial mandaria tapar de pedra e cal as portas de comunicação entre estas divisões e as restantes, caso existissem. Apenas ao Ministro Provincial seria permitido ter *“huma cella com trez cazas”*.

4º

Nenhum religioso, qualquer que fosse a sua graduação, poderia ter criado particular para seu serviço, nem poderia dar comida a criado algum que não fosse nomeado pelo Ministro Provincial para o serviço das comunidades, sendo estes obrigados a deputar um Irmão Leigo ou Donato para o serviço à comunidade. Porém, ao Ministro Provincial seria permitido ter um criado ao seu serviço, para além dos Irmãos Leigos e Donatos. Finalmente, nenhum criado ao serviço dos Conventos poderia ser casado.

5º

Nenhum religioso, qualquer que fosse a sua graduação, poderia arrecadar as esmolas das capelas e oratórios para seu uso particular. Esse dinheiro seria usado pelo Síndico do Convento em bens necessários a toda a comunidade e seria ele também o responsável pela distribuição dessas esmolas aos religiosos da Ordem Terceira, estabelecida em qualquer Convento. Tendo em conta o que se lê, as esmolas destinar-

se-iam a suprir as necessidades dos padres, tendo particular atenção ao facto de serem estes os que mais adquirem para a comunidade.

6º

“Sendo a S^{ta} Obediência hum dos votos com q em nossa profissão também nos dedicamos ao S^{mm}: Determinamos q nenhum Religioso de qualquer Condição q seja Graduação ou Imprego que seja posa sahir (...) do Conv^{to}”. Os frades não poderiam sair do convento sem licença do prelado. Da primeira e segunda desobediência receberiam uma acção disciplinar, e da terceira vez decidiriam o que lhes parecesse justo aplicar ao transgressor.

7º

Por terem existido conventos que não cumpriam a aplicação da disciplina no devido tempo, pedia-se ao Ministro Provincial que averiguasse quais os prazos que estavam a findar e que os participasse ao P^{or} Guardião respectivo, para que este mandasse recolher os transgressores ao seu convento, a fim de serem encarcerados e castigados.

O livro termina com uma declaração de Fr. Manoel De Sta Ritta de Cassia:

“E para que tudo por Nos aqui determinado chegue a noticia de todos os R.M.P. G^{aes} farão ler em plena comunidade por trez vezes esta N. Patente mas lida a prim^a vez e Copiada no Livro das Patentes por onde será lida as outras vezes, a Remeterão no prefixo termo de trez dias ao Conv^{to} mais vezinho Sgd^o a planta abaixo Escripta e do ultimo nos será enviada com as Competentes Certidoids de assim se haver executado ficando os m^{mos}. R.M.P. G^{aes} em tudo responsáveis pela sua execução dada neste Real Seminário de S^{to} Ant^o de Varatojo aos 19 dias do Mês de Dbr^o de 1832 sob nosso signal e sello Maior Fr. Bernardino da Virgem Santissima R^{mo}. P^e M^e D^{or}”.

Assinado por Fr. Manoel de S^{ta} Ritta de Cassia, Secretário da Visita e Reforma.

As leituras dos Estatutos Gerais eram feitas em Janeiro, Maio e Setembro em cada convento.

4.2 Os religiosos e a vida conventual

O Inventário⁴¹ do Convento do Espírito Santo do Cartaxo é muito minucioso, fornecendo-nos informação desde 1820 até 1830 sobre todos os religiosos residentes, suas idades, cargos e anos de hábito.

Inicialmente, seriam 15 os frades residentes neste convento. Contudo, nos *Estatutos provinciais da seráfica, e observante provincia de Portugal*, podemos ler o seguinte:

“A experiencia tem mostrado, que para maior recolhimento, e melhor observância da altíssima pobreza, que professamos, há necessário que os Conventos não tenham maior numero de religiosos, dos que se podem sustentar com as esmolas ordinárias. Pelo que, considerando a quantidade dellas, e satisfazendo a determinação do Sagrado Concilio Tridentino, e dos nossos Estatutos,

Ordenamos que nos Conventos desta Santa Província haja o numero seguinte: o Convento de Lisboa tenha 150 religiosos: o do Porto 76: o de Santarém 42: o de Almquer 42: o de Coimbra 44: o de Guimaraens 49: o de Leiria 20: o da Covilhã 24: o da Guarda 31: o das Virtudes 20: o de Santa Cristina 22: o do Cartaxo 18 (...)⁴²

Certo é que nos registos da década de 1820/30 apenas se mantinha uma média de 6 religiosos residentes.

É também possível saber as datas e locais de óbito de alguns dos membros desta Comunidade uma vez que em todos os inventários existe, a nível provincial, um registo dos religiosos da ordem que faleceram ao longo desta década. Assim, sabemos que o Irmão Fernando de N. S. do Carmo (que foi Corista deste convento, em data não determinada) faleceu no Convento de São Francisco da Cidade de Lisboa entre os anos de 1825 e 1826. Em 1827 sabe-se que faleceram Fr. João de Santa Delfina e Fr. Francisco Daniel de N. S. do Carmo, também neste convento. Em 1830 faleceu o Fr. Manoel de Santa Rosa Pinto e Fr. Manoel de Santa Ritta de Cassia no Convento das Virtudes.

Os religiosos

De acordo com a Regra e Estatutos do convento e da Província de Portugal, a primeira autoridade dentro do convento era o Padre Guardiã, eleito em Capítulo Provincial. A ele seriam reportados todos os acontecimentos, eram pedidas licenças, era ele que punha em prática, e fiscalizava, o cumprimento de todas as regras da Ordem. Competia-lhe capitular nas principais festividades do ano e na Semana Santa; dar a bênção e dar graças à mesa nestes dias; ler quotidianamente o ponto de meditação; rezar o “De profundis” com os versos e orações do costume; começar o “Aperi Domine”, a Matina; dizer todas as orações que se costumam rezar depois das refeições; cantar a disciplina; notificar os demais superiores da Província sobre o falecimento dos religiosos e informar o P^e Provincial sobre os religiosos residentes fora dos limites da Província⁴³.

“Não poderá ser Guardiã, nem confessor de Freiras, sem primeiro ser Mestre de Noviços.⁴⁴”

Abaixo dele estaria o Discretório, constituído por dois ou três religiosos do convento, que conjuntamente tomavam decisões com o guardião, assinando e jurando serem verdadeiras todas as declarações feitas nos livros de registos, patentes e contas.

Cada um dos religiosos residentes desempenhava uma função fundamental para a Comunidade. Entre essas funções destacavam-se o porteiro e o sacristão que, segundo o Padre Rolim na descrição dos “*Usos e Costumes da Ordem franciscana*”, teriam de ser religiosos “graves e honestos”.

Ao porteiro competia-lhe chamar os religiosos à Portaria, para receberem os respectivos recados, não lhes permitindo permanecer lá mais do que o necessário. Enquanto a Comunidade estivesse no Refeitório, as portas do convento

estavam fechadas, e o Porteiro colocava as chaves em cima da mesa. À noite, depois das Avé Marias, o Porteiro fechava o convento e levava as chaves à ala do Guardiã, para que ele (sendo pessoa de confiança) as mantivesse guardadas na cela até à manhã do outro dia.

Nenhum religioso leigo poderia ser Porteiro se não tivesse pelo menos 10 anos de serviço na cozinha.

A função de cozinheiro geralmente era desempenhada por um dos religiosos. No entanto, dos registos deste convento constam pagamentos de ordenados a um cozinheiro, bem como à lavadeira e ao barbeiro, serviços contratados por este convento. Talvez nem todos chegassem para as funções que deviam ser executadas no convento, uma vez que era reduzido o número de religiosos residentes.

Os Irmão leigos, eram religiosos que ainda não tinham recebido as ordens sacras, encontravam-se à experiência antes de pronunciar os votos. Tinham como obrigação dedicar uma hora de leitura espiritual em comum; apresentar-se na sacristia depois das orações da manhã; dizer a culpa no refeitório às sextas-feiras ao jantar até completar 50 anos de hábito; lavar a loiça, entre outras funções⁴⁵.

O Sindico, que entre 1820 e 1834 foi sempre Francisco António Barbosa, morador da vila do Cartaxo, era o procurador da Comunidade. Era mandatário e credor desta comunidade, livrando o convento das dívidas contraídas.

Os donatos, eram irmãos sem ordem religiosa ou sem votos que trabalhavam na comunidade. Na tabela N^o 1 é apresentada a cronologia dos religiosos residentes e os seus cargos neste convento, durante esta década.

4.3 A Comunidade e o povo da vila do Cartaxo

Não só das missas e esmolas sobrevivia esta comunidade. Sendo este convento a casa de uma comunidade de mendicantes, era muitas vezes beneficiário de inúmeras doações feitas por devotos em seus testamentos, ofertas e caridade (as chamadas “obras de agência”, como consta no livro de registos).

Regularmente eram recebidas quantias necessárias para pagar despesas com obras que se faziam no convento. Outras vezes, homens trabalhavam nos campos, nas vindimas da cerca e na apanha da azeitona gratuitamente. Carradas de lenha e fretes das mesmas eram dados ao convento todos os anos. Mas a maioria das doações era constituída por objectos que recheavam os altares. Há também o caso do órgão da igreja que, em 1827, custou 240\$000 réis, dos quais 163\$200 foram pagos pelos benfeitores. Nesse mesmo ano foi reconstruída a cerca do convento, destruída no Inverno.

Um dos maiores benfeitores deste convento seria a Marquesa de Nisa que praticamente todos os anos fazia uma doação. No ano de 1826 ofereceu uma carrada de lenha.

Tabela 1

1820	Nome	Gradações	anos de idade	anos de hábito
Religiosos Residentes				
	R ^{do} P ^e Fr. Jose de Ave Maria Sandim	Pregador guardião	40	16
	P ^e Fr. Fran ^{co} Daniel de N. S. Carmo	Pregador Presidente	39	21
	P ^e Fr. Vicente de S ^{ta} Rita de Cassia	Pregador	57	37
	P ^e Fr. Leonardo dos Prazeres	Pregador		
	P ^e Fr. Manoel de N. S. dos Aflitos	Pregador		
Leigos				
	Fr. M ^{el} de N. S. da Con ^{cam} Guim. ^{as}			
1821				
Religiosos Residentes				
	R ^{do} P ^e Fr. Jose de Ave Maria Sandim	Pregador guardião	41	17
	P ^e Fr. Fran ^{co} Daniel de N. S. Carmo	Pregador Presidente	40	22
	P ^e Fr. Vicente de S ^{ta} Rita de Cassia	Pregador jubilado	58	38
	P ^e Fr. Leonardo dos Prazeres	Pregador (com licença régia embarcado)		
	P ^e Fr. Manoel de N. S. dos Aflitos	Pregador e Capelão em Azoia (?)		
	Pe Fr. Manoel do Rosario	Pregador	49	24
	Pe Fr. Antonio do Coração de Jezuz	Pregador jubilado		
	Pe Fr. Caetano do Nascimento	Pregador	59	
Leigos				
	Fr. M ^{el} de N. S. da Con ^{cam} Guim. ^{as}			
1823				
Religiosos Residentes				
	R ^{do} P ^e Fr. M ^{el} S ^{ta} Anna Amarante	Guardião pregador Jubilado Definidor	42	22
	P ^e Fr. Fran ^{co} Daniel de N. S. Carmo	Pregador Presidente	41	23
	P ^e Fr. Vicente de S ^{ta} Rita de Cassia	Pregador jubilado	60	40
	P ^e Fr. Leonardo dos Prazeres	Pregador (com licença régia embarcado)		
	Pe Fr. Manoel do Rosario	Pregador	51	26
Leigos				
	Fr. M ^{el} de N. S. da Con ^{cam} Guim. ^{as}		52	26
	Fr. Miguel da Conceição		35	9
1826				
Religiosos Residentes				
	R ^{do} P ^e Fr. João de S ^{ta} Anna de Guimaraes	Pregador Guardiã	39	19
	P ^e Fr. M ^{el} S ^{ta} Anna Amarante	Pregador Jubilado e comissário dos 3 ^{as}	45	25
	P ^e Fr. Fran ^{co} Daniel de N. S. Carmo	Pregador Presidente	44	26
	Pe Fr. João de Sta Delfina	Pregador	30	11
	P ^e Fr. Manoel do Rosário	Pregador	54	29
Leigos				
	Irmão leigo Fr. Miguel da Conceição		38	12
Donatos				
	Irmão Domingos das Dores	Empregado na Sacristia	19	
1827				
Religiosos Residentes				
	R ^{do} P ^e Fr. João de S ^{ta} Anna de Guimaraes	Pregador Guardiã	40	20
	P ^e Fr. M ^{el} S ^{ta} Anna Amarante	Pregador Jubilado e comissário dos 3 ^{as}	46	26
	P ^e Fr. Fran ^{co} Daniel de N. S. Carmo	Pregador Presidente	44	26
	Pe Fr. Manoel de Santa Rosa Pinto	Pregador e Presidente	31	11
	P ^e Fr. Manoel do Rosario	Pregador	55	30
Leigos				
	Irmão leigo Fr. Miguel da Conceição		39	13
1828				
Religiosos Residentes				
	R ^{do} P ^e Fr. João de N. S. da Luz Serração	Pregador Jubilado e	55	32
	P ^e Fr. M ^{el} S ^{ta} Anna Amarante	Pregador Jubilado e comissário dos 3 ^{as}	47	28
	Pe Fr. Manoel de Santa Rosa Pinto	Pregador e Presidente	32	12
	P ^e Fr. Manoel do Rosario	Pregador	56	30
	Pe Fr. Francisco da Piedade	Pregador	45	23
1830				
Religiosos Residentes				
	Fr. Francisco da Madre de Deos Meirelles	Pregador Guardiã	53	35
	R. ^{me} Fr. Felix das Chagas	Ex Definidor e P ^e da Província	64	47
	Fr. Joze de N. S. das Maravillas	Pregador Jubilado	51	33
	Fr. Vicente de Santa Ritta de Cassia	Pregador Jubilado	72	53
	Fr. Francisco da Piedade	Pregador	47	26
	Fr. Joaquim de Jezus Maria	Estudante filósofo	36	3
	Fr. Sebastião de N. S. das Dores e Corista	Estudante filósofo		

5. Património

5.1 O convento

O convento, segundo podemos observar na planta das obras para os Paços do Concelho em 1855⁴⁶, e através do registo do Inventário, seria composto pela Igreja, um Claustro rodeado pelos dormitórios (no total, três dormitórios com catorze celas, tendo o primeiro quatro celas, o segundo sete e o terceiro três), a cozinha, o refeitório, a dispensa, a adega, a estrebaria (que chegou a albergar dois jumentos e um cavalo), a casa da lenha e a cerca, onde era cultivada a horta e os campos de trigo e milho, onde se situava o poço com a nora, e onde existia um pequeno bosque. Segundo o General Vitoriano José César, foi neste pequeno bosque que se travou um combate (sem consequências notáveis) entre as tropas portuguesas e as tropas napoleónicas comandadas pelo General Massena. Esse bosque foi destruído⁴⁷.

Em 1835, por alvará de D. João IV, a feira que se realizava no 3º domingo de Agosto de cada ano, no sítio do Santo Cristo, foi transferida (14 de Outubro) para o Largo do Convento⁴⁸.

O cemitério geral da vila estava localizado na cerca do convento. Foi lá que se passou a enterrar os mortos do Hospital de Santa Cruz em 1855⁴⁹, uma vez que este já não tinha espaço nem condições para enterrar os que faleciam nas suas instalações.

Não se sabe ao certo até onde se estendia esta cerca. No entanto sabe-se que em 1874 foi criada uma sociedade em nome da Misericórdia do Cartaxo, para construir uma praça de Touros nesta vila. Os registos revelam que a Misericórdia do Cartaxo pediu à Câmara Municipal uma área de 3600m² da cerca do antigo convento, para ali erguer a construção. A Câmara anuiu ao pedido da Misericórdia⁵⁰. Como a Praça de Touros ainda existe, é possível ter uma ideia de até onde se estendia esta cerca. Pelo menos até esta zona...

Todos os anos se faziam pequenos melhoramentos ou reparações, necessários devido à avançada idade deste convento, ou não estivesse ele nesta época já com quase 300 anos de idade. Mas não se registaram apenas reparações. As obras resultaram sempre em melhoramentos.

Em 1820:
Soalharam, forraram e puseram vidraças em duas celas.

Em 1821:
Fizeram obras para levantar o muro da cerca;
Soalharam quatro celas e parte de um dormitório;
Repararam a tribuna do altar-mor;
Arranjaram os telhados de dois dormitórios;
Ladrilharam as varandas do claustro.

Em 1826:
Pintaram as cadeiras e a estante do coro;
Caiaram as celas e dormitórios do coro;

Rebocaram a escada da Torre;
Fizeram arranjos na adega;
Pintaram o altar do coro;
Compraram um painel frontal para o púlpito;
Concertaram o altar-mor;
Compraram um painel de N^a S^a para as escadas;
Compraram uma porta nova para a casa da penitência;
Arranjaram telhados.

Em 1827:
Mandaram compor o forro da sacristia;
Fizeram arranjos e caiaram o muro da cerca em todo o seu perímetro;
Pintaram a escada da portaria;
Ladrilharam de novo, caiaram e pintaram o refeitório;
Rebocaram e caiaram a cozinha e o corredor que dá acesso a esta;
Concertaram o ladrilho do claustro;
Caiaram a igreja, o coro, a sacristia e as varandas;
Rebocaram e caiaram a frontaria da igreja e o alpendre;
Pintaram o altar do coro e as suas grades;
Pintaram as portas da igreja, da sacristia e outras mais.
Todas estas informações constam no livro de inventário do convento, nas *Obras de Comunidade*.

Os dormitórios:

Existiam, como já foi referido, três dormitórios. Segundo o inventário, estes eram os bens que se encontravam em cada um deles.

Em 1820,
O primeiro dormitório era constituído por quatro celas:
1ª Cella: tem uma barra com bancos de pau, enxergão, chumaço, cobertores, uma cadeira e uma banca;
2ª Cella: barra com bancos de pau, enxergão, cadeira, banca e chumaço;
3ª Cella: barra, enxergão, chumaço e banca;
4ª Cella (pertencente aos padres comissários dos Terceiros): tem pertencentes à Comunidade, barra com bancos de ferro, enxergão, chumaço, cobertor, uma banca e três cadeiras.

Segundo dormitório:
5ª Cella: tem porta e janela;
6ª Cella: idem;
7ª Cella: barras com bancos de pau e enxergão;
8ª Cella: porta e janelas;
9ª Cella: idem;
10ª Cella: barra com bancos de pau, enxergão e chumaço;
11ª Cella: barra com banco de pau, enxergão, chumaço, cobertor, uma banca e um banco comprido.

Terceiro dormitório:
12ª Cella: tem barra com bancos de pau, enxergão, chumaço, cobertor e uma banca;
13ª Cella: tem uma banca;
14ª Cella: barra com bancos de pau, dois enxergões e dois chumaços.

Em 1826,

As únicas alterações são na 4ª cela, a cela dos padres comissários, que têm um caixão que serve de assento. A 5ª cela está ocupada com armamento das milícias. A 12ª cela está identificada como sendo dos padres Guardiães e contém uma barra com bancos de pau, um enxergão, uma banca de escrever, uma mesa de abas, dez cadeiras, um canapé, um candeeiro e uma caixa onde se guardam algumas preciosidades da Comunidade, as pratas.

Em 1827,

A 3ª cela estava ocupada pelo padre presidente e continha barra com bancos de pau, enxergão, chumaço, mesa de abas, cadeira e um cobertor.

A 4ª cela continuava a pertencer aos padres comissários. À 12ª cela, a dos padres guardiães, acrescentou-se uma coberta de pano escuro guarnecida de fita verde, uma estante, uma bacia de arame para lavar os pés, um tinteiro de louça, dois livros dos inventários, o livro das patentes, o selo do convento e um candeeiro de latão.

A 5ª cela continuava ocupada com o armamento das milícias. Isto porque o Cartaxo participou de forma activa, nos acontecimentos políticos e militares que conduziram à queda do Antigo Regime e à instauração do liberalismo em Portugal. Para além de ter sofrido a ocupação dos primeiros invasores franceses, forneceu homens para defenderem o país de uma nova tentativa de ocupação estrangeira. Sabe-se, que a milícia do Concelho de Santarém (que integrava ainda o lugar do Cartaxo) era constituída por mais de 800 homens, entre os quais estavam, inevitavelmente, muitos cartaxeiros.⁵¹

Em 1833-34 o Cartaxo foi palco privilegiado de movimentos militares que conduziram ao desfecho da Guerra Civil (1832-34), albergando na sua Sede algumas das figuras mais relevantes da ala liberal, nomeadamente o marechal Saldanha.⁵²

Em 1830,

A 5ª, a 6ª e a 7ª cela pertencem aos padres guardiães. No terceiro dormitório existem mais cinco celas, sendo a 15ª e 16ª dos padres comissários.

O refeitório :

Em 1834 continha no seu inventário os seguintes objectos utilitários:

- 1 Candeeiro de metal amarelo;
- 2 Jarros para servir o vinho;
- 3 Toalhas grandes para uso nas mesas;
- 15 Guardanapos (6 novos e 9 usados);
- 8 Copos;
- 1 Talher de azeite e vinagre;
- 3 Travessas;
- 2 Pratos grandes redondos
- 26 Pratos ordinários de uso;
- 1 Colher de estanho para a sopa;
- 9 Talheres inteiros;
- 1 Armário para guardar a louça.

No livro *Usos e costumes da ordem franciscana*, o Padre Rolim descreve a cerimónia celebrada durante a

permanência dos religiosos no refeitório e como estes deveriam proceder.

“XXVIII Da Comunidade no “De profundis”, e no refeitório. 334º Ao toque do sino para o refeitório dirigem-se os religiosos ao “De profundis” se o houver[...] fazer a oração inclinando-se para o painel ou cruz respondem Amén e seguem para o refeitório, dois a dois principiar pelos mais novos, e ao passar junto do superior lhe farão inclinação de cabeça.

Não havendo “De profundis” recitem-se no refeitório, depois de aí formada a Comunidade, as preces supraditas.

Chegando aos lugares em que hão de ficar, inclinam-se ao quadro, e depois abrindo alas, uns para os outros, sem se encostarem às mesas, até que passe toda a Comunidade. Imediatamente recomeça a Benção da mesa.

Feita a Benção, beijão todos a terra, excepto os que tiverem de dizer a culpa, e logo irão sentar-se nos logares que por seus officios e precedência lhes competir.

Feito sinal para recomeçar a refeição sobem as mangas do hábito, se o usarem, antes que desdobrem e estendam ante o peito o guardanapo. Em seguida peguem no pão com ambas as mãos e beijem-no devotamente.

À mesa guarda-se inviolável silêncio, estando de postura direita e não encostados, pondo nella só as mãos e não os braços, tendo os pés juntos e cobertos com o hábito.

[...] Acabando o religioso de tomar a sua refeição, recolha as migalhas, beije o pão, dobre o guardanapo primeiramente ao meio e logo em duas dobras e coloque-se sobre a meza.⁵³”

A alimentação era comum a todos os religiosos e só se começava a refeição quando todos tivessem todas as coisas a que tinham direito em cima da mesa.

A tarefa de servir à mesa era desempenhada pelos Irmãos coristas, noviços ou leigos.

5.2 A Igreja

A igreja, tem data de construção anterior ao convento⁵⁴. Foi construída no tempo de D. Isabel Mendanha, no terreno da sua Quinta, e depois doada à Ordem dos Frades Menores. Caracteriza-se por uma planta com apenas uma nave⁵⁵.

Em As *Memórias Sepulchraes* (nas descrições do Convento Espírito Santo do Cartaxo copiadas por Braamcamp Freire⁵⁶, abaixo transcritas), o Padre Luíz Montez Matoso procura apresentar um relato cuidadoso de todos os epitáfios existentes neste Convento, esclarecendo sobre o número e a localização das sepulturas existentes na igreja do convento. Embora este registo não tenha data podemos situá-lo entre 1700 e 1800. Tratando-se de um espaço de tempo muito grande, pode-se afirmar, com certeza, que ele visitou o convento antes do seu abandono.

“Na Cap^{la}. Mor deste Conv^{to} do Espírito Santo do lugar do Cartaxo, se acha logo abaixo das escadas do Altar Mor, no Plano, a um canto delle da parte da Epistola, uma sepultura que tem o Epitáfio seguinte: Aqui jaz Dona C^a. dÁlmada, Avó de Ant^o de Albuquerque.

Da parte do Evang^o correspondente ao sitio acima logo na Entrada da Porta do Claustro, por onde se entra para a Cap^a

Mor, está um sepultura, na qual se observa, que teve sinal de letras, mas estão já gastas que se não pode perceber cousa alguma dellas, e tem também um escudo, mas já tão gato, que se pode alcançar delle o seguinte somente Logo abaixo da Cap^a. Mor, junto ao Arco da mesma, entre os altares de Nossa Senhora da Conceição da Coroa, e o de S. Sebastião, estão três sepulturas, e a do meio tem o Epitáfio seguinte. S^o Braz Jorge, e de Violante.....

A Sepultura da parte do Evang^o, junto ao Altar de S. Sebastião, ainda tem algumas letras, e as mais estão tão gastas, que se não pode alcançar lição alguma inteira, e o que chega a perceber-se é o seguinte Felipa, e D.

E a Sepultura da parte da Epistola junto ao altar de Nossa Senhora da Conceição da Coroa, mostra que teve letras, mas não se alcança palavra alguma.

Junto às grades, da parte debaixo dellas no Corpo da Igreja, no meio, existe uma sepultura, cujo principio ou cabeça se acha debaixo de um degrau que se fez de pous, para se subir ao plano da Cap^a. Mor, a qual tem Epitáfio, e o que delle se acha agora descoberto é o seguinte, porque se não pode tirar o degrau para se ver o principio

.....dico, que foi desta Caza, e de sua mulher, herdeirase 1000.

Pelo meio do Corpo da Igreja estão mais algumas sepult^{as}, que dão mostras que tiverão letras: estão porem já tão gastas, que se não pode já ler nellas palavra alguma: E como a Igreja se acha com estrados de taubuas não se pode averiguar se debaixo dellas se acha alguma sepultura, que tenha Epitáfio.”

Por esta descrição, ficamos a saber não só das sepulturas existentes na Igreja do convento, mas também da localização de dois altares, o de Nossa Senhora da Conceição da Coroa e o de S. Sebastião.

Segundo o livro do Inventário deste convento, em 1820 o altar-mor da igreja continha um Sacrário, quatro castiçais de estanho, uma cobertura de chita que cobre o altar, uma cortina que forra a boca do camarim, uma imagem do Patriarca, três jarras douradas, uma “*alampada de metal amarelo*”, um missal novo e galhetas novas.

Quanto aos altares laterais, parece ter deixado de existir o de S. Sebastião, pois nunca mais foi referido nestes registos, passando a falar-se do altar de Nossa Senhora da Guia e Santo António e do altar do Senhor dos Passos.

Assim, em 1820, no altar de Nossa Senhora da Conceição existe a sua imagem, quatro castiçais e uma cruz de estanho, uma cobertura de chita, um missal, galhetas de estanho e duas cortinas grandes de seda.

O altar de N^a S^a da Guia e Santo António tinha uma cobertura de chita que cobria o mesmo, dois castiçais e duas cortinas pequenas.

No altar do Senhor dos Passos, há uma imagem do Santo Cristo, um sacrário onde se guardam os santos óleos, seis castiçais, uma cruz de estanho e duas “*alampadas de metal*”, uma grande e outra pequena.

Em 1821 o inventário repete os bens registados no ano anterior.

Em 1824 surge também o inventário do Coro da Igreja. Ao que parece, entre 1821 e 1824 foi construído o Coro da Igreja. O seu inventário refere a existência de uma estante de pau, um Martirologio novo e um breviário. Quanto ao Altar-Mor, foi comprada uma banquetta de cruz nova e seis castiçais de metal fino prateado.

Em 1825, houve novidades apenas no Coro. Para além do que já tinha, está inscrito mais um altar com a imagem de Santo Cristo e São Francisco com os seus resplendores de prata. Este altar estava ornado com uma toalha e coberta de chita e um pano de damasco encarnado com franjas de prata.

Em 1828, o altar de N^a S^a da Conceição tinha uma banquetta de quatro castiçais, uma cruz de estanho e duas toalhas novas e “todo o restante ornato pertencente à Irmandade, excepto o resplendor de S. José e Santo António e o bordão de S. José que pertencem à comunidade”. Neste registo de 1828 aparece “*Capélla do Senhor Jezús*” em vez de altar. Neste ano foi também comprado um órgão para o Coro, e o respectivo assento.

Em 1829 aparece registada uma credencia, sendo esta a única novidade no inventário.

1830, lê-se o seguinte registo:

Altar Mor

Tem hum camarim, e na arca deste huas cortinas d’holanda, hú Sacrario, banquetta de Cruz , e seis castiçaes de latão prateados, e dois pequenos, trez s..... dourados, e já damnificados, quatro jarras com ramos, já damnificadas, hua coberta de chita, hua alampada de metal amarelo, credencia e trez bancos, huas cortinas encarnadas com franja de prata.

Altar de N. Sr^a da Conceição

Tem baqueta de quatro castiçaes, e Cruz d’estanho, duas toalhas, e todo o mais ornamento pertencente á sua Irmandade.

Altar de N, Snh^a da Guia e Santo Antonio

Tem banquetta e Cruz d’estanho, hua coberta de chita, duas cortinas de Seda encarnada, há mais alguas peças de prata, e vestidos q’existem em caza de quem a veste, como se vê ...

O altar do Snhr Jezús das Chagas; tem hum Sacrario aonde se guardão os Santos Oleos.

Os bens da Sacristia e os paramentos acumulados até 1830, são os seguintes:

Duas cruzes processionais, uma de pau e outra de estanho;
Turíbulo e navete com a colher de latão amarelo;
Dois missais;
Dois pares de galhetas com pratos em estanho;
Caldeirinha de estanho;
Cruz de pau preto com crucifixo de latão;
Um frontal de seda branca matizada;

Um dossel de seda matizada;
 Uma toalha de lavatório;
 Três cordões de linha;
 Quatro paramentos de damasco, dois deles brancos, um encarnado e um preto, tendo só um deste “véu d’ombros”;
 Quatro casulas que servem diariamente nas missas, duas brancas, uma encarnada e outra roxa, bordadas;
 Cinco bolsas, uma branca, uma encarnada, uma branca de seda com franja, uma preta e uma roxa;
 Nove véus de cálice;
 Dois panos de púlpito, um de seda de ramos e outro roxo;
 Três mangas de cruces processionais.

Do património artístico constam:
 Uma escultura de São José;
 Uma escultura de N^a S^a da Guia;
 Uma escultura de Santo António;
 Uma escultura do Santo Cristo;
 Duas esculturas de São Francisco;
 Escultura de Nossa Senhora da Conceição;
 Escultura do Senhor dos Passos;
 Escultura da Nossa Senhora da Soledade;
 Um painel de Nossa Senhora;
 Dois sacrários.

5.3 Valores em prata

Não são muitos os objectos em prata registados nos inventários de 1820 a 1830. Curiosamente, em 1830 estão registados menos objectos do que no início dos inventários. Não se sabendo ao certo o motivo, pensa-se que possam ter sido trocados por bens essenciais quando a comunidade do convento passou dificuldades económicas. Especula-se também sobre a possibilidade de os inventários mais recentes terem anotado apenas os objectos mais importantes.

Na tabela seguinte são descritos os valores em prata inventariados até 1830.

No último registo do inventariado destes bens constam apenas a custódia, duas píxides, três cálices, duas colherzinhas, a chave do Sacrário, os oito resplendores e o bordão de S. José.

Tabela 2

Objecto	Total
Custódia antiga de prata dourada	1
Resplendores	8
Coroa pequena	1
Píxides	2
Bordão pequeno	1
Chave de sacrário	1
Cálices	3
Colherzinhas	2
Venerado Menino Jesus	1
Trastes de prata que deu benfeitora	

6. Conclusão

Realizar este trabalho revelou-se um desafio extremamente interessante. A pesquisa foi estimulante e está longe de concluída.

Investigar um elemento arquitectónico inexistente é quase como descobrir um monumento novo. Somos conduzidos pela pesquisa, que se revela a cada documento. É por isso que este tipo de investigação representa acima de tudo uma vasto campo de aprendizagem.

Assumindo o papel de investigadora, fui muitas vezes confrontada com a possibilidade de ter entrado num beco sem saída. Mas a persistência acaba por ser recompensada com novas pistas que revelam novos caminhos de pesquisa. E assim se abrem verdadeiros baús de informação, autênticos tesouros para quem investiga a História de forma descomprometida.

Depois de ter feito este trabalho, ainda encontro muitas questões para as quais não tenho resposta:

- Onde foi parar todo o espólio artístico existente neste convento após a sua extinção?
- O que aconteceu à igreja, para não a recuperarem durante as grandes obras de remodelação de 1869?
- Até onde se estendia a cerca do convento?
- Quem eram de facto as pessoas sepultadas na igreja, cujos nomes mal se conhecem?
- Será que o recheio da actual Capela do Senhor dos Passos é o espólio que resta deste convento?
- Como seria realmente a planta do convento?

Sobre o Convento do Espírito Santo do Cartaxo há, seguramente, muito mais para descobrir. E eu espero que este trabalho possa, de alguma forma, despertar o interesse de outras pessoas – seguramente mais habilitadas do que eu própria em matéria de pesquisa histórica. Parece-me que este convento acaba por ser um dos monumentos mais importantes, senão mesmo o mais importante, que esta cidade alguma vez teve.

Este é o meu modesto contributo para séculos de História que estão assinalados, mas que ainda têm tanto por descobrir.

Notas

¹ ADSTR, *Espólio do Embaixador Luís Teixeira de Sampaio*, doc. 11. Cf. Alberto Pimentel, “Cartaxo” in *A Extremadura Portuguesa*, Primeira Parte, *O Ribatejo*, Lisboa, Empreza da Historia de Portugal, pp. 239 – 250, p. 242.

² IAN/TT, OFM (Ordem Frades Menores) Conventos da Província de Portugal, *Convento Espírito Santo do Cartaxo* Liv. 1 (1798 – 1832), Liv. 2 (1832), Liv. 3 (1820)

³ Cf. Vitoriano José César, *A Fundação da Monarquia Portuguesa e a Batalha de Ourique (25 de Julho de 1139)*, Lisboa, Tip. Casa Portuguesa, 1927, p. 60

⁴ IAN/TT, OFM (Ordem Frades Menores) Conventos da Província de Portugal, Op. Cit

⁵ ADSTR, *Espólio do Embaixador Luís Teixeira de Sampaio*, doc. 13; doc. 14 (Cópia manuscrita da obra, *De Origine Seraphicae*

Religionis Franciscanae, editada em Roma, em 1587, e referente à fundação do **Convento do Espírito Santo do Cartaxo**).

⁶ Direcção Geral de arquivos / Torre do Tombo; Igreja de Santa Maria de Aveiras, Arc. De Lisboa; Chancelaria de D. Duarte I, liv. 1, fol. 142

⁷ IAN/TT, OFM (Ordem Frades Menores) Conventos da Província de Portugal, *Convento Espírito Santo do Cartaxo* Liv. 1 (1798 – 1832), Liv. 2 (1832), Liv. 3 (1820), Inventário do Convento.

⁸ Maria José Pêgo, *Da Albergaria do Lugar do Cartaxo ao Lar de S. João. 1225-2002*, Cartaxo, Santa Casa da Misericórdia do Cartaxo, 2002, p. 12, 13

⁹ <http://www.agencia.ecclesia.pt/pub/19/noticia.asp?jornalid=19¬iciaid=30922>

¹⁰ *idem*

¹¹ Ver artigo em anexo

¹² <http://www.portaldodivino.com/Aterceirando/confraria.htm>

¹³ Azevedo, Ruy Pinto; "O compromisso da Confraria do Espírito Santo de Benavente"; in: *Lusitânia Sacra*, 6, 1962

¹⁴ Pinharanda, Gomes; in *A cidade Nova*; in www.portaldodivino.com

¹⁵ IAN/TT GFE - OFM Conceicao M Convento de Nossa Senhora da Ínsua de Caminha, 1750-1792;

¹⁶ IAN/TT GFE - OFM Portugal M Convento de Nossa Senhora da Encarnação de Vila do Conde; 1724-1833

¹⁷ Fontoura, Otilia Rodrigues; *As Clarissas na Madeira, uma presença de 500 anos*; Centro de Estudos do Funchal, Secretariado do Turismo e Cultura, Funchal 2000.

¹⁸ Ver documentos originais em Anexo.

¹⁹ Fernando da Soledade, op. Cit, IV pp. 215-216

²⁰ BRANCO, Fernando Castelo; *Breve História da olisipografia*; Ministério da Cultura e da Ciência, Secretaria de estado da cultura.

²¹ Refiro com base nos fundos que pesquisei, nomeadamente a Direcção dos Arquivos Gerais, Torre do Tombo; Arquivo Distrital de Santarém e Biblioteca Nacional.

²² IAN/TT, OFM (Ordem Frades Menores) Conventos da Província de Portugal, *Convento Espírito Santo do Cartaxo* Liv. 1 (1798 – 1832), Liv. 2 (1832), Liv. 3 (1820), Inventário do Convento.

²³ Em 1834, no âmbito da "Reforma geral eclesiástica" empreendida pelo Ministro e Secretário de Estado, Joaquim António de Aguiar, executada pela Comissão da Reforma Geral do Clero (1833-1837), pelo Decreto de 30 de Maio, foram extintos todos os conventos, mosteiros, colégios, hospícios e casas de religiosos de todas as ordens religiosas, ficando as de religiosas, sujeitas aos respectivos bispos, até à morte da última freira, data do encerramento definitivo. Os bens foram incorporados nos Próprios da Fazenda Nacional. IAN/TT.

²⁴ IAN/TT, OFM (Ordem Frades Menores) Convento de Nossa Senhora de Figueiró dos Vinhos, 1502-1835, liv. 1

²⁵ IAN/TT Tribunal do Santo Ofício, Inquisição de Lisboa, proc. 7818-1

²⁶ IAN/TT, Tribunal do Santo Ofício, Inquisição de Lisboa, proc. 1905

²⁷ Um primeiro pedido já teria sido feito em 1845.

²⁸ IAN/TT Ministério do Reino, maço 3403; processo 521

²⁹ IAN/TT Ministério do Reino, maço 3403; processo 521

³⁰ Antigo Barbeiro da praça do largo do antigo convento.

³¹ In *O Cartaxo*, 1 Novembro 1971

³² Afirimo isto tendo conversado com várias pessoas que se recordam deste edifício.

³³ *Relatório do Presidente da Câmara Municipal do Cartaxo acerca da gerência do biennio de 1870 e 1871*; Lisboa, Typ. do Ensino Livre, 1872, p. 5

³⁴ IAN/TT, OFM (Ordem Frades Menores) Conventos da Província de Portugal, *Convento Espírito Santo do Cartaxo* Liv. 3 (1820), Inventário do Convento. 1826, p 23

³⁵ IAN/TT, OFM (Ordem Frades Menores) Conventos da Província de Portugal, *Convento Espírito Santo do Cartaxo* Liv. 3 (1820), Inventário do Convento. 1826, p 28

³⁶ IAN/TT, OFM (Ordem Frades Menores) Conventos da Província de Portugal, *Convento Espírito Santo do Cartaxo* Liv. 3 (1820), Inventário do Convento. 1826, pp 30

³⁷ Estatutos provinciais da seráfica, e observante província de Portugal. – Lisboa : na Off. De António Rodrigues Galhardo, 1763, Biblioteca Nacional.

³⁸ IAN/TT, OFM (Ordem Frades Menores) Conventos da Província de Portugal, *Convento Espírito Santo do Cartaxo* Liv. 2 (1832-34), livro de contas. 1826, pp 25

³⁹ *Idem*; pp 30

⁴⁰ A Visita feita pelo Fr. Manoel de Santa Ritta ao Convento do Varatojo onde se redigiram estes estatutos em 1832.

⁴¹ Nome que aparece no próprio convento, tratando-se de um cartório do convento elaborado de 1820 a 1830.

⁴² Estatutos provinciais da seráfica, e observante província de Portugal. – Lisboa : na Off. De António Rodrigues Galhardo, 1763, Biblioteca Nacional. Cap IV

⁴³ *Usos e costumes [da Ordem Franciscana] da Província de Portugal I* [por Fr. José Rollim]. - [S.l. : s.n., 18--]. Biblioteca Nacional

⁴⁴ *Idem, ibidem*

⁴⁵ Rolim, Frei José, *Op. Cit.*

⁴⁶ Ver anexo

⁴⁷ CESAR, Vitoriano José; in *Boletim Oficial das Festas do 1º de Maio do Cartaxo, Ano de 1937.*

⁴⁸ *idem*

⁴⁹ Maria José Pêgo, *Da Albergaria do Lugar do Cartaxo ao Lar de S. João. 1225-2002*, Cartaxo, Santa Casa da Misericórdia do Cartaxo, 2002, pp 25

⁵⁰ *Idem* ; pp 23

⁵¹ António Pedro Manique; José subtil, *Para a história do Concelho do Cartaxo (1800-1835)*, Cartaxo, Câmara Municipal do Cartaxo, 1995, p. 39

⁵² João Carlos Gregório Domingues Vicente Francisco de Saldanha Oliveira e Daun, 1º Conde, 1º Marquês e 1º Duque de Saldanha (1790-1876). Cf Vasco Pulido Valente, *Glória*, Braga, Circulo de Leitores, 2001, p.18

⁵³ *Usos e costumes [da Ordem Franciscana] da Província de Portugal I* [por Fr. José Rollim]. - [S.l. : s.n., 18--]. Biblioteca Nacional

⁵⁴ IAN/TT, OFM (Ordem Frades Menores) Conventos da Província de Portugal, *Convento Espírito Santo do Cartaxo* Liv. 1 (1798 – 1832), Liv. 2 (1832), Liv. 3 (1820)

⁵⁵ Segundo as plantas datadas de 1855 para as obras no dito convento, para acomodação dos Paços do Concelho.

⁵⁶ *Memórias Sepulchraes do Padre Luis Montez Matoso e outros*. Cópia manuscrita de Anselmo Braamcamp Freire, BMS 33/6/70, [s. dat.]. pp. 236-237

Bibliografia

Fontes impressas

Azevedo, Ruy Pinto; "O compromisso da Confraria do Espírito Santo de Benavente"; in: *Lusitânia Sacra*, 6, 1962;

BRANCO, Fernando Castelo; *Breve História da olisipografia*;

Ministério da Cultura e da Ciência, Secretaria de estado da cultura;

Estatutos provinciais da seráfica, e observante província de Portugal. – Lisboa : na Off. De António Rodrigues Galhardo, 1763,

Biblioteca Nacional;

Fontoura, Otilia Rodrigues; *As Clarissas na Madeira*, uma presença de 500 anos; Centro de Estudos do Funchal, Secretariado do Turismo e Cultura, Funchal 2000;
IAN/TT GFE - OFM Conceicao M Convento de Nossa Senhora da Ínsua de Caminha, 1750-1792;
IAN/TT GFE - OFM Portugal M Convento de Nossa Senhora da Encarnação de Vila do Conde; 1724-1833;
IAN/TT, OFM (Ordem Frades Menores) Convento de Nossa Senhora de Figueiró dos Vinhos, 1502-1835, liv. 1;
Manique, António Pedro; José subtil, *Para a história do Concelho do Cartaxo (1800-1835)*, Cartaxo, Câmara Municipal do Cartaxo, 1995;
Pêgo, Maria José, *Da Albergaria do Lugar do Cartaxo ao Lar de S. João. 1225-2002*, Cartaxo, Santa Casa da Misericórdia do Cartaxo, 2002;
Pimentel, Alberto, “ Cartaxo ” in *A Extremadura Portuguesa*, Primeira Parte, *O Ribatejo*, Lisboa, Empreza da Historia de Portugal;
Relatório do Presidente da Câmara Municipal do Cartaxo acerca da gerência do biennio de 1870 e 1871; Lisboa, Typ. do Ensino Livre, 1872;
Valente, Vasco Pulido, *Glória*, Braga, Circulo de Leitores, 2001;
Vitoriano, José César, *A Fundação da Monarquia Portuguesa e a Batalha de Ourique (25 de Julho de 1139)*, Lisboa, Tip. Casa Portuguesa, 1927;

Fontes manuscritas

IAN/TT, OFM (Ordem Frades Menores) Conventos da Província de Portugal, *Convento Espirito Santo do Cartaxo* Liv. 1 Patentes (1798 – 1832), Liv. 2 Contas (1832), Liv. 3 Inventário (1820);
IAN / Torre do Tombo; Igreja de Santa Maria de Aveiras, Arc. De Lisboa; Chancelaria de D. Duarte I, liv. 1, fol. 142;
IAN/TT Tribunal do Santo Ofício, Inquisição de Lisboa, proc. 7818-1;
IAN/TT, Tribunal do Santo Ofício, Inquisição de Lisboa, proc. 1905;
IAN/TT Ministério do Reino, maço 3403; processo 521, (referente ao pedido de obras no extinto convento e respectivas plantas);
Usos e costumes [da Ordem Franciscana] da Província de Portugal / [por Fr. José Rollim]. - [S.l. : s.n., 18--]. Biblioteca Nacional;
Memórias Sepulchraes do Padre Luís Montez Matoso e outros. Cópia manuscrita de Anselmo Braamcamp Freire, BMS 33/6/70, [s. dat.];
IAN/TT ; CC/2/60/186; Recibo de D. Isabel de Mendanha de como recebeu de João Manuel, feitor da sisa do pescado e madeira, 37.500 réis que dele havia de receber por um desembargo que para isso tinha;
IAN/TT, CC/2/65/89; Provisão para se pagar a D. Isabel de Mendanha 26.000 réis de tença;
IAN/TT, CC/2/119/58; Procuração de D. Isabel de Mendanha, viúva de D. João de Meneses, para seus procuradores cobrarem 10.000 réis que o rei D. João III lhe desembargou no Almojarifado de Vila do Conde;
IAN/TT; CC/2/49/78; Precatório de Fernão Rodrigues de Almeida, juiz dos orfãos de Lisboa, para o recebedor da Casa do Pescado e Madeira pagar a D. Isabel de Mendanha, mulher que foi de D. João de Meneses.

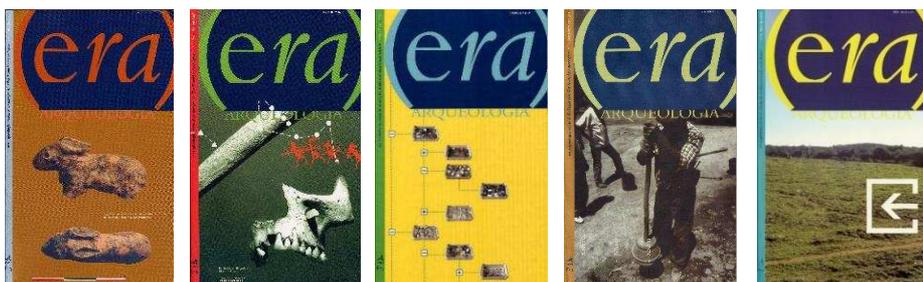
Internet

<http://www.agencia.ecclesia.pt/>
<http://www.portaldodivino.com>

OUTRAS PUBLICAÇÕES DA ERA ARQUEOLOGIA

Série ERA Arqueologia

Oito volumes publicados entre 2000 e 2008



Livro de fotografias de
Manuel Ribeiro
sobre os moinhos de água de
Alqueva



“Holocénico [o blog]” de
António Valera

Textos sobre produção de
conhecimento, património,
arqueologia e o seu ensino e
profissão.

ERA Arqueologia S.A.
Calçada de Santa Catarina, 9C
1495-705 Cruz Quebrada
- Dafundo

www.era-arqueologia.pt
geral@era-arqueologia.pt
nia@era-arqueologia.pt